

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Guilherme Henrique Lima de Mattos

**RESISTÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO:
A relação entre a parceria sino-russa e a ordem internacional
no pós-Guerra Fria (1996-2016) – O caso da Síria**

Florianópolis
2018

Guilherme Henrique Lima de Mattos

**RESISTÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO:
A relação entre a parceria sino-russa e a ordem internacional
no pós-Guerra Fria (1996-2016) – O caso da Síria**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.
Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mónica Salomón González

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mattos, Guilherme Henrique Lima de
RESISTÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO : A relação entre a
parceria sino-russa e a ordem internacional no pós
Guerra Fria (1996-2016) - O caso da Síria / Guilherme
Henrique Lima de Mattos ; orientadora, Mônica Salomón
González, 2018.
174 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Parceria
Estratégica sino-russa. 3. Ordem Internacional. 4.
Deslegitimação. 5. Resistência. I. González, Mônica
Salomón. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

Guilherme Henrique Lima de Mattos

**RESISTÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO: A RELAÇÃO
ENTRE A PARCERIA SINO-RUSSA E A ORDEM
INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA (1996-2016) – O
CASO DA SÍRIA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Florianópolis, 20 de Março de 2018.

Prof.º Dr. Helton Ricardo Ouriques
Coordenador do Curso
Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Mónica Salomón González
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª Dr.ª Graciela de Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Luís Alexandre Fuccille
Universidade Estadual Paulista

Prof.º Dr. Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre

*À minha família, por todo o
apoio e incentivo aos meus sonhos.*

*Aos meus amigos, por me
ajudarem a ser quem sou hoje.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à essencial professora Mónica, por todos os ensinamentos e pela paciência com meu desenvolvimento como pesquisador.

Agradeço à professora Graciela, pela amizade e pelas conversas elucidativas durante o mestrado que foram muito importantes para minha formação como mestre.

Agradeço à minha família, por me apoiar de diversas maneiras para que eu possa evoluir na minha formação da melhor maneira possível.

Agradeço aos meus queridos amigos, que foram essenciais para manter a força e o foco durante a realização da pesquisa, além dos incentivadores comentários para a finalização dela.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento à pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pelo incentivo à pesquisa e pelas experiências que pude passar enquanto membro do corpo discente.

Agradeço à ilha de Florianópolis pelos belos dias que passei junto daqueles com quem aprendi a amar e por todos aqueles que entraram ou passaram pela minha vida enquanto tentei ser manezinho.

“The new type of interstate relations, in formation by Russia and China, make a significant contribution to the formation of a new international order” – (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2005)

“The peaceful ideology of the two states and their peoples is consolidated in legal form: ‘forever friends and never enemies’”. – (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2001)

RESUMO

As relações entre China e Rússia tiveram muitos altos e baixos. Durante a Guerra Fria as relações variaram de formação de aliança à ameaça de ocorrência de um conflito nuclear entre as contrapartes, o que resultou em um afastamento entre ambos. No entanto, após o período bipolar, China e Rússia reaproximaram-se e passaram a desenvolver o que chamaram de “parceria estratégica”. Muitos aspectos ainda precisam ser analisados sobre essa relação bilateral. Essa dissertação dedica-se a analisar um dos fatores dessa relação bilateral: a abordagem em relação à ordem internacional. Para isso, investigamos o posicionamento da parceria perante a ordem internacional, e, especificamente, o papel dos EUA nela, em seus vinte anos de existência. A fim de responder a essa problemática partimos da hipótese de que a parceria sino-russa promove ativamente o que a literatura tem chamado de *processo de deslegitimação* em relação à ordem internacional e ao papel dos EUA nessa ordem. Durante esse tipo de processo, os Estados insatisfeitos com a ordem executariam esforços para convencer as outras unidades do meio internacional de que a ordem vigente deve ser alterada. Esse processo tem dois componentes que constituem um comportamento de resistência: o discurso de resistência e a prática de resistência. Por meio de ambos componentes, os Estados insatisfeitos poderiam deslegitimar a ordem internacional e preparar o ambiente para que estratégias de balanceamento pudessem voltar a ocorrer em um sistema desequilibrado pela configuração unipolar. Assim, nosso objetivo principal é identificar se a parceria desenvolveu um comportamento de resistência durante seus 20 anos. Para comprovarmos isso, aplicamos um modelo que aborda os dois componentes da deslegitimação: i) uma análise de discurso das declarações conjuntas da parceria sino-russa; ii) e um estudo de caso sobre os votos da parceria em órgãos da ONU (Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Conselho de Direitos Humanos) sobre a questão da Síria. Nossos resultados confirmam a oposição sino-russa ante a ordem internacional construída pelos EUA no século XXI e avaliam os impactos disso para a parceria.

Palavras-chave: Parceria Estratégica Sino-Russa; Ordem internacional; Deslegitimação; Resistência; Coordenação de Interesses.

ABSTRACT

Relations between China and Russia have been through many ups and downs. During the Cold War, the relations varied from the formation of alliances to nuclear threats among the counterparts, which resulted in distancing. However, once bipolarity ended, China and Russia reproached and started developing what they call a "Strategic Partnership". Many aspects are still to be analyzed about this bilateral relation. This dissertation aims at analyzing one of the factors of this bilateral relationship: the approach towards the international order. In order to do that, it investigates how the partnerships positions itself before the international order, and, specifically, before the role the USA plays in it, through its twenty years of existence. To address this puzzle, we start with the hypothesis that the Sino-Russian partnership promotes what literature has called the *process of delegitimation* towards the international order and the role of the United States in that order. During this kind of process, States dissatisfied with the order would perform efforts to convince the other units of international milieu that the current order should be altered. This process has two components, which constitute a resistance behavior: discourse of resistance and practice of resistance. Through both this components, dissatisfied States would be able to delegitimize the international order and pave the way for balancing strategies to reoccur in a system unbalanced by unipolar configuration. Thus, our main objective is to identify whether the partnership has developed a resistance behavior among its 20 years. To prove this, we apply a model that addresses both delegitimation components: i) a discourse analysis of the joint declarations of the Sino-Russian partnership; ii) a case study on the partnership votes in UN organs (General Assembly, Security Council and Human Rights Council) on the Syrian matter. Our results confirm the Sino-Russian opposition to the international order constructed by the United States in the 21st Century and address these impacts towards the partnership.

Keywords: Sino-Russian Strategic Partnership; International Order; Delegitimation; Resistance; Coordination of Interests.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de processo de conexão positiva	55
Figura 2 - Exemplos de processo de conexão e de diferenciação	56
Figura 3 - Modelo de análise de comportamento de resistência	61
Figura 4 - Processo de conexão positiva da Nova Ordem Internacional da PESR	99
Figura 5 - Processo de conexão positiva da Ordem Internacional da PESR	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exercícios militares com participação sino-russa, 2003-2016	88
Tabela 2 - Distribuição de votos de China, Rússia e EUA no CDHNU, no CSNU e na AGNU em questões sobre Síria, 2011-2016 (%).....	136
Tabela 3 - Votos da China e da Rússia no CDHNU em resoluções sobre a Síria (2011-2016).....	137
Tabela 4 - Votos de China e Rússia no CSNU sobre a Síria (2011-2016)	138
Tabela 5 - Votos da parceria sino-russa na AGNU sobre a situação da Síria, 2011-2016	139
Tabela 6 - IVC para China, Rússia e EUA em CDHNU, AGNU e CSNU na questão da Síria, 2011-2016 (% , em pares).....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de acordos bilaterais entre China e Rússia, 1996-2017.....	89
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDHNU	Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
CNPC	Chinese National Petroleum Corporation
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
G20	Grupo dos 20
G8	Grupo dos 8
GF	Guerra Fria
MCI	Movimento Comunista Internacional
MNA	Movimento dos Não Alinhados
NOI	Nova Ordem Internacional
OCX	Organização da Cooperação de Xangai
OIA	Ordem Internacional Atual
OIs	Organismos Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	Partido Comunista da China
PESR	Parceria estratégica sino-russa
RPC	República Popular da China
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
O alinhamento sino-russo e a ordem internacional	25
Abordagens, hipótese e objetivos	26
Organização da discussão	30
1 ALINHAMENTOS E QUESTIONAMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL	33
1.1 Perspectivas clássicas	34
1.2 Adaptações ao período da unipolaridade	39
1.3 Resistência e deslegitimação como questionamento da ordem	52
<i>1.3.1 Discurso de Resistência</i>	53
<i>1.3.2 Prática de Resistência</i>	63
2 A RETÓRICA DE RESISTÊNCIA DA PESR	69
2.1 Introdução	69
2.2 Um relacionamento de longa data	70
<i>2.2.1 A Guerra Fria: do bloc positioning à cisão sino-soviética</i>	71
<i>2.2.2 Período de reaproximação e o desenvolvimento da parceria sino-russa</i>	76
<i>2.2.2.1 Parceria construtiva (1994-95)</i>	77
<i>2.2.2.2 Parceria de cooperação estratégica (1996-2010)</i>	79
<i>2.2.2.3 Parceria estratégica compreensiva de coordenação (2011-2016)</i>	86
2.3 O discurso de resistência contra a ordem internacional atual	90
<i>2.3.1 Análise dos discursos chinês e russo</i>	94
<i>2.3.1.1 As representações no discurso da PESR</i>	94

2.3.1.2	<i>Tempo, espaço e ética na construção das representações no discurso da parceria</i>	106
2.4	Considerações parciais	112
3	CONVERGÊNCIA E RESISTÊNCIA	115
3.1	Introdução	115
3.2	A Síria como um momento importante para os EUA.....	117
3.2.1	<i>O aflorar de uma guerra civil</i>	118
3.2.2	<i>A transformação da situação em uma disputa por prestígio.</i>	125
3.3	O comportamento da parceria na questão da Síria em órgãos da ONU.....	129
3.3.1	Órgãos multilaterais.....	129
3.3.1.1	<i>O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).</i>	130
3.3.1.2	<i>O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU)</i>	132
3.3.1.3	<i>A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).</i>	133
3.3.2	<i>Votos da parceria sino-russa</i>	133
3.3.2.1	<i>Os votos nos órgãos da ONU</i>	135
3.3.2.2	<i>Temáticas de divergência de votos entre a parceria e os EUA</i>	141
3.4	Considerações parciais	149
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	159
	ANEXO 1	171
	ANEXO 2	173

INTRODUÇÃO

O alinhamento sino-russo e a ordem internacional

Falar de relações entre a China e a Rússia é falar sobre mudanças bruscas. Como nota Björn Alexander Dueben (2013), “poucas relações bilaterais entre grandes Estados na história moderna foram caracterizadas por flutuações tão extremas como aquelas que aconteceram entre a China e a Rússia”¹ (p. 05, *tradução própria*). O tipo de relação que existe entre eles se altera a depender do período histórico. No início da Guerra Fria, eles eram aliados dentro do bloco comunista, porém diferenças ideológicas entre eles fizeram com que as relações se tornassem conflituosas. No final dos anos 1960, a amizade deu lugar a disputas de fronteira que materializavam uma discordância sobre o comunismo, o que terminou por criar uma oposição entre as partes. O fim da Guerra Fria, porém, traz de volta a aproximação entre a China e a Rússia com a normalização das relações. Com isso, em 1996, as partes decidem por dar os primeiros passos do que viria a ser a atual “parceria estratégica compreensiva de coordenação” entre os dois Estados.

A parceria, recentemente, tem ganhado atenção na política internacional e no âmbito acadêmico de Relações Internacionais. Politicamente, por um lado, os governos de ambos os Estados exaltam o relacionamento entre eles. Por outro lado, a comunidade internacional tem se preocupado com esses dois Estados, uma vez que a China tem sido um dos Estados que mais crescem no sistema internacional e a Rússia tem feito esforços para retomar seu posto de grande potência nesse mesmo âmbito. Os Estados Unidos, por exemplo, elencaram esses dois Estados como desafios em seus documentos de estratégia militar (UNITED STATES OF AMERICA, 2015). Da mesma maneira, a academia na área de Relações Internacionais passou a dar atenção para essa relação e produzir análises que esclarecessem o que se passa entre esses dois Estados. Apesar disso, as investigações feitas acerca dessa relação bilateral ainda precisam cobrir muitas dimensões para que possamos entendê-la mais claramente.

Essa dissertação tem como foco esse debate sobre a parceria sino-russa e a imagem que ela tem tido no sistema internacional. Nosso estudo

¹ Do original: “*Few bilateral relationships between major states in modern history have been characterised by fluctuations as extreme as those that occurred between China and Russia*”.

debruça-se sobre a coordenação estratégica entre os dois Estados em relação à ordem internacional atual. A coordenação estratégica entre os dois Estados tem sido um elemento da pauta da parceria desde sua criação em 1996 e, recentemente, tem recebido mais atenção tanto dos dois Estados que a compõem quanto pela comunidade internacional como um todo. Contudo, ainda se faz importante reunir dados empíricos nos quais se possa basear a análise. Nossa investigação, dialogando com a literatura sobre o tema que em breve será explorada, se questiona sobre o posicionamento da parceria sino-russa em relação à ordem internacional, e especificamente em relação ao papel que os Estados Unidos, Rússia e China ocupam nela. Isso faz com que o foco de nossa análise seja para a maneira pela qual a parceria posiciona-se frente à ordem internacional, a questionando, a reafirmando, ou utilizando-se dela para se retirar do isolamento internacional.

Abordagens, hipótese e objetivos

Neste ponto de nossa apresentação da análise faremos uma exposição do conceito de *processo de deslegitimação* e da abordagem com a qual escolhemos tratar nosso objeto de pesquisa. Além disso, exporemos nossa hipótese, construída a partir da literatura e da abordagem que optamos, e a maneira em que nossa hipótese será verificada. Porém, vale ressaltar que o marco teórico que orienta nossa pesquisa fica melhor esclarecido no capítulo seguinte a este, no qual fazemos uma discussão teórica sobre alinhamentos e questionamento de ordem internacional e desenvolvemos o modelo de análise utilizado para essa pesquisa.

As abordagens mais comuns de Relações Internacionais têm muito a contribuir para a temática das relações entre China e Rússia. As teorias do Realismo e do Neorealismo podem analisar os determinantes sistêmicos externos que influenciam as decisões e estratégias políticas da China e da Rússia. E, dessa maneira, trazem esclarecimentos, e novos questionamentos, sobre como eles organizam suas ações entre si mesmos, ou mesmo sobre o que os levaria a se aliarem contra outro Estado. Assim, essa vertente de análise em Relações Internacionais nos permite compreender as relações estratégicas que esses Estados imprimem no sistema internacional.

O institucionalismo neoliberal nos permite refletir sobre o papel das instituições na e para a parceria sino-russa. Tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral, a teoria neoinstitucionalista nos auxiliaria a compreender o efeito das instituições sobre as dinâmicas de política

internacional da China e da Rússia, por meio dos conceitos que se articula, como a “interdependência complexa”.

O construtivismo nos permitiria investigar os efeitos que as ideias e as percepções têm sobre a parceria sino-russa. Essa orientação teórica nos permitiria observar como as identidades, as normas, as ideias, as percepções moldam as decisões políticas dos Estados, ao mesmo tempo em que são moldadas por eles. Além disso, essa vertente analítica nos permite identificar os efeitos da socialização sobre as dinâmicas internacionais.

Todas essas orientações teóricas têm sugestões importantes para a análise de como os atores podem se relacionar com a ordem internacional, de modo que são conseqüentemente considerados em nossa análise. No entanto, nosso enfoque analítico acompanha a abordagem de Randal Schweller e Pu Xioayu (2011) que nos permite investigar o comportamento de um ator, ou de um grupo de atores, em relação à ordem, com a lógica organizacional na qual ele está inserido. Vale ressaltar novamente que essa perspectiva será mais explorada no capítulo seguinte a este e que aqui somente apresentaremos a abordagem em linhas gerais, a fim de informar ao leitor como chegamos à nossa hipótese.

Baseados na teoria de transição de poder², Schweller e Pu (2011) constroem uma perspectiva argumentativa sobre a fase na qual o sistema internacional encontra-se nos dias atuais. O argumento principal desses autores é que o sistema está passando por uma fase de deslegitimação. A fase, ou processo, de deslegitimação é uma etapa de ciclos da política internacional, segundo os autores. Ela é subsequente a uma etapa de ordem estável e antecede uma corrida armamentista e a formação de alianças nos ciclos da política internacional (SCHWELLER; PU, 2011, p. 44). O processo de deslegitimação tem dois componentes. Um deles seria o discurso de resistência, ou retórica deslegitimadora; o outro, a prática de resistência, ou a implementação de estratégias de imposição de custo.

Porém, segundo os autores, a unipolaridade torna a fase de deslegitimação mais complexa. Isso acontece, pois na unipolaridade, devido à sua estrutura desequilibrada do sistema, já que o poder se concentra em um único Estado, qualquer Estado que busque restaurar o equilíbrio de poder por meio de estratégias de balanceamento, será rotulado como desafiador da ordem, ou revisionista. O Estado em questão

² Não trataremos dessa literatura em nossa análise, mas, para ter acesso a ela, recomendamos as seguintes referências: ORGANSKI, 1968; ORGANSKI; KUGLER, 1980; TAMMEN et al, 2000.

teria como objetivo uma mudança de sistema e não uma mudança no sistema, já que buscaria alterar a ordem desequilibrada vigente. E, assim, segundo os autores, qualquer execução de estratégias de balanceamento será considerada como um processo revisionista e seu perpetrador será rotulado como agressor (SCHWELLER; PU, 2011, p. 46).

Logo, para que estratégias de balanceamento possam voltar a ocorrer, a fase de deslegitimação é um passo anterior é essencial. As outras unidades do meio internacional precisam identificar a hegemonia e a lógica construída por ela como elementos que não funcionam mais para a realidade atual. Caso contrário, os riscos e custos de se executar o balanceamento serão muito altos, pois não existiria um grande apoio dos outros Estados para realizá-lo e, assim, em pouco tempo o esforço seria contido. Ou seja, não seria racional priorizar uma estratégia de balanceamento, enquanto a maioria dos Estados ainda se identifica com a ordem internacional vigente e com a hegemonia que a lidera. Por consequência, podemos dizer que a deslegitimação afeta a vontade de balancear o sistema (SCHWELLER; PU, 2011).

Ainda, Schweller e Pu (2011), assumindo que toda relação de dominação também é uma relação de resistência, apontam que a deslegitimação toma formas de resistência em duas dimensões: o discurso e a prática. Essas duas dimensões seriam dois componentes da fase de deslegitimação: o discurso de resistência e a prática de resistência.

Por meio do discurso de resistência o Estado que busca alterar a ordem critica o unipolo e a lógica na qual o sistema está estruturado. Ao mesmo tempo, esse Estado questionador da ordem constrói e defende uma lógica alternativa para organizar o sistema. O outro componente da deslegitimação é a prática de resistência, que consiste na realização de estratégias de imposição de custos contra o unipolo. Essas estratégias teriam como foco tornar mais custoso que o unipolo tenha determinado comportamento, ou concretize determinado interesse (SCHWELLER; PU, 2011). Segundo os autores, os Estados que tem esse comportamento têm o objetivo de minar a legitimidade da hegemonia e preparar o caminho para estratégias de questionamento de ordem mais assertivas, como o balanceamento. Logo, os atores que possuem um discurso de resistência associado a uma prática de resistência teriam como objetivo a alteração da ordem.

Desse modo, nossa hipótese principal a ser testada é a seguinte: A parceria sino-russa visa a alteração da ordem internacional no discurso e na prática. Logo, a parceria possui um discurso de resistência sobre a ordem internacional e atua de modo a conter o sucesso de interesses dos EUA em questões importantes para sua agenda de política externa.

Apesar dessa afirmação parecer óbvia pelas recentes atitudes de ambos os Estados, as pesquisas sobre parceria estratégica sino-russa apontam o oposto. É comum que se considere a parceria como um “eixo de conveniência” (LO, 2008), ou que ela é somente uma representação, uma propaganda dos Estados para construir uma imagem de força. Porém, com isso, pouca atenção foi dada à coordenação de interesses da parceria em relação à ordem internacional. Nossa pesquisa, entretanto, toma como ponto de partida que a realização do processo de deslegitimação por esses dois atores teria servido para dar potência a eles, teria servido para configurar a parceria sino-russa como um elemento relevante no sistema contra o unipolo.

Para realizarmos essa investigação, o escopo temporal de nossa análise é sobre os 20 anos de existência da parceria: desde 1996, quando ela foi firmada, até 2016, aniversário de vinte anos e ano de início dessa pesquisa. O início de nosso período em 1996 deve-se ao fato de este ser o ano no qual ambos Estados declaram que passariam a coordenar seus interesses para questões que fossem importantes para ambos. O fim de nosso período em 2016 deve-se ao cumprimento de 20 anos de existência dessa parceria e pela década de 2010 ter sido um período, como veremos, que teve uma mudança substancial na orientação das relações entre China e Rússia.

A fim de realizar nossa investigação, elencamos objetivos a serem cumpridos para conseguirmos testar efetivamente nossa hipótese de acordo com nossa perspectiva de análise. Essa dissertação tem como objetivo geral identificar se a parceria desenvolveu um comportamento de resistência durante seus 20 anos. Como objetivos específicos, segundo a perspectiva que está nos orientando, devemos identificar a estrutura do discurso da parceria sino-russa sobre a ordem internacional e identificar a posição da parceria em uma situação importante para a agenda de política internacional dos EUA.

Nossa investigação será feita baseada na perspectiva de Schweller e Pu (2011). Analisaremos o discurso de resistência e a prática de resistência. O discurso será abordado a partir da lógica de análise de discurso usada por Lene Hansen (2006). Nessa etapa, identificaremos as representações que o discurso sino-russo constrói sobre a ordem internacional, buscando demonstrar se a estrutura de discurso delas derivadas nos permitem verificá-lo como discurso de resistência. A prática será investigada por meio de uma análise da participação da parceria e dos EUA em organismos internacionais em uma situação específica que seja importante para a pauta de política internacional do unipolo. Isso nos permitirá identificar se a parceria executa estratégias de

imposição de custo contra os EUA. Dessa maneira, essas duas etapas de pesquisa configuram sucintamente nossa abordagem para com a questão, que será melhor exposta conforme formos tratando as questões nos capítulos da dissertação.

Assim, essas são as linhas gerais que serão desenvolvidas ao longo desta dissertação, a fim de responder satisfatoriamente à nossa problemática de pesquisa. Porém, apesar dessa introdução demonstrar quais foram os passos dados na construção dessa análise, nossa metodologia não será descrita aqui. Ela está desenvolvida no próximo capítulo, no qual será exposto o modelo de análise que propomos a fim de tornar a perspectiva que nos orienta operacionalizável cientificamente. Portanto, passaremos, por fim, a como nossa discussão está organizada ao longo da dissertação.

Organização da discussão

Nossa discussão está organizada em três momentos, além desta introdução e das considerações finais. Essa introdução geral inclui uma descrição da metodologia utilizada, uma revisão da literatura sobre nossa temática e a organização de nossa discussão. O capítulo 1 discute o papel dos alinhamentos internacionais num sistema de poder concentrado principalmente em um único Estado. Ele tem três partes: A primeira retoma as perspectivas clássicas sobre alinhamentos internacionais e o papel que eles têm no questionamento da ordem internacional. A segunda parte faz uma revisão das atualizações que existem tanto sobre alinhamentos internacionais quanto sobre questionamento da ordem. A terceira parte é dedicada à estruturação do aparato teórico que utilizaremos em nossa investigação: o comportamento de resistência. O foco do capítulo é sobre os motivos principais para realizar o alinhamento e o questionamento da ordem. Nele buscamos identificar as possibilidades que o alinhamento possui de questionamento num sistema internacional organizado com concentração de poder principalmente em um único Estado.

O capítulo 2 traz a análise do discurso sino-russo presente nas declarações conjuntas feitas oficialmente pelas partes. Ele analisa, primeiramente, o histórico da parceria categorizados nos três diferentes tipos de parceria pelos quais esse relacionamento passou entre 1996 e 2016. Além disso, o capítulo contém a análise do discurso sino-russo. Ao realizar esses dois passos, o capítulo demonstra, primeiramente, que a parceria tem uma evolução que aponta uma maior coordenação em assuntos internacionais. Ainda, aponta a existência de uma retórica de resistência da parceria sino-russa em relação à ordem internacional.

O capítulo 3 está destinado à identificação do comportamento da parceria sino-russa em uma questão importante para os EUA, representante principal e arquiteto da ordem internacional em vigor. Nesse momento, nosso primeiro passo é a exposição de como a situação da Síria tornou-se um assunto importante para os EUA no Oriente Médio. Isso posto, nosso segundo passo tem como foco o comportamento sino-russo na questão da Síria em organizações internacionais. Aqui são contrastados os votos da parceria sino-russa aos dos EUA, a fim de identificar as diferenças e semelhanças. Com isso, pudemos avaliar se existe um comportamento de resistência ou não por parte da parceria e como ele está caracterizado. Por fim, o capítulo avalia os principais resultados do estudo de caso e identifica suas contribuições para nossa hipótese.

E, por fim, tendo testado nossa hipótese nas dimensões do modelo que utilizamos, as considerações finais esboçam conclusões considerando as implicações de nossa investigação para a política internacional, para a temática da parceria sino-russa e para as pesquisas em Relações Internacionais.

1 ALINHAMENTOS E QUESTIONAMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL

Os alinhamentos são instrumentos essenciais na política internacional. Por meio deles, os Estados podem ter muitos benefícios econômicos, de segurança e políticos, entre outros. A parceria estratégica sino-russa é um exemplo de alinhamento: dois Estados que juntos têm benefícios em diversas áreas e têm a expectativa de um Estado ser apoiado ou não pelo outro Estado em episódios futuros (SNYDER, 1997). Ainda, a vinculação de alinhamentos a somente uma área limita a capacidade de análise desses fenômenos (CHIDLEY, 2014). Essa visão nos orienta a considerar alinhamentos em um sentido amplo, que abrange processos cooperativos em diversas áreas, como segurança, economia, defesa, ou coletivamente, como no caso da parceria estratégica (WILKINS, 2008).

O alinhamento sino-russo em particular tem feito esforços ao longo de sua história para que seus laços fiquem mais fortes. Nesta seção, buscamos refletir sobre o que seriam esses alinhamentos e qual seria o seu papel nas relações internacionais nos dias atuais. As perspectivas clássicas da área têm abordado alinhamentos internacionais desde os anos 1980. Porém, com o fim da Guerra Fria, a consequente configuração do sistema com poder concentrado em um Estado trouxe novas dinâmicas para os alinhamentos. Assim, devido a fenômenos internacionais, como a crise financeira de 2008, o 11 de setembro, maior participação internacional dos BRICS, criação de instituições financeiras internacionais sem a participação dos EUA, abriram-se questionamentos sobre o poderio da hegemonia do sistema. E, conseqüentemente, devemos nos questionar se a função dos alinhamentos também foi alterada. Isto é, dadas as transformações que o meio internacional tem sofrido, quais seriam as funções de um alinhamento, sua utilidade nas relações internacionais, os motivos para que ele venha a existir.

Desse modo, um dos focos desse capítulo está sobre a exploração dos alinhamentos e da cooperação. Faremos uma revisão teórica para identificar as funções dos alinhamentos no sistema internacional e o modo pelo qual a teoria aponta que eles se relacionam com a ordem internacional. Para isso, temos dois momentos principais: o primeiro tem foco sobre as perspectivas clássicas de Relações Internacionais e revê autores como Robert Keohane e Kenneth Waltz; o segundo momento trata dos autores que argumentaram sobre as mudanças que o fim da Guerra Fria trouxe para o sistema e, conseqüentemente, para os alinhamentos internacionais.

Após a revisão teórica, outro foco de nosso primeiro capítulo está sobre a exposição do modelo de análise que utilizaremos para investigar

o posicionamento da parceria sino-russa em relação à ordem internacional. Buscamos expor o modelo que utilizamos com base nas análises de Schweller e Pu (2011) que trata sobre o processo de deslegitimação pautado em comportamentos de resistência por parte de atores insatisfeitos com a ordem internacional. Veremos em quais dimensões a resistência será examinada e quais os indicadores que serão considerados para demonstrar que esse conceito nos auxilia na compreensão da relação do alinhamento parceria sino-russa com a ordem internacional. Nesse sentido, essa seção se debruça sobre essas temáticas e tem o objetivo de elencar os critérios analíticos que utilizaremos em nossa análise.

1.1 Perspectivas clássicas

Ao se tratar de cooperação em Relações Internacionais, precisamos recorrer à discussão feita por Robert Keohane (1984), quem analisa os motivos e os mecanismos pelos quais a cooperação acontece nas relações entre Estados. A teoria institucionalista tem uma perspectiva funcional-estruturalista das relações internacionais. Ela observa como as instituições e os regimes influenciam os Estados a se comportarem de determinadas maneiras. As regras e normas que as instituições criam têm um papel importante nessa abordagem e são parte das estruturas analisadas por ela. Ainda, essas estruturas seriam um importante espaço de interação entre os Estados, onde a reputação, a influência, confiança e empatia entre eles seria orquestrada. O foco de Keohane é para relações econômicas, mas sua contribuição vê-se importante para o início de qualquer discussão que se preste a discutir o fenômeno cooperativo. Por mais que a ontologia da análise de Keohane seja diferente da que proponho, o desenvolvimento científico e as questões compartilhadas entre esse estudo e a perspectiva institucionalista neoliberal demandam o diálogo com essa teoria.

O primeiro elemento que se pode elencar da teoria de Keohane é proveniente dos atores que ele elege para sua análise: as grandes economias. O autor argumenta que esses atores serão os principais considerados em sua exploração, pois

“esses países têm visões sobre a operação apropriada das economias deles que são relativamente similares – ao menos em comparação com as diferenças que existem entre eles e a maioria dos países menos desenvolvidos, ou de *‘nonmarket planned economies’*. Eles estão

engajados em extensivas relações de interdependência entre si; em geral, as políticas dos governos deles refletem a crença que eles se beneficiam desses laços”³ (KEOHANE, 1984, p. 06, *tradução própria*).

Tal afirmação denota dois aspectos da análise de Keohane: a cooperação tem como condições de existência a simetria e a existência de interesses mútuos, ou empatia, entre os parceiros. Desse modo, a lógica acompanha a ocorrência de cooperação em episódios nos quais os atores envolvidos são simétricos nas condições materiais e quando eles possuem objetivos, ou planos, que são convergentes. Essa seria a base para a concordância que ocorre nos regimes internacionais, foco de sua análise.

Os regimes internacionais, por meio dos compromissos internacionais, têm influência sobre a estabilidade da ordem e sobre a manutenção do *status quo* do sistema internacional (SI). Concordando com argumentos marxistas de sua época, Keohane afirma que:

“marxistas perceberam que as políticas de abertura perseguidas por governos internacionalistas ajudam a atar as mãos dos seus sucessores socialistas ou nacionalistas, pela criação de padrões internacionais econômicos e políticos de interdependência, cuja ruptura ocasionaria altos custos”⁴ (KEOHANE, 1984, p. 119-120, *tradução própria*).

Assim, o autor confirma a atribuição dos regimes à manutenção do *status quo* e desenha a importância que os compromissos internacionais têm na sua análise. Os compromissos internacionais seriam o que criaria os laços necessários para a manutenção sistêmica dos regimes, pois, como exposto na citação, limita os interesses imediatos dos novos governos àquelas responsabilidades já adquiridas pelo governo anterior. Isso, mesmo na ausência de uma hegemonia, manteria a estabilidade dos

³ Do original: “*these countries hold views about the proper operation of their economies that are relatively similar – at least in comparison with the differences that exist between them and most less developed countries, or the nonmarket planned economies. They are engaged in extensive relationships of interdependence with one another; in general, their governments’ policies reflect the belief that they benefit from these ties.*”

⁴ Do original: “*Marxists have seen that policies of openness pursued by internationalist governments help to tie the hands of their socialist or nationalist successors, by creating international economic and political patterns of interdependence whose disruption would entail high costs*”

sistemas e reprimiria mudanças drásticas pelos altos custos que implicaria aos atores envolvidos (KEOHANE, 1984, p. 120).

No entanto, os regimes não são construções naturais no sistema internacional e demandam uma interação social para que passem a existir. A convergência natural entre os interesses dos Estados materializa-se no conceito de harmonia, porém Keohane aponta que isso não acontece nos regimes internacionais. Um regime, ou uma instituição, são construídos para que se possa ter maior compartilhamento de informação e maior previsibilidade das ações dos Estados no meio internacional. No entanto, considera-se que os interesses dos Estados não são naturalmente convergentes, ou seja, em sua maioria, existem divergências entre as preferências deles. Logo, essa construção demanda ações dos agentes que gerem a convergência dos interesses e conformidade entre as partes em um processo de coordenação política entre os atores (KEOHANE, 1984, p. 51). Uma vez que os interesses dos Estados são divergentes e geram conflitos (KEOHANE, 1984, p. 12) entra em ação o processo de cooperação. Keohane afirma que a cooperação

“acontece quando as políticas seguidas por um governo são consideradas pelos parceiros dele como facilitadoras da realização dos próprios interesses deles, como um resultado de um processo de coordenação de políticas”⁵ (KEOHANE, 1984, p. 52, *tradução própria*).

A cooperação é a interação social que permite que os Estados acordem os parâmetros, normas, regras, valores que estão dispostos a seguir do momento da celebração dos acordos em diante.

Em suma, a abordagem institucionalista nos mostra que os alinhamentos funcionam como mantenedores da estabilidade, por meio das normas e regras integradas às instituições. Além disso, as instituições funcionam com um espaço de troca de informações entre os Estados, o que lhes confere maior previsibilidade e confiança nas suas relações. Desse modo, para a abordagem institucionalista, os alinhamentos funcionam como processos de convergência de interesses e aumento da previsibilidade entre os Estados. Além disso, também vemos que os processos cooperativos que enquadram os alinhamentos também

⁵ Do original: “takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination”

funcionam como elementos favoráveis à estabilidade das relações entre as partes envolvidas.

Da mesma maneira, a abordagem realista de Relações Internacionais também tem explorado os alinhamentos internacionais. Assim, após ter apresentado a perspectiva institucionalista, trataremos da abordagem realista e sua visão sobre as funções dos alinhamentos e suas influências sobre o sistema internacional.

No realismo, de forma geral, a cooperação está conectada à noção de equilíbrio de poder. Devido à premissa da anarquia do sistema e do interesse por acúmulo de poder dos Estados, as ações destes atores estariam voltadas sempre para sua sobrevivência no sistema. Não é diferente no caso do alinhamento. Desde a perspectiva realista, a cooperação seria buscada como um esforço de retorno ao equilíbrio de poder, uma vez que esse fosse ameaçado ou quebrado (WALTZ, 1979). Ainda, para Waltz, autor que deu a maior contribuição à escola realista, a cooperação aconteceria somente por interesses egoísticos de um Estado, por meio de um processo de auto-ajuda, no qual um ator somente coopera com outro para alcançar seu próprio interesse no sistema, a fim de acumular poder e de manter sua posição no sistema.

O neorealismo de Waltz, nesse sentido, denota alguns tipos de comportamentos que tanto os Estados quanto os alinhamentos presentes no sistema podem ter. Os comportamentos análise são: *balancing*⁶ (interno e externo) e *bandwagoning*. As alianças, em sua teoria, seriam mecanismos de *external balancing* e teriam o objetivo de aumentar os recursos de um Estado somando-os com os recursos de parceiros internacionais; enquanto que a variação interna desse comportamento seria feita por meio de aumento de recursos militares e econômicos. O objetivo primário destes dois primeiros tipos de comportamento seria de ir de encontro a outro Estado que estivesse muito poderoso no sistema, a fim de reestabelecer o equilíbrio de poder e garantir sua sobrevivência no sistema. Já o segundo tipo de comportamento, *bandwagoning*, representa o oposto: seria o fenômeno de um ator alinhar-se com o mais forte, a fim de ter mais benefícios e garantir sua sobrevivência (WALTZ, 1979). Desse modo, para a abordagem waltziana, as alianças serviriam como mecanismo de balanceamento externo, o que implica que ela funciona para a manutenção do equilíbrio de poder no sistema.

Nessa mesma perspectiva, Stephen Walt (1987) passa a explorar a temática de alianças entre Estados. O autor constrói sua análise a partir de

⁶ Em português nos referenciaremos como balanceamento.

sua noção de *balance of threats*, na qual, diferente da perspectiva de equilíbrio de poder, os Estados reagiriam contra ou a favor uma ameaça aos seus interesses percebida no sistema internacional, também com o objetivo de garantir sua segurança. Ou seja, as alianças, diferente do argumento de Waltz, seriam uma função de percepção de ameaça e não de distribuição de poder.

Em resposta às ameaças percebidas pelos Estados, Walt (1987) defende que ocorreriam comportamentos análogos àqueles da proposta de Waltz: *balancing* e *bandwagoning*. O primeiro ocorre quando alianças são formadas contra a ameaça e expõem um viés de manutenção do *status quo*, enquanto o segundo refere-se a alianças feitas com o ameaçador, com a fonte da ameaça e possuem um viés revisionista (WALT, 1987). Diferente dos comportamentos que Waltz identifica, as variações de Walt permitem que o alinhamento seja um agente de mudança do sistema, pois as alianças podem ser a favor da estabilidade do sistema ou de seu questionamento.

Assim, para a abordagem realista, os alinhamentos têm uma função sistêmica e funcionam para aumentar a segurança dos Estados. Isso pode ser feito a fim de assegurar o equilíbrio de poder no meio internacional, ou para se contrapor a uma ameaça aos seus interesses. Nesse sentido, o alinhamento tem uma relação próxima com, e interfere automaticamente na, ordem internacional, pois funciona para manter a estabilidade e manter o *status quo*, ou para questioná-lo e montar uma distribuição de poder alternativa.

Nessa seção buscamos explorar as respostas que as perspectivas clássicas de relações têm sobre alinhamentos, de modo a identificar por meio delas qual seria sua funcionalidade e como eles interferem na ordem internacional. Identificamos que o institucionalismo mostra a função dos alinhamentos de estabilizador do sistema, enquanto que, para a abordagem realista, os alinhamentos funcionam como uma reação dos Estados ao desequilíbrio de poder ou às ameaças contra os interesses dos Estados.

No entanto, é importante notar que as condições dos períodos nos quais essas perspectivas foram desenvolvidas mudaram. Com o fim da Guerra Fria, os EUA conseguiram acumular uma grande porção de poder no sistema internacional. Como Brooks e Wohlforth (2008) demonstram, isso interfere nas interpretações sobre os comportamentos dos Estados no sistema e também no modo como analisamos as relações exteriores. Dessa maneira, na seção seguinte, passaremos a analisar quais são os efeitos da transformação do sistema para a unipolaridade para os Estado e, conseqüentemente, para os alinhamentos internacionais.

1.2 Adaptações ao período da unipolaridade

Com a ascensão da unipolaridade as opções estratégicas dos Estados sofreram uma transformação estrutural, já que elas estariam baseadas na estrutura do sistema, como vimos ao apresentar os argumentos dos autores neorrealistas. O sistema passou a ter a concentração de poder nos EUA, o que configurou sua primazia em âmbitos importantes como a economia, a segurança, o acesso a recursos (IKENBERRY, 2003, p. 4). Ainda, outro fator também se mostra importante para compreender o momento. Walt (2009, p. 91-92, *tradução própria*) afirma que a “unipolaridade implica que a única superpotência não enfrenta nenhum rival ideológico de igual status ou influência”⁷, o que posiciona a potência em uma figura de força.

Nesse momento é importante considerarmos que não existe consenso sobre a influência da unipolaridade nas opções estratégicas dos Estados, o que se aprofunda quando se considera alinhamentos internacionais. Waltz (2000) argumenta que a unipolaridade é uma configuração fraca, pois diminui a autonomia de todos e gera desconfiança sobre a atuação dos EUA. Em contrapartida, afirma-se também que a configuração do sistema atribui mais poder à posição estadunidense (BROOKS; WOHLFORTH, 2015) e aumenta a liberdade de ação desse Estado (BROOKS; WOHLFORTH, 2008). Ainda, outra perspectiva aponta que a concentração de poder dos EUA e o sentimento de ameaça ao sistema que ela gera devem levar o unipolo a proteger as instituições que construiu para organizar sua dominação (IKENBERRY, 2014).

Dessa maneira, nessa seção exploraremos como a distribuição de poder da unipolaridade influencia os conflitos de divergências de interesses entre os Estados. Para isso, é necessário, principalmente, responder às questões sobre se é possível desafiar o unipolo, dada a configuração do sistema; o que leva os opositores a buscarem desafiar a ordem liberal sustentada historicamente pelos EUA; e quais seriam as opções estratégicas dos Estados para executar o desafio. Com essa exploração pretendemos identificar quais as possibilidades que a literatura da área elenca para questionamento da organização do sistema.

⁷ Do original: “Unipolarity implies that the single superpower faces no ideological rival of equal status or influence”

Primeiramente, exploraremos como a literatura reflete as possibilidades do questionamento da ordem. Uma ampla maioria dos autores responde afirmativamente a essa questão. Existe uma grande concordância acerca de que o questionamento sistêmico é possível. Autores como Waltz (1979), Walt (2005), Mearsheimer (2003), Brooks e Wohlforth (2015), Layne (2006), Lake (2009) ou Schweller (2011), concordam que é possível que outros Estados realizem manobras de oposição ao unipolo. O ponto no qual eles divergem em suas análises é no modo como isso pode ser feito, isto é, os autores elencam opções estratégicas diferentes para o questionamento da ordem, que serão exploradas ao longo de nossa discussão.

A minoria que responde negativamente o faz com o argumento de que, devido à primazia dos EUA no sistema, as únicas opções que os Estados que têm preferências diferentes das estadunidenses são estratégias de acomodação. Mesmo concordando com Brooks e Wohlforth (2008), Fiammenghi (2011) aponta que a oposição é impossível. Para o autor, os Estados buscam aumentar sua segurança e, na realização deste objetivo, alcançam um “ponto de segurança absoluta”, no qual o balanceamento torna-se impossível. Logo, mesmo os Estados com interesses diferentes devem realizar estratégias de *bandwagoning* e de acomodação (FIAMMENGHI, 2011). Apesar de bem estruturado, o argumento de Fiammenghi não discute como categorias diferentes de Estados poderiam reagir à unipolaridade. Isso faz com que a conclusão à que ele chega pareça precipitada, já que não considera que inovações são possíveis para se questionar a ordem e a concentração de poder. Além disso, apesar de não ser o foco de Fiammenghi, vale a pena considerar que sua pesquisa não considera os efeitos que a crise de 2008 tiveram sobre o sistema internacional e sobre a legitimidade dos EUA em organizarem o sistema.

O “realismo unipolar” argumenta que o ponto de concentração de poder dos EUA torna os paradigmas de RI inoperáveis. A principal obra de Brooks e Wohlforth (2008) defende que a primazia material do unipolo não permite que ele seja constrangido, como são os outros Estados do sistema internacional. Por meio da avaliação sistêmica dos constrangimentos externos que as principais perspectivas de Relações Internacionais destacam, os autores buscam compreender o papel que os EUA têm na contemporaneidade. Na obra de Brooks e Wohlforth são considerados os efeitos dos constrangimentos que cada perspectiva de RI propõe para os Estados. Eles são colocados em teste em um estudo sobre a política de segurança dos EUA. A conclusão da obra é que a concentração de poder faz com que os constrangimentos não atuem sobre

os EUA, o que lhe conferiria maior liberdade de atuação no sistema internacional

A perspectiva realista revela que a unipolaridade não permite que estratégias de *hard balancing* sejam desenvolvidas, já que ela impõe custos altos para os Estados que as executarem. Logo, seria irracional realizar manobras de oposição ao unipolo, já que elas levariam automaticamente aos esforços de impedimento dessa ação por parte do polo onde o poder mais está concentrado. Ainda, nessa mesma perspectiva teórica, existiria a possibilidade de contrabalanceamento por meios não convencionais, como a economia, a cultura, a ideologia. No entanto, aquilo que ficou cunhado como *soft balancing* (ou balanceamento brando, em português), baseado na lógica do *balance of threats* de Stephen Walt (1987), não possui base empírica para análise, segundo Brooks e Wohlforth (2008). Logo, apesar dos elementos não militares serem importantes no processo de tomada de decisão dos Estados, não existem episódios que demonstrem seu uso de maneira clara na estratégia dos Estados. Além disso, as análises de estratégias de *soft balancing* ainda demandam clareza tanto na objetividade, quanto previamente no conjunto de variáveis importantes para este tipo de pesquisa.

As perspectivas do neoliberalismo institucionalista também estão presentes na análise lógica de Brooks e Wohlforth (2008). Por um lado, a interdependência econômica gerada pelos processos de globalização fez com que todos os Estados ficassem mais dependentes uns dos outros e, nesse sentido, pode-se influenciar decisões política por meio da economia (KEOHANE; NYE, 2011). Brooks e Wohlforth argumentam que os EUA, assim como os outros Estados, também foram afetados pela interdependência econômica. Porém, a lógica da variação diretamente proporcional entre esta e o constrangimento sobre a política de segurança não se aplica aos EUA pela amplitude que a economia deste Estado alcançou no meio internacional (BROOKS; WOHLFORTH, 2008). Por outro lado, as instituições são espaços nos quais existem custos de reputação e ameaças de retaliação que constroem os Estados a seguirem as normas e as regras dessas arenas de decisão política (KEOHANE, 1984). No entanto, as ameaças de ação retaliatória que influenciam a reputação dos Estados não se aplicam aos EUA, devido à posição dominante do sistema. Da mesma maneira, os custos de reputação são inoperáveis para os EUA, segundo os autores (BROOKS; WOHLFORTH, 2008).

Por fim, trata-se do constrangimento que a legitimidade implica sobre o sistema. Autores construtivistas e da escola inglesa de RI,

argumentam que a perda da legitimidade aumenta os custos de transformação de *capabilities* em *outcomes* de política externa desejados pelos Estados. Segundo essa visão, os EUA deveriam atuar segundo a ordem institucional vigente, respeitando suas regras formais e informais, caso contrário, o resultado é o enfraquecimento desta organização social estabelecida pela hegemonia. Entretanto, Brooks e Wohlforth (2008) concluem que a legitimidade não é uma variável condicional forte ou estrutural no sistema, o que resulta que o unipolo não necessita superar os constrangimentos oriundos dela, como John Ikenberry (2005) constatou. Isto é, os EUA, a fim de manter sua posição hegemônica, não deveriam atuar segundo as regras formais e informais da ordem. Contudo, apesar da dificuldade analítica que a legitimidade imprime nas análises, os autores ressaltam a importância crucial que essa variável tem para o sistema, uma vez que podem servir de ferramenta tanto para a hegemonia, quanto para outros Estados (BROOKS; WOHLFORTH, 2008, p. 207). Nesse sentido, ainda existem possibilidades de constrangimentos à potência estadunidense. Entretanto, vale ressaltar, que os autores não identificam o questionamento como provável e apontam para uma tendência à estratégia de acomodação de *bandwagoning*.

O argumento de Brooks e Wohlforth recebeu questionamentos metodológicos, pois sua análise fala sobre a primazia do poder estadunidense e constata que, em relação a ele, a probabilidade de balanceamento é pequena, devido à liberdade de ação dos EUA. Porém, não fala sobre o comportamento dos Estados nas outras categorias (SCHWELLER, 2011, p. 179). Além disso, a crítica é construída a partir da importância crucial dada por Brooks e Wohlforth à legitimidade e argumenta que ela é um elemento capaz de aprofundar o declínio dos EUA e embasar o cenário para o balanceamento⁸ (SCHWELLER, 2011).

Assim, pelos argumentos levantados pela literatura, podemos apontar que a possibilidade de oposição à unipolaridade existe, uma vez que, apesar das condições materiais dos EUA serem muito maiores que as dos outros Estados (BROOKS; WOHLFORTH, 2008), ainda existem opções estratégicas para contrapor as preferências do unipolo. Entretanto,

⁸ A perspectiva de Schweller e Pu (2011) será exposta mais adiante ainda nesse capítulo. Por enquanto, vale saber que, apesar da ausência de comportamentos de balanceamento (BROOKS; WOHLFORTH, 2008; LIEBER; ALEXANDER, 2005; LEVY; THOMPSON, 2010), a legitimidade das potências hegemônicas ainda é um fator importante para sua manutenção (SCHWELLER; PU, 2011; LAKE, 2009).

ainda que a probabilidade de questionamento seja baixa e os custos para o realizar sejam altos, não é suficiente entender se ele é possível ou não. Desse modo, nos questionaremos por quê, mesmo com essas condições, os Estados estariam dispostos a questionar a ordem dos EUA.

Após o 11 de setembro de 2001, a administração Bush dos EUA começou um movimento de reestruturação da ordem internacional. Essa manobra teve o fim de adaptar as estruturas da unipolaridade para aquilo que mais favorecesse os EUA. No entanto, o comportamento de revisão das estruturas do sistema é esperado por parte de Estados opositores e não daqueles que são a hegemonia. Os EUA iniciaram um período sem precedentes na ordem internacional, no qual o próprio organizador da ordem vigente era quem buscava alterá-la (JERVIS, 2006). Porém, ainda se pode esperar que os opositores tenham razões para buscar alterar a ordem. Assim, exploraremos os motivos expostos pela literatura que levariam os Estados opositores a desafiar a ordem, ou realizar um balanceamento contra o unipolo, que, no caso estadunidense, se mostra como um revisionista hegemônico.

O aumento da segurança configura uma das razões clássicas para o desafio da ordem. Waltz (1979) argumenta que o aumento da segurança de um determinado Estado acima do “ponto ótimo”, faz com que os outros Estados, que buscam o equilíbrio de poder, também desenvolvam esforços para aumentar sua própria segurança (WALTZ, 1979). Nessa perspectiva, os Estados realizam esse aumento de segurança, por meio de armamento bélico, para equilibrar a distribuição de poder no sistema (WALTZ, 1979). Ainda nessa linha, a argumentação de Mearsheimer (2003) acerca do sistema sustenta que o único modo de um Estado alcançar a segurança plena é se tornar a hegemonia. Nesse sentido, todos os Estados estariam buscando sua segurança com esse objetivo e, assim, haveria uma competição para alcançar essa segurança (MEARSHEIMER, 2003), o que evoluiria em uma busca constante para ter a hegemonia do sistema, bem como desafios constantes àqueles que possuísem esse status por atores que desejem alcançá-lo.

Além desse motivo, o balanceamento contra ameaças também aparece na literatura como uma razão para o comportamento desafiador da ordem. Stephen Walt (1987) argumenta que os Estados não buscam equilibrar o poder, como no argumento de Waltz (1979), mas se defender contra ameaças, o que se concretiza na estrutura do “*balance o threats*”. Essa estrutura considera quatro variáveis em sua análise: poder agregado, proximidade, capacidade ofensiva e intenções ofensivas. Com isso a percepção do sistema ou do seu organizador como ameaçadores seria um motivo para dar a ignição em um comportamento de balanceamento

(WALT, 1987) e, logo, uma vez sendo a hegemonia, os EUA seriam considerados como ameaçadores.

Ainda, dada a configuração da unipolaridade, Walt (2005) argumenta que o principal motivo que orienta os Estados a buscar estratégias de oposição à ordem, é a insatisfação, o ressentimento, com o modo pelo qual os EUA desenvolveram o exercício de seu poder no final do século XX e início do século XXI. Essas razões influenciariam tanto aqueles que são questionadores das ações dos EUA, quanto aqueles que são aliados deles, pois ficam desconfiados da atuação deste (WALT, 2005). E, desse modo, a desconfiança que as ações das administrações dos EUA desenvolveram mesmo em seus parceiros, faria com que os Estados buscassem por opções que os permitissem ter mais autonomia no sistema (WALT, 2005).

A insatisfação com a ordem está relacionada à legitimidade da configuração do sistema. A ordem liberal construída pelos EUA desenhou a configuração do sistema internacional atual, baseada em normas e regras às quais os Estados devem respeitar (IKENBERRY, 2011). Lake (2009) argumenta que as relações internacionais não são anárquicas, mas que existem sistemas de hierarquias, construídos a partir dos componentes sistêmicos de legitimidade e poder. Esse sistema reflete hierarquias que podem ser percebidas como legítimas e garantidoras da ordem. No entanto, quando não são consideradas dessa maneira por muitos Estados, isto é, quando existem muitos atores insatisfeitos com essa ordem, ela será questionada ou desafiada. Ainda, em concordância com o argumento da legitimidade, Schweller e Pu (2011) defendem que ela seria o principal elemento do sistema internacional, pelo qual as ordens seriam estabelecidas e também poderiam declinar. O prestígio dos Estados para orientar o sistema internacional seria o que assegura seu lugar de desenhista da ordem internacional.

A exploração da literatura nos mostra que existem três vertentes argumentativas acerca dos motivos pelos quais os Estados utilizariam argumentos internacionais com o objetivo de modificação da ordem internacional. Por meio da revisão da literatura que abarca o tema, podemos perceber que as três vertentes têm orientações básicas diferentes. A segurança, a ameaça e a insatisfação com a ordem são desenhadas as principais razões dos Estados para questionarem o sistema do qual fazem parte. Contudo, ainda que tenhamos explorado na literatura a possibilidade de balanceamento e os motivos para ele ser realizado, ainda nos falta compreender como os Estados poderiam realizar manobras de oposição à ordem internacional.

Desse modo, passaremos à exploração da literatura a fim de entender como ela analisa as opções estratégicas de oposição que os Estados possuem no período da unipolaridade. As opções estratégicas nos servirão de base para montar a metodologia que utilizaremos no desenvolvimento da pesquisa, bem como as variáveis importantes para ela.

A configuração do sistema internacional com o poder concentrado em um Estado gera um leque de opções estratégicas, segundo Walt (2006). Essas opções estão dispostas, ainda, no espectro de estratégias entre apoio e desafio ao unipolo, tendo como *bandwagoning* o extremo de apoio e *hard balancing* o extremo de desafio. Nesse sentido, exploraremos as opções que um alinhamento teria para questionar a ordem na qual está inserida. As estratégias são consideradas por Walt em relação a uma ameaça percebida, de modo que, para as opções que contrariarem o posicionamento do unipolo, este seria considerado como uma ameaça.

Entre as principais estratégias exploradas temos o balanceamento, que adquire na unipolaridade duas variantes: o *hard balancing* e o *soft balancing*. O *hard balancing* é um comportamento no qual o Estado se opõe à ameaça percebida. Segundo Walt (2009), essa estratégia abrange o aumento da segurança do Estado e tem duas modalidades, a interna, na qual o balanceamento é feito pelo aumento das *capabilities* de segurança, ou externo, que seria a cooperação com outro Estado com o objetivo de ter *capabilities* suficientes para se opor à ameaça em questão. Esse comportamento estaria tanto alinhado contra ameaças gerais, como a ordem internacional, quanto contra ameaças específicas, como uma determinada política de um Estado que seja considerada ameaçadora.

No entanto, Walt (2006) argumenta que existe uma relativa ausência de *hard balancing* em sua versão externa na contemporaneidade. Essa observação encontra amparo na crítica e na análise feita por Wolforth e Brooks (2015), que devido à existência da primazia dos EUA, mesmo com os esforços feitos pelos Estados até o momento, não existem potências que possam ameaçar a superpotência com estratégias de balanceamento. Mesmo os Estados que, como Coréia do Norte, buscam contrariar os interesses estadunidenses por meio do balanceamento interno na produção de armamento nuclear (WALT, 2009), não teriam capacidade suficiente para gerar resultados no comportamento da superpotência.

Ainda, Wohlforth (1999) aponta que o principal impacto que a unipolaridade teria sobre as opções estratégicas dos Estados é o de que o *bandwagoning* passaria a ser a norma, já que eles não teriam interesses

em ações que configurassem a si próprios como inimigos do unipolo. Levy e Thompson (2010) argumenta que a falta de manobras de balanceamento por Estados opositores está conectada à condição que os EUA possuem como potência econômica e naval, pois garantem o controle e a distância necessários para tornar o *hard balancing* irrealizável. Nesse mesmo sentido, Krauthammer (2002) projeta que as potências menores, mesmo após o 11 de Setembro, seguiriam as ações dos EUA, assim como também conclui Fiammenghi (2011).

No entanto, Walt (2006) identifica uma opção de balanceamento que não é elaborada por meio dos recursos militares: o *soft balancing* (ou balanceamento brando, em português). A estratégia seria uma

“coordenação consciente de ação diplomática para obter resultados contrários às preferências dos EUA, resultados que não poderiam ser obtidos se os balanceadores não dessem um ao outro algum grau de apoio mútuo”⁹ (WALT, 2009, p. 104, tradução própria).

Ainda, a escolha por essa estratégia seria feita contra políticas específicas dos EUA, e, logo, o Estado que opta por realizar uma manobra de *soft balancing*, segundo o autor, aceita o desenho do equilíbrio de poder da unipolaridade, mas busca obter benefícios por meio do questionamento conjunto contra políticas específicas (WALT, 2009). Em outras palavras, o Estado aceitaria a concentração de poder desigual favorável aos EUA, mas, por meio de coalisões e esforços diplomáticos articulados para impedir as preferências da superpotência, eles teriam a possibilidade de frear políticas específicas, para alcançarem melhores resultados e limitarem a habilidade da hegemonia de impor seus interesses contra outras potências.

O *soft balancing* aparece como um conceito e uma opção estratégica coerente, uma vez que os conflitos convencionais foram somados àqueles não convencionais e que outros recursos que não os militares passaram a ter grande relevância no meio internacional, como os recursos financeiros e tecnológicos, por exemplo. Contudo, essa opção estratégica é problemática analiticamente. Isso, pois o conceito do *soft balancing* torna o balanceamento uma hipótese não falseável, uma vez que não se utiliza de aspectos objetivos para a análise sistêmica (KANG,

⁹ Do original: “conscious coordination of diplomatic action in order to obtain outcomes contrary to U.S. preferences, outcomes that could not be gained if the balancers did not give each other some degree of mutual support”.

2009, p. 6). Isto é, seria possível afirmar que qualquer ação seria um comportamento de balanceamento, o que o torna pouco prático para análises feitas na área.

Entre outras estratégias de oposição ao unipolo temos o *balking*, o *binding*, o *blackmailing*. Resumidamente, o *balking* acontece quando um Estado não coopera com uma política de outro por meio de táticas que fazem a execução dela ser demorada e alongada. Segundo Walt (2006), isso acontece quando existe um conflito genuíno entre o que o unipolo quer e os interesses do Estado com o qual ele deseja cooperar, ou então quando a opinião pública ou a estratégia de política domésticas não concordam com a decisão do unipolo. O *binding* acontece quando os Estados querem atar o comportamento dos EUA às instituições da qual eles fazem parte, a fim de garantir o respeito de determinados aspectos, ou garantir que o unipolo agirá de maneira mais previsível possível (WALT, 2006). *Blackmailing* é o sistema de barganha que usa táticas de chantagem contra outro Estado.

Como já vimos, a ordem liberal que os EUA estabeleceram diminui a autonomia dos outros Estados no sistema, ao mesmo tempo em que aumenta a desconfiança que eles depositam no unipolo (WALT, 2006). Isso se aprofunda na primeira parte dos anos 2000, quando a administração Bush lança a “Guerra ao Terror” e começa o período do revisionismo hegemônico no meio internacional (JERVIS, 2006), que resulta nos conflitos de atuação unilateral estadunidense no Oriente Médio, especialmente no Iraque e no Afeganistão. Em resposta a essa perda de autonomia, e, logo, aumento da dependência dos EUA em alguns casos, alinhamentos passam a ser orquestrados para que os dependentes tenham mais autonomia (LAYNE, 2006). A estratégia de *leash-slipping* pode ser verificada quando um Estado adquire “recursos para atuar independente dos EUA no âmbito da segurança”¹⁰ (LAYNE, 2006, p. 29). Um exemplo disso é o movimento da União Europeia para ter autonomia em sua segurança diante da dependência que possuem dos EUA pela aproximação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (WALT, 2009).

Entretanto, Randal Schweller e Xiaoyu Pu (2011) revelam uma problemática que influencia na estrutura do questionamento da ordem na unipolaridade. A concentração de poder sobre a égide do unipolo configura o sistema como estruturalmente desequilibrado, segundo a

¹⁰Do original: “*by acquiring the capability to act independent of the United States in the realm of security*”

perspectiva tradicional de equilíbrio de poder. Em consequência dessa condição sistêmica, a busca pelo equilíbrio de poder rotula seu executante como revisionista da ordem, e não como um mantenedor do *status quo*.

“Qualquer Estado ou coalisão que busque restaurar o equilíbrio é, por definição, revisionista: ele busca arruinar a ordem estabelecida de desequilíbrio de poder e a substituir com um sistema de equilíbrio de poder”¹¹ (SCHWELLER; PU, 2011, p. 46, *tradução própria*).

Logo, para a comunidade internacional, principalmente os países do Ocidente, o opositor será identificado como um agressor, pois desafia as estruturas de poder que tem mantido a ordem. Desse modo, as estratégias desenvolvidas até o momento que têm como foco o equilíbrio de poder, se executadas de modo público, resultariam em custos proibitivos elevados por parte do unipolo. Assim, Schweller e Pu (2011) têm o objetivo de explorar opções de estratégias que, antes de contrabalancear, precisam superar os rótulos de agressor a eles dados, para que, mesmo desafiando a ordem, os custos de oposição não se tornem proibitivos.

Para os autores, o principal elemento em disputa em guerras hegemônicas é a reputação que se materializa no prestígio que um Estado possui no sistema. Este seria o elemento definidor de ator central, natureza da ordem e o modo pelo qual ela será garantida (SCHWELLER; PU, 2011, pp. 42-43). Ainda, a partir da retomada do argumento de Robert Gilpin sobre as guerras hegemônicas e a influência da lei de crescimentos desiguais tem sobre elas, os autores apontam que, “conforme os competidores da hegemonia ficam mais poderosos, a insatisfação com o status quo, as ambições e as demandas por prestígio e influência também aumentam”¹² (SCHWELLER; PU, 2011, p. 43, *tradução própria, grifo próprio*).

A configuração do sistema influenciaria no comportamento dos Estados insatisfeitos e prejudicados por ela. Na ótica de Gilpin, se esse sistema expõe uma situação de disjunção, isto é, se existe uma diferença muito grande de poder entre os atores desse sistema, argumenta-se que

¹¹ Do original: “Any state or coalition of states seeking to restore a balance is, by definition, revisionist: it seeks to overthrow the established order of unbalanced power and replace it with a balance of power system”.

¹²Do original: “As the hegemon’s competitors grow more powerful, their dissatisfaction with the status quo, ambitions, and demands for prestige and influence grow as well”.

este está em uma situação de desequilíbrio. Ainda, a ordem desequilibrada, bem como aqueles que a sustentam, seriam os possuidores de prestígio e de legitimidade, o que alimentaria os três elementos mencionados anteriormente. Essa situação implicaria em uma nova fase, na qual, segundo os autores, a fim de questionar o prestígio que a ordem atual possui, os desafiadores dela devem deslegitimar esta ordem e a autoridade global da hegemonia (SCHWELLER; PU, 2011, p. 44).

Segundo os autores, durante essa fase, além do prestígio que o sistema tem e da concentração de poder que ele expressa, os desafiadores da ordem ainda precisam superar o rótulo de agressor que a eles é endereçado. Devido à característica unipolar do sistema, decisões de políticas externas dos Estados que foram contrárias às preferências do unipolo, configuram esse Estado como adversário (WALTZ, 2000). Nesse sentido, aos Estados que busquem atuar de maneira oposta às preferências do unipolo não basta somente optar por estratégias não militares de *soft-balancing*, ou de aumento de autonomia em segurança como o *leash-slipping*; eles devem superar o rótulo de revisionista, opositor, adversário, pois, caso forem identificados como tal, sofrerão constrangimentos de maneira a minar seus interesses.

O desenvolvimento de uma estratégia nesse sentido, segundo os autores, é feito em duas fases de ocorrência concomitante. A primeira é a deslegitimação, na qual os opositores executam táticas de resistência que têm o objetivo de descaracterizar a naturalidade da ordem hegemônica, enquadrá-la como incompetente e ameaçadora para todo o sistema. Ao mesmo tempo, a fase de desconcentração é um elemento importante, pois é o momento no qual a distribuição de poder seria alterada de maneira a atribuir uma posição melhor para os desafiadores, o que vai ao encontro da estratégia deslegitimadora e a reforça (SCHWELLER; PU, 2011).

Assim, exploraremos o funcionamento das fases de oposição de Schweller e Pu, a fim de aplicá-las em nossa análise. Em primeiro lugar, na fase deslegitimadora, “a potência revisionista expressa sua insatisfação com a ordem estabelecida e forja o propósito social que irá se tornar o fundamento de sua demanda por uma nova ordem mundial”¹³ (SCHWELLER; PU, 2011, p. 44, *tradução própria*).

Isso nos expõe o primeiro componente da fase de deslegitimação: o discurso de resistência. Esse primeiro elemento refere-se à

¹³ Do original: “*the revisionist power voices its dissatisfaction with the established order and forges the social purpose that will become the foundation of its demand for a new world order*”.

argumentação de uma alternativa à ordem atual e de como ela será alcançada. Constrói-se a defesa de que a hegemonia atual é incompetente ou perigosa, a fim de sustentar o argumento de que ela deve ser superada (WALT, 2006, p. 122). Isso, pois, caso a lógica argumentativa não exista, ou não seja convincente, as tentativas de distribuição de poder terão constrangimentos proibitivos (SCHWELLER; PU, 2011). Dessa maneira, o primeiro componente da fase de deslegitimação é a retórica de competição de visões sobre a ordem internacional.

Ainda resta um segundo componente a ser considerado: a prática de resistência. Nessa etapa são implementadas estratégias de imposição de custo à hegemonia. A prática de resistência só tem sentido se existe uma retórica deslegitimadora, um discurso de resistência, anterior a ela: “atos e pensamentos [...] representam um mundo alternativo ou imaginado, uma visão do que poderia ser e os meios para atingir esse objetivo”¹⁴ (SCHWELLER; PU, 2011, p. 48, *tradução própria*). Essa prática tem como objetivo questionar as ações do defensor da ordem, a fim de contribuir para torná-la ilegítima e para impedir que o unipolo atue de maneira revisionista no sistema.

Esses dois componentes conformam a fase de deslegitimação que prepara o sistema para que as dinâmicas de contrabalanceamento possam voltar a existir. Aparte da fase de deslegitimação, Schweller e Pu (2011) consideram que, concomitantemente, deve haver uma fase de desconcentração de poder, pois,

“a deslegitimação fornece o raciocínio (incorporado em um discurso de resistência) para práticas de balanceamento interno e externo, enquanto a desconcentração, ao dispersar o poder de forma mais uniforme em todo o sistema, reduz as barreiras ao discurso e à prática de resistência ao domínio hegemônico”¹⁵ (SCHWELLER; PU, 2011, p. 47, *tradução própria*).

A fase de desconcentração é sustentada pelo argumento de que, mesmo com a alta concentração de poder focada nos EUA, alguns países

¹⁴ Do original: “*Acts and thoughts [...] pose an alternative or imagined world, a vision of what could be, and the ways and means to achieve this goal*”.

¹⁵ Do original: “*Delegitimation provides the rationale (embodied in a discourse of resistance) for internal and external balancing practices, while deconcentration, by dispersing power more evenly throughout the system, lowers the barriers to both the discourse and the practice of resistance to hegemonic rule*”

demonstraram bom desempenho de desenvolvimento de recursos estratégicos na comunidade internacional (ZAKARIA, 2008; AMSDEN, 2004). No entanto, apesar da ascensão dos outros Estados, os EUA ainda são o polo de que tem o poder mais concentrado no sistema (BROOKS; WOHLFORTH, 2015). Isso, porém não invalida a lógica da desconcentração e o argumento de que esse movimento já é um acontecimento em processo de desenvolvimento¹⁶.

No entanto, apesar dessa lógica ter uma relevância analítica e tenha grande possibilidade de expressar implicações políticas e teóricas interessantes e que precisam ser analisadas, Schweller e Pu (2011) não são claros na explicação de seu modelo de análise. Os autores constroem sua análise a partir do método antropológico social de James Scott (1990), que explora a resistência de grupos sociais subordinados a elites dominantes. Scott (1990) separa ambientes nos quais os grupos podem resistir como público e privado, cuja liberdade de ação é restringida no primeiro e ampliada no segundo. Isto é, em ambientes compostos somente por membros do grupo subordinado, a crítica é construída e proferida com maior facilidade e liberdade, enquanto que, em ambientes com características opostas, o oposto ocorreria.

Scott (1990) argumenta que, mesmo quando a elite tem uma concentração de poder muito alta contra um grupo subordinado desfavorecido de poder, ele resiste às imposições de preferências pela construção de uma retórica opositora que é exposta ao público de maneira subjetiva (por poemas, canções, e outras manifestações artísticas). Ou seja, o argumento de Scott mostra que, apesar da estrutura rígida e cerceadora da liberdade de ação, o conflito entre os interesses não deixa de existir; eles mudam de ambiente de atuação.

Isso implica que o desenho de análises que sigam a mesma linha de raciocínio para as Relações Internacionais deve considerar elementos que tenham as mesmas características. Isto é, devem demonstrar a criação da oposição em uma estrutura com poder concentrado que exponha uma argumentação desafiadora dos elementos que caracterizam ou sustentam essa estrutura. E, quando lidamos com atores oficiais que atuam no sistema por meio da diplomacia, os discursos propriamente ditos não nos

¹⁶ Apesar da fase de desconcentração ser um elemento importante do processo de questionamento da ordem da perspectiva de Schweller e Pu (2011), essa dissertação se presta a analisar a fase de deslegitimação e como a resistência acontece no sistema internacional na era da unipolaridade com atenção especial para a oposição construída pela parceria estratégica sino-russa.

fornece elementos claros para análise da fase de deslegitimação. Além disso, tratando-se de questões sistêmicas de alinhamentos, a discussão de política externa se torna ampla para ser identificada em discursos de um só ator do alinhamento em um só ambiente, o que gera um problema de locutor e de público da retórica. Logo, existe uma demanda por tornar proposta analítica e metodológica testável empiricamente para a conferir o valor científico que merece. Desse modo, a seção seguinte esclarece os mecanismos que utilizo para desenvolver uma análise que verifique e gere conclusões pertinentes sobre a fase de deslegitimação do processo de oposição de um alinhamento à ordem hegemônica ao mesmo tempo em que questiona o rótulo de agressor.

1.3 Resistência e deslegitimação como questionamento da ordem

Nessa seção, faremos um esforço metodológico de esclarecer como se configura o modelo que propomos para analisar o comportamento de alinhamentos na unipolaridade em relação à ordem internacional e, assim, tornar a perspectiva de Schweller e Pu (2011) clara e operacionalizável. Os argumentos que apresentamos nesse capítulo contribuem à compreensão sobre os alinhamentos e sobre a relação deles com a ordem internacional. Assim, para conduzir nosso modelo de análise sobre o processo de deslegitimação, traremos aspectos desses argumentos tratados anteriormente

Alguns aspectos de minha proposta de análise precisam ser esclarecidos. Recorrentemente, na contemporaneidade, China e Rússia vem interagindo tanto em estruturas multilaterais, como organizações internacionais, quanto bilateralmente. A intensidade das interações nessas duas instâncias é alta e retém muitos dados relevantes para análise na temática. Desse modo, minha análise é construída nestes dois espaços, enquadrando o espaço bilateral na investigação da construção do discurso de resistência e o espaço multilateral na análise da prática de resistência.

Além disso, como a literatura revisada na seção anterior contribui significativamente para minha análise, isso tem impactos sobre minha metodologia. Minha análise parte do pressuposto analítico de Schweller e Pu (2011), que aponta o processo de deslegitimação como única possibilidade de questionamento da ordem, já que seria irracional desafiar o Estado com maior concentração de poder do sistema. O questionador é o ator que estaria insatisfeito com a ordem internacional construída pelo unipolo do sistema. Porém, segundo os autores, um questionamento declarado contra o unipolo e contra a ordem estabelecida por ele aplicaria

ao questionador o rótulo de agressor. Este rótulo faria com que os outros apoiadores da ordem se unissem em um esforço contrário ao questionador, o que frustraria seu questionamento ao unipolo.

Nesse sentido, segundo Schweller e Pu (2011), o processo de deslegitimação seria a única possibilidade de questionamento da ordem. Por meio de um discurso de resistência paralelo a uma prática de resistência, o questionador poderia, ao mesmo tempo, sustentar o questionamento da ordem e conter a atribuição do rótulo de questionador a si mesmo. Como não existe um modelo que seja capaz de abranger todos estes aspectos para analisar como alinhamentos influenciam a unipolaridade em particular, desenvolvemos um modelo de análise, a partir da perspectiva de Schweller e Pu (2011), específico para essa investigação sobre alinhamentos no processo de deslegitimação. Esse modelo será aplicado a fim de compreender como a parceria estratégica sino-russa se relaciona com a ordem.

Desse modo, construirei o modelo focando nas duas dimensões da deslegitimação: o discurso de resistência (retórica deslegitimadora) e a prática de resistência (imposição de custos).

1.3.1 Discurso de Resistência

Essa subseção está dedicada à explicação da primeira dimensão do processo de deslegitimação: o discurso de resistência. Nosso foco é explicar como foram elencados os indicadores que demonstram que ele pode ser enquadrado como um discurso de resistência. Para isso, nos baseamos no modelo de análise de discurso de Lene Hansen (2006), que busca identificar como as formações discursivas estão estruturadas e evoluem sobre determinadas temáticas. Assim, seguimos nossa argumentação da seguinte maneira: primeiramente, refletiremos sobre como as formações discursivas são construídas e quais as funções delas nas relações sociais e políticas. Em seguida, buscaremos compreender como a resistência funciona no discurso. E, por fim, elencaremos os indicadores importantes para a identificação de uma formação discursiva que tenha função de resistência social e política.

Lene Hansen (2006) argumenta que o discurso é um campo de prática social e política (SHAPIRO, 1981, p. 218 *apud* HANSEN, 2006, p. 16). O discurso é social, pois é uma formação com uma série de conceitos coletivos que são unidos para que se possa haver compreensão entre a parte que envia a mensagem e aquela que recebe. Porém, alguns desses conceitos que utilizamos nos discursos são políticos, como a “democracia”. Isso faz com que o discurso, além de uma prática coletiva, seja também uma prática política, já que a decisão pelo uso dos conceitos

é racional e escolhida conforme seu significado específico para passar uma mensagem específica.

Ainda, Hansen (2006), argumenta sobre a compreensão política do discurso: “Entender a linguagem como *política* é vê-la como um local para a produção e reprodução de subjetividades e identidades particulares, enquanto outros são, simultaneamente, excluídos”¹⁷ (HANSEN, 2006, p. 16, *tradução própria*). Para exemplificar esse passo argumentativo, Hansen (2006) explora o caso das mulheres no século XIX na Europa, pois elas teriam uma representação social e política muito radicalmente diferente da dos homens.

“Elas eram definidas como maternais, carinhosas, incapazes de compreender a complexidade de questões políticas e financeiras, e emocionais – identidades que tornaram a influência política feminina inapropriada, se não completamente perigosa”¹⁸ (HANSEN, 2006, p. 16, *tradução própria*).

Isso era contraposto àquilo que se argumentava sobre a representação dos homens e que se realizava na prática da sociedade do século XIX: eles eram definidos como “racionais”, “intelectuais”, “complexos” e “independentes”.

Ainda, segundo Hansen (2006), as características políticas e sociais da linguagem ficam expostas em como ela é utilizada nas relações sociais. Muito se estudou sobre como a linguagem estaria estruturada na comunicação social, mas este não é o foco de nossa pesquisa. No entanto, é necessário que ressaltemos que a formação discursiva é um sistema de dispersão entre pontos que forma uma regra, uma lógica, uma norma (FOUCAULT, 2013, pp. 41-42). E, sendo ela esse sistema de dispersão, ou seja, um sistema de diferenciação entre os conceitos, o significado é dado não pela essência da coisa em si, mas por um processo de oposição entre pontos, no qual um é melhor qualificado que o outro (DERRIDA, 1976; 1978). Por exemplo, a representação do “eu” só pode ser identificada quando é contrastada com a representação daquilo que o

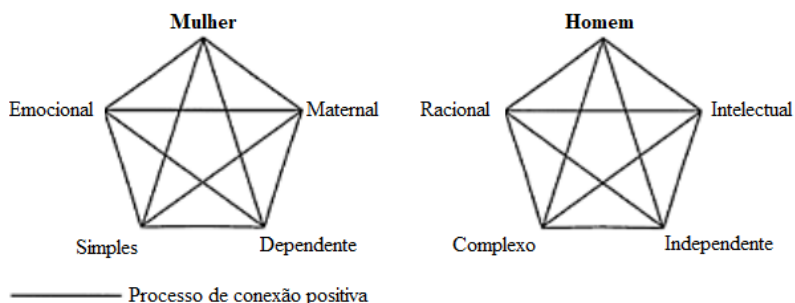
¹⁷ Do original: “*To understand language as political is to see it as a site for production and reproduction of particular subjectivities and identities while other are simultaneously excluded*”.

¹⁸ Do original: “*They were defined as motherly, nurturing, incapable of comprehending complex political and financial questions, and emotional – identities that made female political influence inappropriate if not outright dangerous*”.

“outro” é. “O mundo ‘subdesenvolvido’ não é significativo sem o contraste com um mundo ‘desenvolvido’ superior” (HANSEN, 2006, p. 17). E, nesse sentido, as representações aparecem no discurso em duas dimensões, uma que constrói os conceitos em torno de uma representação específica (como as características da mulher no século XIX) e outra que faz a oposição entre esses conceitos.

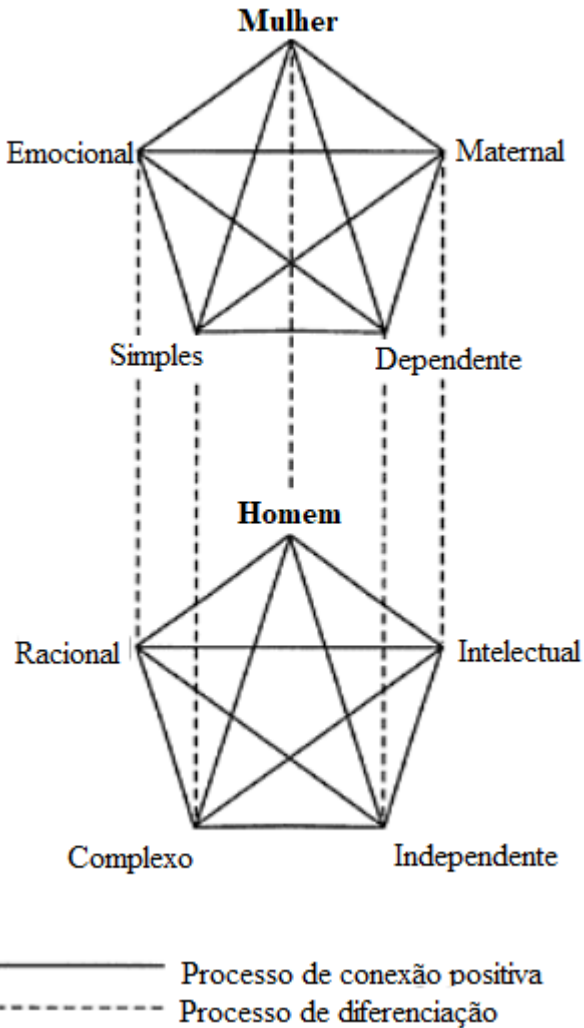
Assim, temos dois processos necessários para identificar uma representação em um determinado discurso que, apesar de separáveis analiticamente, acontecem ao mesmo tempo. Primeiro, aquilo que Hansen (2006) chama de *positive process of linking*, que chamaremos de “processo de conexão positiva”. Nesse processo são conectadas as ideias atribuídas à representação a ela. Por exemplo, no caso da sociedade do século XIX, conectam-se os conceitos de “racionalidade”, “intelectualidade”, “complexidade” e “independência” à representação do “homem”. O segundo é o que chamaremos de “processo de diferenciação”. Esse é o processo analítico no qual podemos observar a construção da oposição entre os conceitos conectados ao homem e aqueles que atribuídos à representação das mulheres na sociedade europeia do século XIX. Isso fica ilustrado nas Figuras 1 e 2 a seguir.

Figura 1 - Exemplo de processo de conexão positiva



FONTE: Elaborado a partir de tradução de imagem de HANSEN, 2006, p. 17.

Figura 2 - Exemplos de processo de conexão e de diferenciação



FONTE: Elaboração própria a partir de tradução própria de imagem de HANSEN, 2006, p. 18.

Os conceitos que estruturam as representações não são fixos. Eles podem sofrer alterações conforme o debate no qual as representações estão inseridas avança. A história nos mostra que os conceitos ganham

novos significados e novas interpretações segundo o contexto no qual eles estão inseridos. Em alguns casos, os termos que eram atribuídos positivamente a uma representação podem ter outra interpretação para uma representação diferente (HANSEN, 2006). Os direitos humanos, por exemplo, possuem diversas versões que acompanham a cultura da região e a orientação ideológica seguida pelo ator em questão. Isso nos mostra que os conceitos variam conforme o ator, ou grupo de atores, que os utiliza.

Ainda, segundo Hansen (2006), essa instabilidade corrobora a face política dos discursos, já que, ao mesmo tempo em que eles constroem as representações, eles orientam como lidar com aquilo que está sendo tratado. A escolha dos conceitos, nesse sentido, é feita estrategicamente para abordar determinada questão de modo a dar a ela uma determinada interpretação. Assim, os atores desenham as imagens que desejam sobre determinado assunto, e isso lhes confere a capacidade de gerar uma orientação comum entre aqueles que compartilham da mesma interpretação sobre o assunto em questão.

Ademais,

“Discursos políticos constroem – assim como discursos em geral – problemas, objetos e sujeitos, mas eles, simultaneamente, articulam políticas para abordá-los (SHAPIRO, 1988). Políticas são, então, orientações particulares para ação, enquanto a construção da identidade no discurso é vista mais amplamente como uma prática política. A conceituação de política externa como uma prática discursiva implica que política e identidade são vista como ontologicamente interligadas: é somente por meio do decreto discursivo da política externa, ou, nos termos de Judith Butler, ‘performances’, que a identidade ganha vida, mas essa identidade é, ao mesmo tempo, construída como a legitimação para a política proposta (BUTLER, 1990:25; CAMPBELL, 1992, p. 8-9, WEBER, 1998). Identidades são, então, articuladas como a razão pela qual políticas deveriam ser decretadas, mas também são (re)produzidas por meio desses mesmos discursos políticos: elas são, simultaneamente, fundação e produto

(discursivos)”¹⁹. (HANSEN, 2006, p. 19, *tradução própria*).

Assim, identificamos até aqui alguns pontos importantes sobre o discurso. Primeiramente, o discurso tem uma face política e social que tem implicações sobre a sociedade, construindo-a e sendo construído por ela. Em segundo lugar, vimos que o discurso tem duas dimensões: uma de conexão entre conceitos para formar uma representação; e outra de relação entre as representações para diferenciá-las entre si e valorizar uma representação em detrimento da outra. Ainda, também vimos que os discursos não são estáticos. Os atores alteram o discurso de modo a adequá-lo politicamente aos seus interesses no contexto em que estão. Nesse sentido, a partir das reflexões sobre esses aspectos, o principal objetivo de uma análise de discurso é identificar como as mudanças nas políticas são dependentes de um enquadramento discursivo de determinada questão (HANSEN, 2006).

A resistência, por sua vez, também tem aspectos próprios. Segundo James Scott (1990),

“a maior parte da vida política de grupos subordinados não se encontra nem em um exposto desafio coletivo aos detentores de poder nem em completa complacência à hegemonia, mas em um vasto território entre esses dois polos opostos”²⁰ (p. 138, *tradução própria*).

Nesse espaço que a estratégia da resistência se encontra. Ela é um exercício que busca transformar políticas, instituições e espaços sociais

¹⁹ Do original: “*Policy discourses construct—as do discourses in general—problems, objects, and subjects, but they are also simultaneously articulating policies to address them (Shapiro 1988). Policies are thus particular directions for action, whereas the construction of identity in discourse is seen more broadly as a political practice. The conceptualization of foreign policy as a discursive practice implies that policy and identity are seen as ontologically interlinked: it is only through the discursive enactment of foreign policy, or in Judith Butler’s terms ‘performances,’ that identity comes into being, but this identity is at the same time constructed as the legitimization for the policy proposed (Butler 1990:25; Campbell 1992:8–9; Weber 1998). Identities are thus articulated as the reason why policies should be enacted, but they are also (re)produced through these very policy discourses: they are simultaneously (discursive) foundation and product*”.

²⁰ Do original: “*most of political life of subordinate groups is to be found neither in overt collective defiance of powerholders nor in complete hegemonic compliance, but in the vast territory between these two polar opposites*”.

nos quais se origina ou se mantém alguns privilegiados em detrimento de outros marginalizados. É um processo que busca a alteração da ordem que organiza determinado espaço e a transformação das relações de poder entre as unidades que atuam nesse mesmo espaço. Nesse sentido, a resistência é um comportamento que questiona a dominação sem um esforço exposto, como violência, desse questionamento.

Esse esforço por transformação tem bases políticas, segundo Scott (1990). O autor argumenta que a resistência contra uma visão de mundo, ou uma ideologia, ocorre com a existência de uma lógica de oposição. Isto é, a resistência tem como um indicador a existência de uma contra ideologia. Essas ideologias dos grupos subordinados confrontam as lógicas que eles identificam ter por objetivo a manutenção da estrutura de dominação. Elas questionam o estilo de relação de poder que os construtores da ordem aplicaram nela.

Isso funcionaria da mesma maneira nas relações internacionais. Como argumentam Schweller e Pu (2011, p. 47, *tradução própria*),

“Sistemas unipolares, por definição, tem ainda que passar por uma significativa desconcentração de poder. Estados secundários, por isso, não tem os recursos para equilibrar contra o unipolo. Isso não significa que eles devem obedecer aos desejos da hegemonia. Ao contrário, eles praticam as artes da resistência, pois relações de resistência sempre coexistem com relações de dominação”²¹.

E, assim, segundo os autores, os estados secundários recorrem à resistência e o fazem por meio do processo de deslegitimação. Nessa fase, como já vimos anteriormente, os desafiadores demonstram sua insatisfação com a ordem e desenham seu próprio modelo de ordem internacional. Ainda nesse momento, os Estados desafiadores construiriam a lógica sob a qual sua própria proposta de ordem funcionaria. E, dessa forma, resistiriam à dominação sem questioná-la com violência.

De modo sucinto, a resistência é um conjunto de esforços que tem o objetivo de transformar uma ordem hegemônica considerada natural em um ambiente no qual outros atores possam exercer sua agência. Esses

²¹ Do original: “*Unipolar systems, by definition, have yet to undergo a significant deconcentration of power. Secondary states, therefore, do not have the capabilities to balance against the unipole. This does not mean that they must obey the hegemon’s every wish. Rather, they practice the arts of resistance, for realtions of resistance always coexist with relations of domination*”.

esforços têm como indicador uma competição entre as lógicas dos tipos de ordem que o dominador e o subordinado defendem. Essa exploração que fizemos até o momento nos sugere as características de um discurso de resistência. De modo que passaremos agora a elencar quais os aspectos que nos servirão de indicadores para nosso estudo.

Tendo em vista nossas considerações sobre o discurso e sobre a resistência, nosso modelo deverá conter algumas características próprias. Um modelo científico nada mais é que uma idealização que é construída para explicar um fenômeno de maior complexidade. Ou seja, o modelo simplifica um fenômeno complexo, mantendo sua essência, para que o seu estudo seja possibilitado. Dessa maneira, esse artifício científico serve para tornar capaz o teste de conceitos abstratos como os que estamos tratando: a “resistência” ocorrida em um “processo de deslegitimação”. Logo, por meio de nosso modelo, a partir do que vimos até o momento, buscamos compreender, examinar, o comportamento de resistência realizado por Estados insatisfeitos com a ordem internacional.

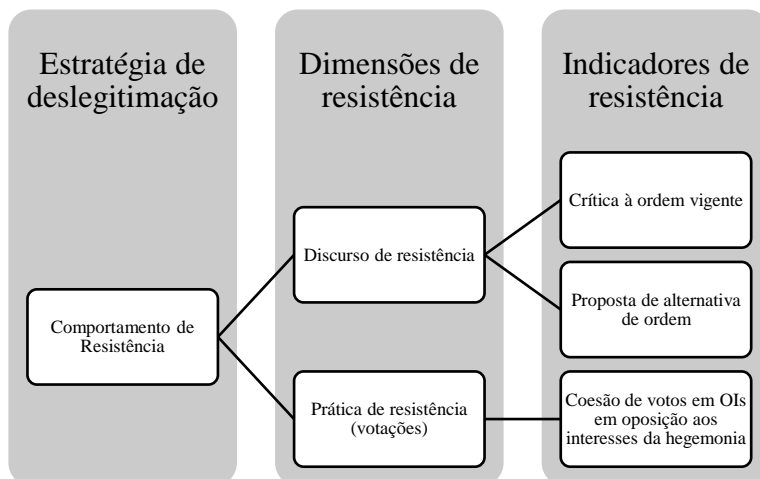
Nosso modelo, a partir do que já observamos anteriormente, tem algumas condições de aplicabilidade. Esse tipo de comportamento aconteceria em um sistema no qual existe um Estado mais poderoso que os demais, isto é, com maior concentração de poder, e no qual existe outros Estados, logicamente com menos poder que o primeiro, e que estejam insatisfeitos com a ordem internacional. Ou seja, é um sistema no qual se opera uma lógica organizacional que não agrada a alguns Estados em ascensão. Esses Estados insatisfeitos, desse modo, teriam um comportamento de resistência em relação a essa estrutura sistêmica.

Um ator que performa resistência reflete a insatisfação dele em relação a ordem. O ator insatisfeito, por não poder realizar estratégias de balanceamento propriamente ditas, busca alternativas para expor sua insatisfação e alterar o sistema para algo que lhe favoreça mais. Essa alternativa seria o processo de deslegitimação contra a hegemonia. E, para realizar esse processo, ou essa estratégia, Schweller e Pu (2011) argumentam que os atores insatisfeitos assumem um comportamento de resistência. Esse comportamento pode ser observado em duas dimensões: um discurso de resistência e uma prática de resistência.

Mais claramente, nosso modelo fica exposto na Figura 3 a seguir. Ele busca compreender a resistência de Estados insatisfeitos com a ordem internacional. Essa resistência acontece em duas dimensões: o discurso e a prática. Os indicadores da prática serão apresentados na seção seguinte, mas, para o discurso, temos dois indicadores expostos pela perspectiva teórica. Schweller e Pu (2011) afirmam que no discurso de resistência os Estados criticam a ordem internacional e, ao mesmo tempo propõem uma

alternativa a essa ordem. Assim, nossos indicadores, para que se configure o discurso de resistência, são a presença de uma crítica à ordem internacional no discurso dos atores analisados e a presença de uma proposta de alternativa de ordem para ele. Isto é, o discurso do ator em questão, no caso a parceria sino-russa, para que seja um discurso de resistência, precisa criticar a ordem internacional e construir uma proposta alternativa a ela.

Figura 3 - Modelo de análise de comportamento de resistência



FONTE: Elaboração própria com inspiração em Schweller e Pu (2011).

Para verificar a presença desses indicadores, desenvolvemos o seguinte procedimento. Nosso primeiro passo considera uma análise de como as representações são construídas nos discursos. Isto é, quais são os conceitos que constroem as representações que estamos analisando, qual o significado atribuído a eles nas fontes analisadas, se houve transformações nessas representações no período que estamos observando e a que elas estão relacionadas historicamente. Como resultado da análise sobre esses fatores teremos as representações contidas no discurso identificadas e compreendidas historicamente.

Nosso segundo passo de verificação dos indicadores do discurso de resistência considera as relações entre as representações identificadas anteriormente. Essa análise considera a segunda etapa da análise de discurso, que vimos anteriormente, sobre como as representações se relacionam. Ou seja, se elas corroboram uma a outra, ou se elas são construídas em oposição uma a outra. Para isso, o foco dessa análise é

para como as representações que encontramos são relacionadas nos discursos que estamos analisando, para como as relações entre as representações são alteradas historicamente e a relação dessas alterações com eventos históricos importantes para os atores que discursam.

Sucintamente, para ser considerado um movimento de resistência, o discurso que será analisado deve, como já exposto, primeiro, demonstrar insatisfação com a ordem vigente e, segundo, construir uma alternativa a ela. Assim, em um discurso de resistência esperamos que as representações expostas sejam sobre a lógica de ordem da sociedade em questão. Ainda, dentre essas representações, uma delas deve ser crítica da ordem vigente, enquanto outra delas deve propor uma lógica alternativa e descrever como seria sua proposta. A relação entre essas representações deve ser oposição, dando coerência à demonstração de insatisfação por parte do grupo subordinado. Dessa forma, a pesquisa identifica as primeiras evidências de um comportamento de resistência por parte dos atores analisados.

Por fim, nosso modelo tem como foco os Estados. Como estamos tratando de alinhamentos entre Estados, essa primeira parte de nosso modelo tem como foco analítico o discurso oficial das partes do alinhamento. Para isso, temos como objeto de estudo as declarações conjuntas entre as partes desse alinhamento, pois, assim, teremos um discurso concordado e coordenado entre elas. Isso nos permite identificar os elementos nos quais há concordância entre as partes e como essa concordância se relaciona com a ordem internacional.

Nossos materiais de pesquisa serão, como já vimos anteriormente, as declarações conjuntas oficiais feitas pelos governos desses dois Estados. As declarações foram selecionadas no período dentro de nosso escopo temporal, ou seja, entre 1996 e 2016. As declarações nos trazem informações para a análise de discurso sobre o posicionamento da parceria sobre a ordem internacional, pois, nessas declarações, China e Rússia expõem como lidariam com as questões internacionais que consideram importantes. Assim, esse material nos permite observar o desenvolvimento das posições convergentes entre ambos Estados. Esses documentos foram coletados de arquivos oficiais de ambos os Estados e órgãos oficiais de diplomacia, o que garante a legitimidade das informações avaliadas. Ao mesmo tempo, nos utilizamos de fontes secundárias, como análises acadêmicas, para fazer uma reconstrução histórica dos principais desenvolvimentos da parceria sino-russa. Isso foi feito para compreender as mudanças da política internacional dos dois Estados e em que contexto elas ocorreram, para que nos fosse possível

argumentar melhor sobre as mudanças que ocorreram no discurso da parceria.

Em síntese, esses são os aspectos de nosso modelo de análise de discurso de resistência. Ele conta com o foco analítico sobre o discurso oficial dos Estados parte de um alinhamento e busca identificar como esse discurso está organizado e como ele se posiciona sobre a ordem internacional em vigor. Por meio da aplicação dele, poderemos ter evidências sobre a relação do alinhamento em questão, leia-se a parceria sino-russa, com a ordem internacional vigente.

1.3.2 Prática de Resistência

Nesta seção daremos foco para a prática de resistência em nosso modelo. Nosso esforço tem o objetivo de explicar como funciona nossa análise sob essa parte da investigação. Isto é, quais são as características que configuram a prática de resistência, segundo as perspectivas que estão nos orientando até o momento. Para isso, nos baseamos nos apontamentos de Schweller e Pu (2011) sobre essa etapa do processo de deslegitimação. Desse modo, nossos passos argumentativos são os seguintes: primeiramente, trataremos sobre o que vem a ser a prática de resistência para os autores e quais as funções dela. Em um segundo momento, traremos os indicadores que essa perspectiva nos sugere como necessários para realizar nossa investigação. Em seguida, trataremos sobre a situação que elegemos para analisar esses indicadores. E, por fim, apontaremos um indicador que conecta as duas etapas de nosso modelo e que é necessário para a verificação do comportamento que buscamos.

Segundo o modelo de Schweller e Pu (2011), a prática de resistência consiste em o ator pôr em prática estratégias de imposição de custo às ações do unipolo. Este tipo de estratégia tem por objetivo impedir que a hegemonia tome determinadas decisões que vão de encontro aos interesses do ator que utiliza esse tipo de movimento. A estratégia de imposição de custo

“é particularmente frisada durante a competição em períodos de paz e tem como objetivo influenciar os cálculos de custo do oponente pela imposição – a custos relativamente baixos para si – de custos relativamente altos ao oponente, forçando-o,

assim, a alterar seu comportamento”²² (FUKUDA, 2015, p. 57, *tradução própria*).

Assim, essa opção estratégica não tem como foco o confronto direto entre dois Estados, mas sinaliza a insatisfação e, em caso de sucesso, impede que determinados comportamentos sejam realizados.

Apesar de ser amplamente utilizada no meio militar, a natureza dessa opção estratégica é múltipla. A imposição de custos pode acontecer militarmente, como aconteceu no período da Guerra Fria em estratégias estadunidenses contra a URSS, por meio do aumento de gastos em armamentos de alto custo, o que fez com que o gasto soviético aumentasse para alcançar o avanço dos EUA (EKMAN, 2015). No entanto, essa opção estratégica pode seguir espectro não militar, por meio da economia e da política, por exemplo. A aplicação de sanções é uma opção estratégica de imposição de custo, por exemplo, pois tem como objetivo aumentar os custos de determinado Estado ter um comportamento específico. A utilização do poder de veto no Conselho de Segurança da ONU é um exemplo político dessa estratégia, principalmente quando os rascunhos de resolução em questão tratam de assuntos politizados, pois impedem que ações sejam legitimadas pelo principal organismo internacional da contemporaneidade.

Ainda, vale ressaltar a característica assimétrica dessa estratégia. Segundo Junichi Fukuda (2015), normalmente essa estratégia é realizada por países militarmente fracos, a fim de realizar objetivos estratégicos contra um país mais forte. Em um sistema unipolar, considerando que a concentração de poder reside em um único Estado, as relações entre o unipolo e os outros atores, em geral, serão assimétricas. Portanto, nesse tipo de sistema, é comum que os atores se utilizem de estratégias de imposição de custo para alcançar seus interesses.

Ao tratar as estratégias de imposição de custo, Schweller e Pu (2011) ressaltam um elenco de opções estratégicas bastante amplo:

“No mundo atual, estratégias de imposição de custo incluem engajar em atrito diplomático ou *foot-dragging*; negar acesso a bases para as forças armadas dos EUA; lançar ataques terroristas contra os Estados Unidos; auxiliar, incentivar e abrigar grupos terroristas; votar contra os Estados Unidos

²² Do original: “*This concept is particularly stressed during peacetime competition and aims to influence the opponent’s cost calculations by imposing—at relatively little cost to oneself—relatively large costs on the opponent, thereby forcing it to change its behavior*”.

em instituições internacionais; impedir ou reverter o avanço da presença das forças militares dos EUA; buscar o protecionismo e outras políticas econômicas coercivas; executar uso convencional da força como com bloqueios contra aliados dos EUA; fazer ameaças contra Estados pivôs que afetam a segurança regional e internacional; e proliferar armas de destruição em massa entre Estados ou grupos antiocidentais”²³ (pp. 47-48, *tradução própria*).

Assim, temos a sugestão de nosso principal indicador para a prática de resistência. Esse indicador é a realização de estratégias de imposição de custo, como expusemos anteriormente na Figura 3. Especificamente para nossa pesquisa esse indicador foi recortado, já que a presença de estratégias de imposição de custo é bastante ampla. Para nosso estudo, daremos foco para situações tratadas em organizações internacionais, nas quais os Estados votam e expõem suas posições sobre questões de cunho internacional. Assim, um indicador importante para nossa análise é a coesão dos votos da parceria em oposição a interesses dos EUA. Isto é, a realização de esforços contra o avanço dos interesses de um determinado oponente; esforços realizados a fim de conter, ou limitar o comportamento de um Estado ou grupo de Estados serão testados em organismos internacionais especificamente com foco para a como a distribuição dos votos é feita nesses ambientes.

Dessa maneira, aplicaremos essas sugestões em três estudos de caso. Em outras palavras, a verificação desse indicador será feita por meio de estudos de caso, a fim de investigar a existência desse tipo de estratégia. Especificamente em nossa investigação, faremos a verificação deste indicador numa situação política. Nessa verificação, analisaremos os votos dos atores que selecionamos: a parceria sino-russa e os EUA.

²³ Do original: “*In the current world, cost-imposing strategies include engaging in diplomatic friction or foot-dragging; denying U.S. military forces access to bases; launching terrorist attacks against the United States; aiding, abetting, and harboring terrorist groups; voting against the United States in international institutions; preventing or reversing the forward basing of U.S. military forces; pursuing protectionism and other coercive economic policies; engaging in conventional uses of force such as blockades against U.S. allies; making threats against pivotal states that affect regional and international security; and proliferating weapons of mass destruction among anti-Western states or groups*”

Assim, verificaremos se existe esse esforço para conter ou limitar os EUA e identificaremos como isso acontece e em que áreas isso tem ocorrido.

A fim de verificar a contenção aos EUA nesse caso no ambiente dos organismos internacionais, nossos fatores a serem identificados serão dois: a tendência dos votos dos atores e o nível da coesão de votos entre eles na questão específica. Para fazer isso, analisaremos as discussões de três organismos internacionais sobre a questão da Síria, já que, como demonstraremos, ela é de grande importância para a agenda internacional dos EUA. Essa análise será feita em três ambientes dentro das Nações Unidas: o Conselho de Segurança, o Conselho de Direitos Humanos e a Assembleia Geral.

A análise dos votos dentro de organismos internacionais é um método de verificação que pode alcançar soluções para nosso problema do comportamento da parceria em um assunto importante para o unipolo. Pesquisas sobre os votos dos Estados em organismos internacionais têm o potencial de identificar como eles comportam-se em determinadas questões ou em temáticas amplas. Por exemplo, ela permite a análise de Suzanne Graham (2014) sobre o comportamento da África do Sul na ONU, a fim de responder à problemática de se este Estado defende interesses africanos no organismo, ou não. Ela permite que Peter Ferdinand (2014) aponte para os impactos que a coesão de votos do BRICS tem sobre as decisões desses organismos. Apesar dos votos em organismos internacionais não representarem a completude do comportamento de política externa de um Estado, a coesão de votos é um indicador bastante significativo de posições comuns em questões internacionais (FERDINAND, 2013). E, assim, nos serve como método para examinar o comportamento sino-russo em questões importantes para os EUA.

Para realizar o objetivo relacionado a essa parte dessa dissertação, nossa pesquisa segue alguns padrões de pesquisa com votos de Estados em organismos internacionais. Teremos duas perspectivas de análise em nossa abordagem dessas informações: uma quantitativa e uma qualitativa. Primeiramente, abordamos os votos de China, Rússia e EUA pela representação deles em porcentagem em relação às resoluções ou rascunhos de resolução avaliados. Além disso, também abordamos os votos por meio do índice de coesão de votos, que será melhor explorado mais adiante em nossa discussão. Fizemos isso com o intuito de identificar o grau de coesão entre China e Rússia e também para identificar os momentos em que havia oposição entre a parceria e os EUA, principal representante da ordem internacional em vigor.

Posteriormente, abordamos os documentos de maneira qualitativa, a fim de identificar as temáticas sobre as quais a parceria tendia a se opor sobre o estudo de caso escolhido. Nessa etapa, recorreremos às resoluções e rascunhos de resolução das reuniões da ONU, mas também aos registros das discussões nesses órgãos. Nos registros pudemos encontrar as justificativas dos votos, bem como a argumentação das partes da parceria sobre o estudo de caso escolhido. Isso nos permitiu identificar as tendências sobre quais áreas eram mais propensas a ocorrer oposição e em quais áreas existia o consenso. Assim, identificamos como a parceria emprega estratégias de imposição de custo contra o unipolo.

Logo, como pudemos notar, a estratégia de imposição de custos, que configura a prática de resistência do processo de deslegitimação, tem suas próprias características. Ela tem como objetivo impedir a execução de um tipo de comportamento por parte de um Estado. Além disso, ela tem uma natureza diversa, ou seja, pode acontecer em muitas áreas das relações internacionais. E, por fim, ela é comum em relações de poder assimétricas. Ao realizar uma análise com essas características expostas até o momento, esperamos compreender como podemos identificar o comportamento da parceria sino-russa sobre a ordem internacional. Poderemos argumentar se a parceria posiciona-se contrariamente à ordem, ou a favor dela. Também teremos sugestões de quão efetiva essa estratégia tem sido para os principais objetivos da parceria no sistema internacional. E, portanto, contribuiremos com a temática identificando como a parceria age nessas condições e com a política refletindo sobre a efetividade e os impactos dessas decisões estratégicas.

2 A RETÓRICA DE RESISTÊNCIA DA PESR

2.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo identificar e caracterizar o discurso de resistência na parceria estratégica sino-russa. Para isso, foram feitos dois passos argumentativos. Para a compreensão do avanço da parceria e de seu discurso de maneira mais completa, consideramos necessário realizar uma revisão histórica, já que ela nos permite posicionar os momentos nos quais o discurso adquire determinadas características. Além desse histórico, fazemos uma análise das declarações conjuntas de China e Rússia, a fim de identificar o discurso de resistência nelas e como ele é construído ao longo dos vinte anos da parceria. Os resultados gerados a partir de uma fusão entre os resultados dessas duas etapas nos permitem identificar como o discurso de resistência transforma-se e adquire novas roupagens desde 1996 até 2016.

Para isso, nossa primeira seção constrói a análise histórica a partir de outros analistas da parceria sino-russa e de história internacional. Separamos essa seção em duas etapas: a primeira trata rapidamente sobre a parceria durante a Guerra Fria e sobre como ela perde força nesse período; A segunda tem foco sobre o pós-Guerra Fria e os avanços que esse momento representa para a parceria. Essa segunda etapa está dividida em três momentos, que são recortados conforme a parceria evolui em abrangência e características da cooperação, como será exposto ao longo de nossa análise.

A segunda seção deste capítulo trata sobre o discurso de resistência da parceria e suas características. Nela, foram analisadas 27 declarações conjuntas entre o Estado russo e o Estado chinês (listadas no Anexo 1). Essas declarações foram analisadas conforme o modelo de Lene Hansen (2006), que busca encontrar identidades nos discursos, bem como descrever como essas identidades são construídas neles. Para isso, primeiramente, conforme o método escolhido, identificamos os conceitos nos quais a representação de ordem internacional é construída nos discursos, bem como a representação que é justaposta a ela. Em seguida, identificamos como é feita a diferenciação entre a ordem internacional e a alternativa a ela, por meio de três esferas: espaço, tempo e ética. Isso nos permite identificar as características do discurso e como as identidades funcionam nele. E, assim, nos permite responder ao questionamento sobre o discurso ser de resistência, ou não, e sobre como ele está organizado na argumentação da parceria.

A hipótese a ser testada é a de que existe um discurso de resistência sino-russo, mas que ele não está direcionado contra os EUA, como alguns analistas do assunto afirmam. Por isso, se faz necessária a vinculação dos resultados da primeira etapa desta seção aos resultados da segunda etapa. Pois, assim, podemos testar essa hipótese com respaldo histórico e documental. Nossas conclusões trazem reflexões sobre as características do discurso e sobre as implicações de nossos resultados para a temática da parceria sino-russa e para a temática de alinhamentos internacionais no pós-Guerra Fria.

2.2 Um relacionamento de longa data

Nesta subseção, faremos uma retomada histórica para que possamos identificar historicamente como a parceria sino-russa se transformou e como evoluiu a relação dela com o meio internacional. Para isso trataremos, brevemente, as relações deles durante o período da Guerra Fria (GF) e, em seguida, como a parceria teve continuidade ao nos aproximarmos de 2016. Nesse sentido, começaremos nossa construção histórica com a retomada do posicionamento de blocos característico do período da GF e como eram as dinâmicas das relações sino-soviéticas nesse período. Após isso, iremos explorar o tensionamento das relações entre esses dois Estados e como ele evoluiu até o momento que ficou conhecido como a cisão sino-soviética. Em seguida, refletiremos sobre os impactos desse fenômeno para a parceria, uma vez que houve um distanciamento entre os dois Estados.

Por fim, o próximo período das relações que será explorado é o contemporâneo, que abrangerá o contexto a partir do qual a parceria estratégica foi discutida e formada entre os dois Estados. Nesse momento, teremos três etapas de análise, que foram periodizadas dessa maneira a fim de facilitar o desenvolvimento de nossa investigação, mas, principalmente, porque são períodos nos quais se constata uma transformação do *status* da parceria. São eles: o período da “parceria construtiva” (1994 – 1995), o período da “parceria de cooperação estratégica” (1996 – 2010) e o período da “parceria estratégica compreensiva de coordenação” (2011 – 2016). Essas categorias serão utilizadas posteriormente para a análise dos documentos, que fará a investigação sobre o discurso, a fim de não gerar anacronismos que causem confusão no acompanhamento de nosso argumento para o leitor.

Esse esforço de contextualização histórica torna-se importante para nossa análise especialmente por três razões. Primeiramente, a

recomposição histórica permite que haja um entendimento sobre as transformações políticas e sociais do discurso sino-russo sobre a ordem internacional. Isso, pois, com esse esforço, podemos avaliar o discurso a partir de uma perspectiva temporal que nos proporciona informações que não estão explícitas nos documentos em si e que, no entanto, são importantes para a compreensão do objeto de pesquisa. Em segundo lugar, a aproximação com as transformações históricas da parceria será um esforço crucial para identificarmos os tipos de discurso que são construídos pelas contrapartes desse arranjo bilateral. E, nesse sentido, é importante para a demonstração de que o discurso não é rígido; é uma produção e reprodução de uma construção de identidade que deve ser testada historicamente (HANSEN, 2006).

Além disso, a reconstrução histórica é importante pois. “traçar a evolução de construções discursivas através do tempo envolve [...] um exame sobre como eventos chave são respondidos pelo discurso oficial de política externa”²⁴ (HANSEN, 2006, p. 102, *tradução própria*). Isso, pois, uma vez categorizados como tais, esses eventos tem o potencial de transformar os discursos. Ainda,

“eventos chave podem ser usados metodologicamente para estabelecer uma linha do tempo que identifica quando os eventos principais ocorreram e quando políticas centrais foram ou adotadas ou defendidas”²⁵ (HANSEN, 2006, p. 102, *tradução própria*).

Após esses esclarecimentos, passaremos agora a descrever as transformações históricas pelas quais as dinâmicas de relacionamento entre China e Rússia passaram. Primeiramente, com foco para a GF e, posteriormente, com foco para o século XXI, como dito anteriormente.

2.2.1 *A Guerra Fria: do bloc positioning à cisão sino-soviética*

As relações entre a China e a Rússia são antigas. Desde o período imperial, quando ocorria a expansão do Império Russo, no século XVII, tem-se registro do início de contatos entre as contrapartes em questão (PAUTASSO, 2012). Contudo, não se faz necessário para essa

²⁴ Do original: “*Tracing the evolution of discursive constructions over time involves [...] an examination of how key events are responded to by official foreign policy discourse*”.

²⁵ Do original: “*Key events can be used methodologically to establish a timeline that identifies when main events occurred and central policies were either adopted or defended*”.

dissertação uma retomada histórica tão longa. Isso devido a que nosso foco de análise está no século XXI, especificamente no período após a criação da parceria estratégica sino-russa. Apesar da importante contribuição que as relações desde o período imperial têm para a discussão das dinâmicas sino-russas, manteremos nosso enfoque na segunda metade do século XX, especialmente para o período da Guerra Fria (GF), na primeira parte de nossa retomada histórica.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Europa ficou devastada pelas batalhas realizadas naquele local. Esse cenário deu espaço para a entrada de outros atores para garantir a reconstrução das regiões afetadas. Tal movimento de “auxílio” foi feito pelos Estados Unidos da América (EUA), que ocupou o lugar de líder que antes fora da Reino Unido, e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), profundamente afetada pela guerra. Ainda, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a aliança entre EUA, URSS e Reino Unido feita para conter o nazismo e o fascismo teve sua razão de existência extinta e deu lugar às conferências conhecidas por “organizar” a sociedade internacional: Teerã (1943), Yalta (1945) e Potsdam (1945). Nestes momentos, foram definidas, de maneira abrangente, as esferas de influência dos ganhadores e, nesse sentido, os países rapidamente se alinharam em dois polos diferentes: a aliança ocidental, capitalista e guiada pelos EUA; e o bloco comunista, liderado pela URSS (WATSON, 2002).

Os blocos antagônicos da GF tinham modelos diferentes de administração, pautados nas ideologias que cada um seguia, que marcaram o período com a competição por maior influência mundial. Ambos blocos tinham ideias que julgavam universais e justas para o mundo todo. O bloco capitalista defendia a democracia, o Estado de direito, a descolonização e a abertura de mercados, tendo o capitalismo como plano de fundo, enquanto o bloco socialista defendia a estrutura centralizada da URSS e o comunismo como forma de organização social. A competição entre essas ideologias levou ambos os lados a campanhas anti-hegemônicas contra o outro e, o que tinha sido o acordo de ordem entre os vencedores sobre áreas de influência, culminou em dinâmicas de conflito numa organização bipolar sobre o mundo (WATSON, 2002).

Enquanto as estruturas de blocos antagônicos se delineavam, ocorria um movimento de construção da República Popular da China (RPC), em 1949, com auxílio da URSS (PAUTASSO, 2012). A ascensão do Partido Comunista da China (PCCh) ao poder do Estado chinês enquadrou o comunismo como modelo de organização dessa nação (CHEN, 2001). No entanto, diferente da URSS, a RPC organizou-se com base em um marxismo com suas próprias características, que mais tarde

ficaria conhecido como marxismo-maoísmo (WATSON, 2002). Existiam diferenças pontuais entre essas duas orientações, porém o auxílio prestado pela URSS para o PCCh e a aproximação ideológica entre esses dois Estados foram o bastante para posicionar a RPC sob o arcabouço do bloco comunista.

Assim, RPC e URSS foram aliados econômicos, militares e políticos durante o período bipolar. Existiu apoio econômico e financeiro para que a nação chinesa se sustentasse durante o período de construção do Estado. Isso foi feito por meio de empréstimos e financiamento de projetos com maturação em longo prazo desde o início do alinhamento sino-soviético (LUTHI, 2008). Enquanto isso, a URSS se beneficiava com a influência e com a legitimidade que a posição de credor assumia a ela por meio do financiamento para outros Estados comunistas: consolidava a posição soviética como líder do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Os acordos firmados entre as contrapartes foram responsáveis pelo auxílio técnico e financeiro que, no início da década de 1950, garantiu o desenvolvimento militar chinês (GERSON, 2010). O apoio soviético foi parte essencial do nascimento da indústria militar chinesa, apesar de existirem discordâncias sobre a autonomia que a RPC teria sobre essa área (GERSON, 2010). E, além disso, o apoio político inseria a RPC no meio do debate internacional da bipolaridade e, principalmente, posicionava o Estado chinês sob a lógica de proteção soviética dos países comunistas. O alinhamento político entre os dois Estados tinha benefícios para as duas partes, uma vez que, ao mesmo tempo em que consolidava a influência do comunismo soviético no continente asiático, servia aos interesses chineses de contenção do Japão na região (CHEN, 2001).

No entanto, concomitantemente com a aproximação que ocorria entre RPC e URSS também existiam pontos de tensão que se agravaram. Primeiramente, uma questão político-ideológica: à medida em que os soviéticos passaram a lidar com a *détente* de modo a garantir a coexistência pacífica, a RPC passou a se empenhar, naquele momento, em questionar a possibilidade do apoio a essa política. A tentativa de Nikita Khrushchev, então líder soviético, de garantir que o antagonismo entre os dois blocos não evoluísse para um conflito civilizacional, como havia sido as duas grandes guerras anteriores, foi recebida pelos chineses com receio. Enquanto os soviéticos buscavam garantir a coexistência, a RPC defendia que o imperialismo ocidental deveria continuar a ser combatido e, logo, não era possível que capitalismo e comunismo coexistissem pacificamente (RYABUSHKIN, 2007; LI, 2012).

Em segundo lugar, existiu uma questão estratégica que alimentou as tensões. Como já mencionamos, existia uma discordância sobre a autonomia que a RPC tinha sobre seu desenvolvimento militar. O auxílio soviético prestado à RPC sobre o setor militar era acompanhado por técnicos e especialistas russos, o que, enquanto permitia o avanço chinês, garantia o controle da URSS sobre ele. Isso ficou explícito quando houve pedido por parte dos chineses, em 1958, para a criação de uma flotilha de submarinos nacionais independentes da URSS, que negou rapidamente a produção de tais veículos (GERSON, 2010). Esse seria somente um dos exemplos da assimetria que existia entre as duas nações e que mantinha a subordinação da RPC aos interesses da URSS. Portanto, em conjunto com as diferenças político-ideológicas, a assimetria estratégica aparece nos principais motivos que levaram ao aprofundamento das tensões entre os dois Estados.

Ainda, sobre as tensões político-ideológicas, é importante ressaltar que elas também escoavam para o debate intrabloco. As divergências entre as orientações soviética e chinesa, somadas à estrutura assimétrica que o alinhamento desenhava naquele momento, transformaram-se em um debate sobre a liderança do comunismo internacionalmente (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015). Os chineses, devido a essas questões, não identificavam mais nos soviéticos a autoridade e a legitimidade que existiu no início do alinhamento. E, assim, um questionamento da autoridade soviética começou a surgir dentro do bloco comunista por parte da China, que ao mesmo tempo se apresentava a si mesma como a melhor alternativa entre a liderança soviética e o hegemonismo estadunidense.

Finalmente, o alinhamento entre RPC e URSS deu lugar a uma dinâmica de conflitos políticos-ideológicos dentro do bloco comunista. Este, organizado pelos soviéticos, foi moldado entorno da adaptação marxista do marxismo-leninismo e por uma tendência autoritária (WATSON, 2002). Porém, apesar da proximidade política e dos interesses chineses e soviéticos, o *modus operandi* e a ideologia soviéticos não foram o bastante para sustentar o apoio chinês ao bloco comunista. E, por fim, em 1969, esses dois Estados, que foram aliados comunistas, passaram a disputar territórios na fronteira entre eles, o que resultou em um conflito fronteiriço à beira de ataques nucleares (GERSON, 2010).

A crise do alinhamento sino-soviético teve como ápice o conflito fronteiriço por uma ilha entre os dois territórios (nomeada Zhenbao pelos chineses e Damanskii pelos soviéticos). O conflito foi construído ao redor da discussão política de orientação e da liderança do movimento

comunista internacional, mas foi materializado no alto número de baixas que ambos lados tiveram durante esse episódio. O lado chinês foi ameaçado com um militarismo intenso pelos soviéticos, devido ao posicionamento de armamentos nucleares e ao alto número de tropas dedicadas para essa atividade (GERSON, 2010; PAUTASSO, 2012). Além disso, é necessário lembrar que tal momento foi definidor da organização das alianças durante a GF, que culminou na quebra de aliança no bloco comunista e na reorganização das forças nesse momento.

O episódio que exploramos ficou conhecido como a cisão sino-soviética e teve implicações importantes para a GF (e influenciou também a compreensão dos analistas de Relações Internacionais sobre a relação entre China e Rússia atualmente²⁶). A principal implicação para ambos foi o isolamento. A RPC teve uma transformação na política externa que igualou a URSS ao status de inimigo que os EUA ocupavam. Com isso, “além dos conflitos com a URSS e o isolamento do campo socialista, a China teve de enfrentar o acercamento ocidental e soviético em suas fronteiras” (PAUTASSO, 2012, p. 56). O isolamento também foi sofrido por parte dos soviéticos, uma vez que os EUA, durante a crise fronteiriça, prestaram apoio ao lado chinês impedindo os soviéticos de escalamem o conflito para uma invasão ou para o uso de armamento nuclear. Porém, o isolamento sofrido pela China fez com que esse Estado buscasse outras opções estratégicas. Isso mudou as relações de poder durante esse período da GF.

As batalhas na fronteira, somadas à Doutrina de Soberania Limitada adotada pelo governo de Brezhnev, na URSS, trouxe uma mudança estratégica na RPC: distanciamento e contenção da URSS e aproximação com os EUA. A ameaça de que a China poderia ser invadida pela URSS para manter o bloco comunista, da mesma forma que aconteceu com a antiga Iugoslávia, foi uma causa importante do redirecionamento da estratégia chinesa para com o Ocidente. A reorientação do relacionamento com os EUA, sustentada pelos esforços diplomáticos de Zhou Enlai e pelas reformas políticas de Deng Xiaoping,

²⁶ Os argumentos de alguns analistas, com os quais essa dissertação discute, que se propõem a contribuir com o debate sobre a parceria sino-russa dos dias atuais, têm como um aspecto importante o histórico da cisão sino-soviética. Valem-se do argumento de que os mesmos aspectos históricos que levaram à cisão têm tendência de ocorrer mais uma vez e gerar efeitos de afastamento entre os dois Estados. Pode-se entender essa perspectiva por Bobo Lo (2008) e Rob de Wijk (2015), por exemplo.

permitiram o início de uma inserção internacional chinesa de maneira mais prática. Esses esforços fizeram com que a RPC passasse a ser reconhecida por mais Estados como representante da China, ao invés da delegação taiwanesa, em foros multilaterais, como a ONU, por exemplo. Além disso, mais importante para a China nesse momento, a melhora nas relações com os EUA representava o controle das ações soviéticas sobre o Estado chinês, uma vez que, sendo parceira do Ocidente, este a defenderia, caso ocorresse uma invasão soviética para garantir a manutenção do comunismo (PAUTASSO, 2012).

Ademais, a reconfiguração dos alinhamentos dos blocos da GF permitiu também que a diplomacia chinesa adensasse sua representação internacional e construísse uma identidade e um posicionamento autônomo perante o período bipolar. A GF contou com um período de descolonizações que deu origem a países que antes eram dominados pelo colonialismo europeu. Esses movimentos de independência fizeram florescer uma gana dos novos países por liberdade nas suas próprias relações com outros Estados, ou seja, eles demandavam liberdade da lógica de posicionamento de bloco do período bipolar. Assim, liderados pela China e pela Índia, esses Estados do então chamado “Terceiro Mundo” construíram o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), que advogava pela insatisfação dos países membros com a lógica hegemônica ou imperialista sobre a qual o sistema internacional estava organizado (WATSON, 2002).

Em suma, o cenário resultante do período de tensões entre a RPC e a URSS foi o de isolamento do bloco comunista e o início da inserção internacional chinesa. A URSS perdeu um parceiro importante, enquanto a China ganhou um parceiro da mesma categoria. A deterioração das relações sino-soviéticas era clara: a China passou a adotar uma política externa antissoviética e a se apoiar nos EUA para a garantia do desenvolvimento econômico que o Estado precisava desde o fim do período da Revolução Cultural de Mao Zedong. Assim, a configuração da GF havia sido substancialmente alterada e não favorecia o bloco comunista.

2.2.2 Período de reaproximação e o desenvolvimento da parceria sino-russa

Nos anos 1980, as relações entre a RPC e a vindoura Federação Russa passaram mais uma vez por um período de incerteza e de metamorfose. As reformas implementadas por Deng Xiaoping permitiram que a RPC retirasse da URSS o rótulo de revisionista, o que permitiu que uma reaproximação fosse orquestrada (PAUTASSO, 2012).

Por um período no mandato de Gorbachev na URSS, as relações desta com a China evoluíram positivamente, segundo Bobo Lo (2008): deu-se início à redefinição das fronteiras, que era um dos principais temas de tensão entre as partes, e foram atendidas algumas das demandas chinesas para a normalização das relações. No entanto, apesar da singela aproximação desse momento, as transformações que Gorbachev implementou trouxeram consigo uma forte reação chinesa. Do mesmo modo, os eventos de Tiananmen, em 1989, segundo Bobo Lo (2008), atuaram como um retardador do processo de normalização das relações, pois colocaram a China em uma posição defensiva perante a comunidade internacional.

Além disso, o final da GF causou um aumento nas incertezas entre os dois Estados. As negociações para a retomada das relações entre as partes eram graduais e pautadas nos interesses desses dois Estados. No entanto, quando se iniciou o período final da bipolaridade, essas negociações perdem força. A China, sob liderança de Jiang Zemin, considerou a abdicação do monopólio de poder soviético sobre as repúblicas, que levou ao desaparecimento da URSS, uma traição ao comunismo. O desmantelamento da URSS criou um cenário de incertezas para a RPC, uma vez que, como Pautasso (2012) argumenta, criou diversas tensões novas para serem abordadas pela política internacional da China, como a questão das fronteiras da China com os países que surgiram desse processo e a política de isolamento dos EUA, que já começava a identificar a ascensão chinesa como uma possível ameaça. Nesse período houve iniciativas e atuações pragmáticas por parte dos dois Estados, no entanto, isso não significou uma aproximação entre eles. Ao contrário, houve um maior afastamento de valores e modelo de orientação interna e externa (LO, 2008).

2.2.2.1 *Parceria construtiva (1994-95)*

Após o fim da GF, os líderes da China e da Rússia tomaram decisões políticas que afastaram os Estados. A imprevisibilidade sobre a orientação da Federação Russa, então recém-nascida, e o isolamento no qual a RPC foi colocada após Tiananmen não permitiram que ocorresse uma política clara de coordenação entre os dois Estados. A Rússia passou a ser considerada uma candidata à aproximação com o Ocidente, principalmente na primeira parte do governo de Boris Yeltsin como primeiro presidente do novo Estado russo (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015). Em uma tentativa de inserir a Rússia efetivamente no meio internacional como uma economia de mercado, Yeltsin orientou-se favoravelmente aos EUA e à abertura do mercado russo. Enquanto isso,

o Estado chinês realizou reformas econômicas em seu Estado, a fim de se sustentar em meio ao isolamento e à nova configuração do meio internacional após a GF (KACZMARSKI, 2015). Ambos Estados passavam por um período de adaptação e formulação de novas estratégias particulares. E, apesar da intenção de aproximação entre os dois, até 1996 a parceria não teve um avanço claro.

Segundo Kaczmariski (2015), nesse período iniciou-se uma transição entre os dois Estados, pois a China, que era uma economia mais fraca no período da GF, entrava em um período de ascensão, enquanto a Rússia, que era a potência com situação econômica mais favorecida no mesmo período, declinava drasticamente no final do século XX. Por um lado, o esforço do governo Yeltsin para a participação da Rússia no capitalismo e no mundo liberal democrático falhou e não demorou para que a insatisfação com o Ocidente crescesse uma vez mais. Economicamente, a Rússia tem um grave declínio na década de 1990 graças às dificuldades fiscais sobre as exportações de petróleo e ao estado de hiperinflação pelo qual o Estado passa. Por outro lado, nessa década, a China conseguiu superar o isolamento oriundo do episódio de Tiananmen e se fortalecer economicamente por meio de uma transformação gradual em sua estrutura econômica, o que permitiu grande desenvolvimento industrial no país (KACZMARSKI, 2015).

Porém, apesar da orientação ocidentalista e das posições econômicas atípicas onde os dois Estados encontravam-se, em 1994 se cunhou, em uma visita russa ao Estado chinês, o conceito de “parceria construtiva” para categorizar o relacionamento sino-russo. Segundo Pautasso (2012), “com a adoção desse conceito, os dois países assumiam compromissos diplomáticos comuns e criavam as bases para a futura cooperação em vários setores” (p. 64). Esse momento tinha como base a cooperação no âmbito do CSNU, confiança mútua e fortalecimento econômico da parceria. Além disso, nesse mesmo ano, foram indicadas as diretrizes de centralidade da ONU no meio internacional, multipolarização do poder, oposição ao hegemonismo, ao expansionismo e à política de blocos, característica da GF (PAUTASSO, 2012).

O descontentamento com o Ocidente e a pressão política feita internamente sobre Yeltsin pelos infelizes resultados de seus planos²⁷

²⁷ Mencionados anteriormente, a estratégia de Yeltsin de aumentar os tributos sobre a exportação de petróleo não tem apoio das elites e da sociedade, o que fez com que os resultados fossem de hiperinflação e deixou a economia russa nesse momento em recessão.

determinaram uma alteração na orientação da burocracia na Rússia e possibilitaram o início da convergência sino-russa. O segundo momento do governo de Yeltsin, tendo como ministro das relações exteriores Yevgeny Primakov entre 1996 e 1998, foi determinante para as relações entre China e Rússia. A política externa russa começou um período de questionamento da concentração de poder dos EUA e passou a argumentar favoravelmente pelo mundo multipolar. Concomitantemente, a Federação Russa buscou se aproximar de seus vizinhos e de outras grandes potências, como China e Índia (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015).

Nesse interim, a parceria sino-russa teve um ambiente favorável em virtude da mudança interna da Rússia e da posição de ascensão da China. A partir desse momento e com essa conjuntura, a cultura de coordenação entre a China e a Rússia foi construída. A parceria ganhou força e o início de uma estrutura após 1996. Assim, passaremos a explorar esse novo período da cooperação na próxima subseção.

2.2.2.2 *Parceria de cooperação estratégica (1996-2010)*

O período da parceria estratégica desponta como o período de maior avanço da cooperação sino-russa. Durante essa etapa, ocorreram diversos episódios importantes que figuram como marcos para a parceria. Entre eles estão momentos como: a declaração da parceria estratégica (em 1996) entre os dois Estados; a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação (2001) entre eles; a criação da Organização da Cooperação de Xangai (OCX) e junto com ela a institucionalização da parceria sino-russa internacionalmente (2001); a consolidação das dinâmicas de coordenação comerciais e de convergência dos votos no CSNU. Isto é, esse período é o maior até então e o que possui desenvolvimento mais estável e coordenado da parceria, o que o torna bastante relevante para nossa análise. Assim, exploraremos essa rica etapa da parceria passando por esses pontos mencionados.

Em 1996, durante os governos de Yeltsin, na Rússia, e de Jiang Zemin, na China, foi feita a declaração conjunta que inaugurou o período da parceria estratégica entre os dois Estados. Esse foi o primeiro posicionamento conjunto importante para o período e delimita algumas diretrizes e orientações para a parceria. Assim como Kaczmarek (2015) argumenta, esse momento representou a busca da China e da Rússia pelo lugar que ansiavam ocupar durante a unipolaridade dos EUA. A defesa da multipolaridade tornou-se o principal argumento da parceria nesse momento, juntamente à oposição contra a concentração de poder dos EUA. Além disso, outro ponto importante que é reafirmado nessa

declaração é a defesa do papel central das Nações Unidas para a política internacional, o que funciona como um argumento favorável ao multilateralismo nas resoluções de questões internacionais.

Ainda, o *status*, ou o nome dado ao modelo de relação que as partes desenvolviam nesse momento, também adiciona à compreensão de nosso objeto. O termo “parceria de cooperação estratégica” contribui para o entendimento da intenção da parceria no momento, assim como Huiyun (2015) destaca. O status da parceria foi posto em seguida à crise de Taiwan em 1996 e favorece a defesa do desenvolvimento de um mundo multipolar. Ainda, a declaração passa a indicar a convergência da percepção de ameaça desses dois Estados com relação aos EUA, ao mesmo tempo em que denota os primeiros indícios de uma cooperação com base na segurança das contrapartes, que se desenvolve no fim dos anos 1990 (HUIYUN, 2015).

É interessante notar que a transformação na orientação de Yeltsin para a política externa russa foi crucial para o desenvolvimento da parceria nesse período. A aproximação dos planos e das estratégias dos dois Estados resultou em soluções para as questões fronteiriças ainda existentes, início das discussões que levaram à criação dos esforços de integração regional da OCS, aumento nas relações comerciais e operacionalização de mecanismos para a coordenação de políticas para a política internacional (PAUTASSO, 2012). Tais esforços contribuíram para os dois lados, uma vez que a Rússia necessitava de um parceiro comercial do porte da China para sustentar suas exportações de recursos naturais e militares, enquanto que a RPC encontrou na contraparte russa uma possibilidade de esquivar dos embargos levantados pelo Ocidente em virtude do episódio de Tiananmen (KACZMARSKI, 2015).

Os avanços bilaterais continuaram nos anos 2000, porém o início dessa década foi conturbado politicamente para a parceria. A ascensão de Vladimir Putin ao governo da Rússia trouxe consigo o desejo de desenvolvimento que não foi realizado durante a administração de Yeltsin. Ao lado deste, a primeira administração de Putin desenha uma busca de restauração do status de poder da Rússia, o que desponta em projeção internacional do país, isto é, o governo russo passa a buscar um relacionamento melhor desenvolvido tanto com as nações próximas, quanto com as distantes. A literatura ressalta que a estratégia russa tinha a Eurásia como sua área de influência, o que gerava tensões com os avanços da OTAN em direção ao leste (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015).

Enquanto isso, a China, mesmo que tivesse um interesse declarado em uma parceria com a Rússia, deixava claro que essa relação não teria

características de aliança. E, portanto, não teria bases no estilo de posicionamento de blocos da GF, o que garantia para o meio internacional e principalmente para os EUA, um dos seus principais aliados, que não existia um sentimento antiocidental no desenvolvimento desse arranjo bilateral (PAUTASSO, 2012). No entanto, mesmo com a reorientação da Rússia e o risco chinês de passar a mensagem errada para o Ocidente, a primeira visita internacional de Putin foi para Pequim. Inclusive, já em 2001, como resultado do bom desempenho deste encontro, foi assinado um dos principais documentos para a parceria sino-russa: o Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação.

O tratado de 2001 foi um marco na parceria, pois iniciou um período de melhor estruturação da parceria, o que funcionou a favor da coordenação de interesses entre os dois Estados. Deuben (2013) argumenta que, desde esse momento, foram criadas muitas instituições bilaterais que funcionaram de modo a garantir a discussão conjunta de temas importantes para ambos Estados. São mais de oitenta instituições criadas desde 2001 que abrangem desde assuntos de política internacional, passando por questões de segurança interna e de economia, até discussões de cunho mais social e cultural para aproximação entre os dois povos. Entre essas, por exemplo, temos a subcomissão sino-russa para comércio e cooperação econômica, o diálogo sino-russo sobre energia, a comissão sino-russa em cooperação humanitária, a subcomissão de cooperação no campo de energia nuclear, entre outras. Segundo Dueben (2013), essas instituições funcionaram e funcionam como mecanismos de coordenação dos interesses entre os dois Estados, apesar do baixo grau de resultados em realizar alguns planos importantes para a parceria.

Ainda, o tratado de 2001 representava um laço mais forte entre as duas nações e a decisão estratégica de aproximar-se de um parceiro importante para a realização de seus interesses. Como Pautasso (2012, p. 68) argumenta:

“Nesse contexto, para a China, a Rússia era um elemento importante para fortalecer uma projeção internacional que avançava a passos largos e que dependia também do alto nível de diálogo e interação com os EUA. Não interessava ao governo chinês apresentar a aproximação com a Rússia como uma aliança antiocidental, mas sim como uma demonstração de capacidade de diversificação das parcerias internacionais e também como um gesto de aversão e de preocupação com o unilateralismo norte-americano. Para a Rússia, a

ascensão de Putin representou uma tentativa imperiosa de reverter uma trajetória de declínio e, por isso, havia necessidade de recuperar autonomia, utilizando-se de uma aproximação com um poder ascendente. De todo modo, China e Rússia criaram as condições para a institucionalização das relações bilaterais no século XXI”.

Além das instituições bilaterais, também foi criada a Organização da Cooperação de Xangai, que funciona como um espaço para questões regionais de segurança, economia e política. Essa instância multilateral conta com a participação de países da Ásia Central, como Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, países do Sul asiático, como Paquistão e Índia (admitidos em 2015 como membros plenos da organização), além da China e da Rússia²⁸ (THE SHANGAI COOPERATION ORGANISATION, 2017). Segundo Pautasso (2012), essa organização surge como uma constatação da incapacidade dos EUA de ocupar o vácuo deixado pela URSS no pós-GF. Ainda, ela teria representado a institucionalização da parceria sino-russa e uma tentativa destes dois Estados de retornar à mesa de discussão das grandes potências, recobrando assim o espaço que tinham em outros períodos na política internacional.

O principal resultado dessas instituições multilaterais e bilaterais criadas pelas contrapartes foi a geração de um espaço no qual fosse possível um diálogo de coordenação. Essas instituições, como Dueben (2013) verificou, foram essenciais para a evolução da cooperação bilateral entre a China e a Rússia e possibilitaram que questões importantes para os dois Estados fossem discutidas sem tensões. Diferente do momento de tensões da GF experimentado por ambos, o novo contexto permitiu o diálogo e a harmonização dos interesses, apesar das assimetrias existentes entre os dois.

No início dos anos 2000, o episódio do 11 de setembro transformou o sistema internacional e influenciou as relações entre os Estados, o que não foi diferente no caso da China e da Rússia. O impacto do terrorismo em 2001 trouxe consigo a disponibilidade e a disposição para cooperação entre esses dois Estados e os EUA, a fim de garantir segurança contra as ameaças terroristas (KACZMARSKI, 2015). A “Guerra ao Terror”

²⁸ Ainda existem outros membros que participam das reuniões da organização como observadores, convidados e parceiros de diálogo.

transformou a percepção de ameaças chinesa e russa conforme a marcha ditada pelos EUA. O resultado dessa curta aproximação e disposição para com o Ocidente foi um arrefecimento na velocidade com que a parceria caminhava, já que, entre 2001 e 2004, a relação foi reduzida para a esfera econômica (HUIYUN, 2015). Exemplo disso é a não coordenação dos dois Estados na questão do Tratado de Mísseis Anti-balísticos (ABM, na sigla em inglês): Tradicionalmente, China e Rússia posicionavam-se de maneira oposta à não participação dos EUA deste acordo. Porém, quando os EUA anunciaram definitivamente que não seriam parte do acordo, a Rússia não se posicionou de maneira assertiva contra a decisão estadunidense, o que surpreendeu a China, que observava a aproximação entre os russos e os estadunidenses com desconfiança para a esfera política da parceria (LO, 2008).

Porém, na esfera econômica os avanços foram significativos. Houve acordos para criação de infraestrutura energética na China, que seriam essenciais para o escoamento de petróleo para as regiões de indústria no nordeste chinês (JAKOBSON; HOLTOM; KNOX; PENG, 2011). A Gazprom nesse momento teve uma grande demanda chinesa por petróleo, que foi sustentada e atendida pelo controle que o Estado russo tem sobre o setor estratégico de energia (LOTSPEICH, 2010). Concomitantemente, o volume de comércio bilateral aumentou nesse período: em 2001, ele era de US\$ 8 bilhões, que passam ao nível de US\$ 21,1 bilhões em 2004. Em um intervalo de tempo pequeno, China e Rússia mais que dobram o comércio bilateral, o que é um indicador de que, apesar da fraca coordenação política, a convergência nos interesses econômicos ainda era sustentada (HUIYUN, 2015). Porém, Huiyun (2015) ressalta que “[...] se destacarmos as dificuldades econômicas e a desconfiança russa dos imigrantes chineses nas regiões da Sibéria oriental e do Leste russo, então os interesses econômicos comuns pareceriam um exagero”²⁹ (p.29, *tradução própria*).

Em suma, a primeira parte desse período contou com uma evolução lenta da parceria sino-russa, caracterizada pelo mesmo traço de desconfiança entre as contrapartes que ocorria na GF e que, majoritariamente, foi uma razão de impedimento da continuidade da cooperação naquele período.

²⁹ Do original: “[...] if we highlight the economic difficulties and Russia’s suspicions of Chinese immigrants in the Russian Far East and Eastern Siberia regions, then the common economic interests would seem to be an exaggeration.”

Entretanto, o período de aproximação entre EUA e Rússia não durou. Em virtude das divergências no âmbito multilateral, como a questão do Tratado ABM, mas principalmente da Guerra do Iraque de 2003, os governos russo e chinês abandonaram a convergência de percepção de ameaça com as orientações dos EUA (HUIYUN, 2015). Ainda, o novo avanço da OTAN para a região do báltico configurou mais uma razão para que o governo russo percebesse que a cooperação com os EUA não respeitava os interesses russos (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2015).

Entre 2004 e 2008, os avanços da parceria no âmbito político-estratégico foram retomados. O último acordo de definição de fronteiras foi finalmente ratificado em 2005, o que permitia o direcionamento de esforços para outras áreas que não as fronteiriças (HUIYUN, 2015). As declarações conjuntas a partir de 2005 retomam uma narrativa de coordenação de interesses e a oposição a aspectos como o “hegemonismo”, o “unilateralismo”, a “desigualdade” e a “política de blocos” no sistema internacional (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2005). Ainda, é nesse interim que se iniciaram os exercícios militares entre China e Rússia, que funcionam como elemento de coordenação de estratégias e de táticas entre as forças. Os exercícios contaram também com parceiros multilaterais, por meio da OCX, como parte da atuação da organização na luta contra o terrorismo internacional (MEICK, 2017). Ao mesmo tempo, não só a esfera política foi desenvolvida, mas também a esfera econômica, pois, no intervalo entre 2005 e 2008, o volume de comércio entre as partes dobra de aproximadamente US\$ 30 bilhões para aproximadamente US\$ 60 bilhões (RUSSIA-CHINA INVESTMENT FUND, 2017).

Após isso, a crise de 2008 marcou a parceria sino-russa, consolidando a assimetria entre os dois Estados, mas também criando o espaço internacional necessário para um maior protagonismo deles. A crise econômica e financeira permitiu que a austeridade nos países do Ocidente, principalmente nos países da União Europeia (UE), mas também nos EUA, fosse tomada como principal orientação econômica. Isso refletiu em diretrizes voltadas para a redução dos gastos desses Estados. No caso russo, o crescimento que a economia havia começado a expressar no início da década de 2000 transformou-se em recessão, uma vez que o comércio de petróleo, principal produto da pauta de exportação russa, foi afetado pela crise. Isso, pois, a Europa era um dos principais parceiros comerciais da Rússia e reduziu a importação de produtos energéticos (KACZMARSKI, 2015). E, assim, à posição de grande potência que o Estado russo vinha buscando no meio internacional, a crise

criou diversos obstáculos. Enquanto isso, com o surgimento da crise, a RPC realizou um estímulo econômico para sustentar sua economia no valor de US\$ 500 bilhões (KACZMARSKI, 2015, p. 13). A redução na velocidade de crescimento que a China desempenhava antes foi uma consequência óbvia, porém o nível da redução não foi alto, o que permitiu uma maior estabilidade da economia chinesa, se comparada com o caso russo. E, assim, a assimetria entre eles foi consolidada, reafirmando a Rússia como um Estado em condição de declínio e a China em posição de crescimento.

A redução da participação ocidental no meio internacional desenhou o cenário que possibilitou a ascensão dos países em desenvolvimento nas discussões internacionais. Exemplos disso, segundo Kaczmariski (2015), é a substituição do Grupo dos 8 (G-8) pelo Grupo dos 20 (G-20) nas discussões de economia internacional; além deste, a institucionalização do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2009 com sua primeira reunião, tratando sobre a crise do ano anterior. O compartilhamento das responsabilidades internacionais com o mundo em desenvolvimento configurou o momento ideal para que a parceria sino-russa vociferasse seus interesses por todo o globo, apesar da condição de recessão do Estado russo. É interessante notar que, a partir deste momento, a parceria passou a agir de forma mais coordenada internacionalmente. Reflexo disso foi a criação de uma cultura de primeiras visitas entre os líderes desses dois Estados, o que materializa a importância mútua desses Estados na agenda de política externa do outro (HUIYUN, 2015).

Nesse interim, o aumento da participação do Terceiro Mundo na política internacional fez com que os EUA lançassem mão de uma estratégia para tentar frear a “ascensão do resto”, principalmente da China. A RPC ascendia economicamente a passos largos e passou a desempenhar uma diplomacia ativa, principalmente com os países do mundo em desenvolvimento, como os países africanos e os latino-americanos. Além disso, a China passou a participar mais da política regional e começou a influenciar no Sudeste Asiático econômica e politicamente. A Rússia questionou a presença dos EUA na que considerava ser sua área de influência nos episódios críticos de Kosovo e da Geórgia em 2008. Isso dava voz à narrativa de que o mundo caminhava para uma tendência multipolar, já que passou a contar com a participação ativa de outros Estados na política internacional. Em uma tentativa de retomar o espaço que estava sendo ocupado pela China, os EUA lançaram o “Pivô para a Ásia”, durante o governo Obama em 2009 (KACZMARSKI, 2015). Essa estratégia, que trouxe a região da Ásia-

Pacífico para as discussões internacionais, tinha como objetivo garantir a influência e a participação dos EUA na política regional e frear a ascensão da China. E, para realizá-la, a execução seguiu o aumento da presença militar estadunidense na região, aumento da participação em órgãos multilaterais regionais direta ou indiretamente, e a criação da Parceria Trans-Pacífica sem a participação da China.

Como verificação das retóricas de política externa que vimos até agora, podemos dizer que a parceria sino-russa teve, junto com o discurso, um desempenho concreto de coordenação de interesses em questões internacionais. Mesmo depois da crise, o volume de comércio bilateral atinge um patamar altista: entre 2008 e 2010, esse indicador salta de US\$ 56 bilhões para US\$ 59 bilhões. Esses números foram sustentados por diversos acordos no setor de energia, com a criação de oleodutos para a China por empresas russas. Além disso, o comércio de armas também foi favorecido, devido aos exercícios militares feitos desde então entre as partes.

Ainda, mesmo em situações que a expectativa era de que a tensão fosse aprofundada, houve coordenação e controle político delas. A região leste da Rússia, onde havia preocupações por parte do governo sobre a imigração de chineses, tornou-se espaço de cooperação bilateral para o desenvolvimento da região. Ainda, internacionalmente, a parceria coordenou suas ações e seus interesses na situação do Kosovo, da Geórgia, do Tibet e de Xinjiang, defendendo aspectos caros para os dois sobre soberania e não intervenção (KACZMARSKI, 2015).

Em síntese, a coordenação de interesses da parceria passou a ser um elemento central para que os interesses de ambos Estados fossem desenvolvidos nesse momento. Esse período, com suas dificuldades e facilidades, pôs em teste o relacionamento criado pelas contrapartes e consolida a importância mútua que possuem, apesar do abismo de assimetria gerado existente entre eles. A centralidade da coordenação ficará mais clara no próximo período quando a parceria ganha o status de “parceria estratégica compreensiva de coordenação”. Assim, passaremos a análise deste período na subseção seguinte.

2.2.2.3 Parceria estratégica compreensiva de coordenação (2011-2016)

Em 2011, em uma declaração conjunta, a parceria foi categorizada como “parceria estratégica compreensiva de coordenação”. Para Huiyun (2015), isso significou a evolução da relação para uma “parceria completa”, o que implica que as partes reduziram o nível de ameaça entre si e realizam cooperação na esfera da segurança e da economia, ao mesmo

tempo. Porém, alguns autores divergem dessa interpretação e argumentam que as categorias não passam de rótulos para encobrir a fragilidade da relação e sustentar o discurso de potência da parceria sino-russa (WILSON, 2004; YU, 2007; LO, 2008). Contudo, a partir de 2011, a coordenação de interesses e a aproximação entre os dois Estados ficaram ainda mais profundas (KACZMARSKI, 2017), de modo que sustentar o argumento da relação ser apenas um “eixo de conveniência” torna-se difícil.

Foram feitos importantes acordos no âmbito financeiro bilateral, sobre os quais alguns afirmam existir uma afronta à supremacia do dólar internacionalmente; além disso, foram feitos acordos de conexão entre os projetos transnacionais liderados pelos dois Estados: a União Econômica Eurasiática, liderada pela Rússia, e a Nova Rota da Seda, liderada pela China (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2015).

Em um movimento de demonstração da qualidade das relações e da coordenação estratégica entre os dois Estados, os líderes, Vladimir Putin e Xi Jinping, consolidam a cultura de primeiras visitas. Kaczmariski (2017) argumenta que durante as administrações desses dois líderes a frequência das visitas entre membros do executivo dos dois Estados nas áreas de economia, defesa e relações internacionais. Exemplos do aumento da coordenação entre os dois Estados são os posicionamentos coordenados entre eles para tensões internacionais desse momento, como o Mar do Sul da China, a Ucrânia, a Coreia do Norte e a Síria. A década de 2010 tem sido marcada por inúmeras crises pelo mundo: a Primavera Árabe e suas crises derivadas, a crise da Ucrânia, a crise no Mar do Sul da China, o retorno da crise das Coreias, o surgimento do Estado Islâmico. E, nesses momentos, a coordenação entre China e Rússia tem funcionado a favor dos interesses de ambos (KACZMARSKI, 2017). A intensidade com a qual a coordenação fica clara varia conforme o episódio, no entanto, é possível identificar que a coordenação acontece (KACZMARSKI, 2017).

Mesmo em momentos de crises com potencial de gerar tensões entre as partes, não existiu oposição, mas sim o diálogo. No que tange as tensões internacionais, o envolvimento russo foi mais representativo que o chinês. As tensões internacionais das quais a Rússia participou nesses momentos, como a situação da Geórgia e a situação da Ucrânia, questionavam princípios básicos da parceria sino-russa. Apesar disso, não ocorreu oposição chinesa às ações russas nessas situações. No caso da Ucrânia, a China não se posicionou em oposição à Rússia; a RPC identificou a situação como um evento similar às revoluções coloridas, isto é, a crise foi identificada como tendo intervenção externa por parte

do Ocidente. Além disso, quando ocorreram episódios que poderiam gerar tensões entre as partes, elas reuniram-se em alto nível para discutir o que seria feito como resultado e sem grandes problemas (KACZMARSKI, 2017).

Vale ressaltar também que o número de atuações conjuntas da parceria aumentou. No âmbito militar, por exemplo, a parceria desenvolve exercícios militares conjuntos bilateralmente e em conjunto com outros Estados da região por meio da OCX. Esses exercícios militares aumentaram entre o segundo e o terceiro períodos considerados, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1 - Exercícios militares com participação sino-russa, 2003-2016

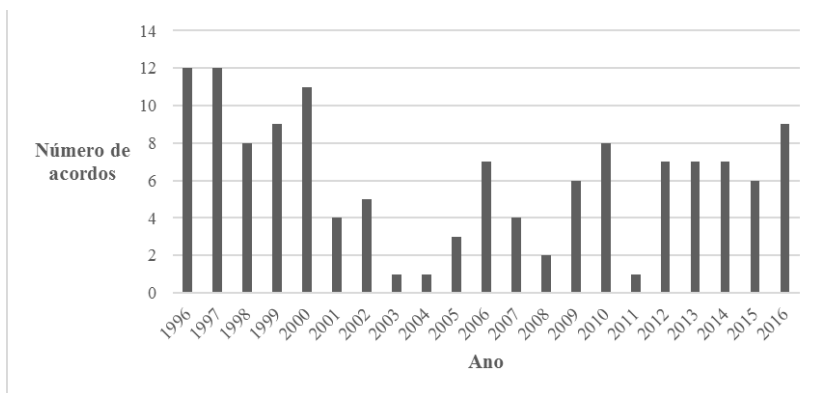
Períodos	Exercícios multilaterais totais	Exercícios entre China e Rússia
2003-2010	12	7
2011-2016	14	11

FONTE: Elaboração própria a partir de dados de MEICK, 2017.

Entre 2003 e 2010, um período de sete anos, foram feitos doze exercícios militares; enquanto, após 2011 até 2016, um período de cinco anos, o número aumentou para quatorze exercícios (MEICK, 2017, pp. 24-27). Observa-se uma média de 1,7 exercícios por ano no primeiro período, que sobe para 2,8 no segundo período, o que representa um aumento significativo de atividades militares conjuntas que visam ao crescimento de confiança e à coordenação de estratégias entre as instituições militares desses Estados. Ainda, se considerados somente entre RPC e a Rússia, as médias são alteradas, no primeiro período, para 1 um exercício/ano e, no segundo, o dado dobra para 2,2 exercícios/ano.

A seguir, no gráfico 1, podemos observar também a relação de acordos celebrados entre China e Rússia nos três períodos utilizados como parâmetro:

Gráfico 1 - Número de acordos bilaterais entre China e Rússia, 1996-2017



FONTE: Elaboração própria a partir de documentos do MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION (2017).

No primeiro período (1996-2000), observa-se uma média de 10,4 acordos celebrados por ano; no segundo (2001-2010), a média caiu para 4,1 acordos por ano, com alta variação entre os anos; e, no terceiro período (2011-2016), vê-se um aumento para 6,17 acordos por ano, com uma estabilidade alta nas celebrações dos documentos. O número de acordos sendo considerado um indicador de político de aproximação entre duas nações nos aponta que China e Rússia tem se aproximado cada vez mais.

É importante notar também que nesse último período a parceria começa a se expandir e fica ainda mais ampla ao abranger mais áreas de cooperação. A partir de 2011, além das áreas comuns nos anos anteriores, como comércio e defesa, a cooperação alcança a esfera financeira e a esfera informacional. Nesse terceiro período, são feitos acordos sobre segurança cibernética, em 2015, e sobre o setor financeiro, em 2014. Os acordos financeiros tinham como objetivo aproximar a estrutura financeira dos dois Estados e possibilitar uma maior equivalência entre as duas moedas, o que aconteceu principalmente sobre as áreas de fronteira. O acordo sobre a segurança cibernética funcionou como facilitador da coordenação estratégica da parceria para essa área (MATTOS, 2015).

Em síntese, o histórico das relações entre China e Rússia conta com momentos de alto e de baixo crescimento, mas com uma estabilidade na interação entre eles. Além disso, o histórico demonstra a evolução do

aprofundamento dessas relações. Esses dois Estados deixam de ter somente um laço bilateral, para desenvolver uma estrutura de comunicação e previsibilidade que sustenta a estabilidade entre eles, mesmo em momentos de tensão. No entanto, o histórico não basta para sustentar nosso argumento. Dessa maneira, passaremos a análise dos dados de nossa pesquisa, a fim de identificar a existência e as características do discurso e da prática de resistência sino-russa.

2.3 O discurso de resistência contra a ordem internacional atual

Nesta seção faremos a análise do discurso sino-russo disposto nas declarações conjuntas entre os dois Estados. Para isso, primeiramente, faremos a identificação dos conceitos que estão associados à representação da ordem internacional³⁰ e daquilo que se constrói como uma alternativa a ela: um Si e um Outro. Posteriormente, identificaremos como esses conceitos estão conectados para construir uma lógica e uma argumentação coesa que funciona como um elemento de resistência contra a ordem internacional atual. Dessa maneira, buscamos, ao fim desta seção, comprovar a existência de um discurso de resistência e identificar como ele foi construído durante os vinte anos da parceria estratégica.

Os documentos selecionados foram declarações da China e da Rússia feitas em conjunto, para que na análise apareça o posicionamento da parceria e não de somente um dos Estados. Ainda, esses documentos não foram selecionados de maneira arbitrária. As declarações conjuntas estão em um ambiente bilateral e funcionam como um posicionamento para os âmbitos interno e externo desses Estados. Internamente, demonstram para a sociedade as intenções de ambos e possibilita uma maior previsibilidade para projetos e investimentos oriundos da população, por exemplo; além disso, também têm a função de guias e diretrizes de política internacional para as burocracias estatais, ou seja, funciona como coordenação das estratégias internas. Externamente, eles funcionam como instrumentos políticos de posicionamento de questões caras para esses Estados e como um instrumento de construção de confiança e garantias entre as contrapartes. Nosso foco nessa dissertação

³⁰ A escolha por atentar à representação da ordem internacional foi feita devido à ausência da menção dos EUA nas declarações e também por essa construção ser a possível para identificar uma lógica de criação de alternativa para o sistema, como demanda a teoria que utilizamos como base.

é para a função externa desses documentos, a fim de que possamos identificar o desenvolvimento das posições da parceria em relação à ordem internacional.

As declarações conjuntas trazem consigo um discurso, que é construído por conceitos, cuja função é o desenho das representações percebidas pela parceria. Por serem bilaterais, essas declarações são documentos que constroem um discurso conjunto que, ao mesmo tempo em que se posiciona para o meio internacional, reafirma as orientações, crenças, símbolos e, no limite, ideologias conjuntas ou compartilhadas. São esses conceitos que buscamos identificar para caracterizar a existência de um discurso de resistência na parceria sino-russa.

As declarações conjuntas foram coletadas de órgãos oficiais dos governos chinês e russo. As bases de documentos do Ministério das Relações Exteriores da Rússia e do *Kremlin* e seus homólogos na China foram as principais fontes para a obtenção desses instrumentos. É importante notar também que em alguns anos não foram feitas declarações conjuntas, ou elas não estavam disponíveis para acesso. No entanto, isso não interfere significativamente em nossa discussão, uma vez que elas estavam disponíveis na maioria dos anos no período entre 1996 e 2016.

Os documentos foram separados para a análise em três dimensões diferentes, a fim de compreender as transformações que o discurso sobre e suas características gerais dentro do recorte do período. Primeiramente, as características dos discursos foram identificadas individualmente. Isto é, a cada declaração foram observadas as características da narrativa construída sobre a ordem internacional, o que nos permite identificar a metamorfose dos termos e dos significados dados a eles. Além disso, essa separação individual nos permite identificar, na inconstância do discurso, os momentos nos quais os termos aparecem e deixam de aparecer, o que é importante quando relacionado ao contexto histórico que construímos anteriormente, pois permite que observemos as transformações. Em segundo lugar, fizemos uma análise de períodos, na qual o objetivo é identificar a influência das categorias de parceria (construtiva, cooperação estratégica, estratégica compreensiva de coordenação) sobre a posição deles acerca da ordem internacional. Por fim, uma análise desse discurso no período todo, para que nos fosse possível identificar toda a cosmologia do discurso sino-russo sobre a ordem internacional. Esses três tipos de análise diferentes serão importantes para a identificação do discurso de resistência da parceria e para responder à nossa problemática, pois destacarão os principais conceitos do discurso, como eles evoluem e

como estão articulados na argumentação em relação à ordem internacional.

O tratamento dos documentos para essa seção seguiu procedimentos de análise de discurso semelhantes àqueles que Lene Hansen (2006) utilizou na sua discussão sobre o debate da guerra da Bósnia. Nesse sentido, os documentos foram analisados da seguinte maneira: Primeiramente fez-se uma leitura de todos os documentos integralmente. Essa leitura é seguida de uma segunda leitura minuciosa para identificar os conceitos que caracterizam a ordem internacional vigente e os termos que são colocados em contraposição a ela, seguindo a lógica expressa no primeiro capítulo desta dissertação. Nesse momento também é feita a análise de conexão entre os termos e de como eles estão articulados na argumentação. Assim, identificamos como o discurso foi construído e o que ele expõe sobre a posição sino-russa sobre a ordem internacional, sem ainda fazer julgamentos sobre contra ou a favor desta, mas identificando como eles se transformaram em relação a ela.

De maneira mais profunda, nessa seção queremos demonstrar que a parceria possui um discurso de questionamento da ordem internacional e que ele está acompanhado por uma proposta alternativa de ordem para o sistema. Assim, segundo nossa perspectiva, poderíamos identificar uma das partes da fase de deslegitimação e argumentar que a parceria adota estratégias que tem por objetivo impactar a ordem internacional alterando-a. Nesse sentido, a análise de discurso nos serve como ferramenta para a demonstração da existência de uma retórica deslegitimadora da ordem atual e, ao mesmo tempo, para a demonstração de que existe uma proposta própria por parte da parceria de uma alternativa de ordem internacional. A análise de discurso também nos permitirá expor a existência da convergência de interesses entre esses dois Estados em relação à ordem internacional. Isso nos permitirá argumentar sobre o modo pelo qual a parceria aborda as relações com a ordem internacional e seus defensores.

Conforme explicamos no capítulo anterior, nossa análise de discurso segue um estilo de investigação similar ao de Lene Hansen (2006). Isso é, para conseguirmos compreender como a parceria trata a ordem internacional em seu discurso, precisamos identificar como essa representação está estruturada.

Primeiramente, abordamos as declarações de modo a identificar a representação que era construída da ordem internacional atual. Para isso, buscamos nas declarações momentos nos quais os assuntos internacionais eram tratados. Nessas partes dos documentos buscamos identificar as ideias, os conceitos que eram utilizados para tratar a situação

internacional atual e o modo pelo qual ela está organizada. Esses conceitos foram elencados em uma tabela que pode ser acessa no link disponível na nota de rodapé³¹, na qual atribuímos o valor “1” (um) para quando eles apareciam nas declarações e “0” (zero) para quando eles não apareciam nos documentos. Ainda, as ideias e os conceitos foram adicionados conforme apareciam nas declarações caracterizando a representação que estávamos fazendo a identificação. Ao fim, os valores foram somados e aqueles com maior pontuação foram tidos como representantes gerais das representações que identificamos no discurso. As ideias que não foram os de maior pontuação também foram considerados em nossa análise, mas da maneira que explicaremos a seguir.

Paralelamente a essa análise, monitoramos os momentos nos quais essas ideias foram inseridas no discurso. Esse processo foi feito para que conseguíssemos compreender como o discurso foi sendo alterado conforme o contexto no qual a parceria estava. Com isso foi possível que identificássemos uma mútua influência entre o discurso e o contexto histórico, já que o discurso influencia a realidade e esta também o influencia. Assim, podemos identificar a influência que as mudanças de categorias de parceria tiveram sobre os posicionamentos conjuntos da China e da Rússia sobre a ordem internacional.

Em seguida, buscamos identificar como as representações que encontramos sobre a ordem internacional eram relacionadas entre si. Essa análise foi feita em três dimensões diferentes de verificação: espaço, tempo e ética. Isto é, identificamos as representações nos documentos e identificamos como elas estavam relacionadas neles por características dessas três dimensões. Esse movimento nos permitiria demonstrar se as representações eram opostas ou se eram complementares entre si. Mais ainda, isso nos permitiria identificar como a relação entre as representações foi construída ao longo do tempo.

Dessa maneira, teremos identificado a estrutura do discurso sino-russo sobre a ordem internacional. Com isso, teremos realizado nosso primeiro objetivo específico sobre a exploração do discurso sino-russo e teremos base para desenvolver nosso argumento de que a parceria possui uma retórica deslegitimadora sobre a ordem internacional que vem sendo construída desde a criação da parceria e se transformou ao longo do tempo para uma coordenação de interesses para a implementação de seu projeto alternativo de ordem internacional.

³¹ As tabelas podem ser acessadas no Anexo 2

Dessa forma, tendo esclarecido as questões metodológicas sobre a discussão a ser construída sobre o discurso sino-russo nesse capítulo, passaremos à análise desses documentos e a discussão dos resultados que eles nos trazem.

2.3.1 Análise dos discursos chinês e russo

Segundo Hansen (2006), o discurso possui uma estrutura, que, primeiramente, faz conexões positivas entre termos que caracterizem um determinado assunto e que o posicionem segundo o interesse de quem está produzindo o discurso. Ao mesmo tempo, esses termos são justapostos, negativamente, com outros, para que construam as características que não pertencem àquele assunto, pois as representações são compostas por essas duas perspectivas: o Si e o Outro. Isso, forma a primeira estrutura do discurso e será a base para que as análises sobre eles sejam feitas. Por isso, faremos primeiro a identificação dessa estrutura discursiva que nos será essencial para a análise completa.

2.3.1.1 As representações no discurso da PESR

Para identificar os termos importantes que configuram a representação, fizemos uma leitura das declarações atentando para as descrições da situação internacional e para a proposta da nova ordem internacional. Essa análise resultou na tabela que pode ser encontrada nos documentos online³². Essa tabela expõe a contagem das menções sobre a descrição da ordem internacional e a proposta da nova ordem internacional. O resultado dessa análise quantitativa das menções nos proporcionou as principais características descritas no discurso sino-russo sobre essas categorias.

No caso da parceria sino-russa, a análise das declarações conjuntas nos revelou quatro elementos no que tange o posicionamento da parceria sobre a ordem internacional atual: “hegemonia”, “dependência”, “política de blocos” e “desigualdade”. Esses elementos foram encontrados em várias das declarações. Esses termos caracterizariam aquilo que a parceria sino-russa identifica como a situação internacional, que aqui representaremos como a ordem internacional, já que, como veremos mais adiante, essa representação é contrastada com a nova ordem internacional.

Estes conceitos têm significados e sentidos incluídos no discurso para transmitir a mensagem correta. Assim, precisamos identificar os significados que são atribuídos a eles, para que possamos compreender

³² Ver nota 31.

em que contexto e para a formação de que ideias eles estão sendo utilizados no discurso. Isto é, é necessário que reflitamos sobre o que esses termos significam no contexto das declarações da parceria. Esse será nosso primeiro passo analítico: identificar os elementos que caracterizam a ordem internacional vigente no discurso sino-russo e os significados deles nesse contexto.

Os sentidos particulares de cada termo foram identificados como se segue. “Hegemonia” nas declarações tem o sentido de dominação sobre outros países. Esse é um elemento que aparece já na declaração de 1996, que traz o termo do seguinte modo: “Hegemonismo, política de poder e a repetida imposição de pressão em outros países continuam a acontecer”³³ (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1996, *tradução própria*). Não é um termo constante em todas as declarações e é interessante ressaltar que ele aparece nos momentos específicos após 2001: em 2003, ano da invasão do Iraque; e, em 2005, ano seguinte ao reconhecimento estadunidense da inexistência de armas de destruição em massa no Iraque. Nessas ocasiões, ainda possui o mesmo sentido de dominação e de imposição de poder de um Estado sobre outro.

Outro elemento importante é a política de blocos. Esse é o estilo de política internacional predominante na GF, quando os países se alinhavam em blocos de países que compartilhavam das mesmas vertentes ideológicas daquele momento: comunismo e capitalismo. Esse comportamento é tido como ameaçador pelo antagonismo e pelos conflitos derivados deles (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1997). Paralelamente, a “dependência” também é um elemento que caracteriza a ordem internacional no discurso sino-russo. Ela está associada à economia internacional e à política internacional, já que são discutidos elementos de desenvolvimento econômico, dito como dificultado pelos países mais desenvolvidos e mais ricos, e também pela dependência política de não se poder tomar decisões autônomas em virtude da dependência econômica (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1997).

O último elemento de caracterização da ordem internacional no discurso sino-russo é a “desigualdade”. Ela também seria oriunda da debilidade que a ordem internacional atual tem de dominação e hegemonia. Ainda, os países ricos teriam a possibilidade de suprir as

³³ Do original: “*Hegemonism, power politics and the repeated pressure on other countries have continued to occur.*”

necessidades dos mais pobres, mas não o fariam. Esse problema, segundo as declarações, deve ser combatido e suprido com uma noção mais universalista, porém, ao mesmo tempo, respeitosa da autonomia e da soberania dos outros Estados (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1997).

Esses quatro primeiros termos configuram a primeira imagem que temos construída no discurso sino-russo sobre a ordem internacional. Porém, para formar uma construção completa da representação, segundo Lene Hansen (2006), é necessário que estes tenham outra imagem justaposta. A coexistência dessas duas ideias, uma que descreve o *self* e outra que descreve o “outro”, formam uma representação em torno de um determinado assunto. Analogamente, é necessário que sejam construídas imagens daquilo que sou e daquilo que não sou para que se possa nascer minha identidade. Isso é interessante para nossa análise, pois permite-nos identificar a crítica e a argumentação de resistência que buscamos. Assim, passaremos agora à exposição dos termos opostos que foram identificados nas declarações. Os termos justapostos são: “multipolaridade”, “segurança indivisível”, “independência” e “igualdade”.

O primeiro elemento que é importante mencionarmos é a “multipolaridade”. Esse termo aparece na grande maioria das declarações conjuntas e sofre pouca alteração nos vinte anos da parceria. A multipolaridade, no âmbito acadêmico, como vimos no capítulo um desta dissertação, é alternativa à unipolaridade, que é constituída por variáveis de poder, como armamento militar, recursos econômicos, etc. No entanto, quando olhamos para a prática política, deparamo-nos com uma realidade diferente: o termo passa a ser usado como antagonico à “hegemonia”, ou seja, na prática política, multipolaridade tem sido relacionada a variáveis de liderança e dominação (KEERSMAEKER, 2017).

No caso da parceria sino-russa, isso não é diferente. As declarações compõem “multipolaridade” como um antônimo de “hegemonia” (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2010). Isso, pois, o argumento a favor da “multipolaridade” está embasado em características de representatividade e de participação internacional dos outros Estados nas decisões de política global. A “multipolaridade”, nesse sentido, funciona para a defesa de uma democratização das relações internacionais, que também aparece nas declarações conjuntas (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2010). Assim, a “multipolaridade” está atrelada mais ao status político que à distribuição de recursos internacionalmente.

Porém, a defesa da “multipolaridade” ganha uma nova roupagem a partir de 2011. Como se a parceria passasse a se enxergar como um

centro político de decisão regionalmente importante, o termo “multipolaridade” é substituído por “policentrismo”:

“A crise financeira global demonstrou a ineficiência do sistema de governança global existente, que não reflete as realidades da política, da economia e das finanças modernas. O processo de transformação em uma base policêntrica continua ativamente. Na vanguarda das relações internacionais, é uma tarefa comum para todos os países, reformar a arquitetura financeira de modo que previna a recorrência de um fenômeno de crise de grande escala no futuro”³⁴ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009, *tradução própria*).

A inclusão do termo “policentrismo” transforma o discurso sino-russo. A partir de 2011, os discursos começam a estar mais voltados para um uso prático da coordenação estratégica. Isto é, para realizar o objetivo de influenciar na política internacional a partir da coordenação de atuação internacional da parceria. Como veremos mais adiante, a criação de uma nova ordem internacional aparece como o principal objetivo. E a alteração da “multipolaridade” para o “policentrismo” dialoga com essa mudança de orientação da parceria. O conceito de polaridade é herdado da GF e traz consigo uma ideia de autonomia de blocos que divergem entre si (KEERMAEKER, 2017), o que está intrínseco à ideia de “multipolaridade”. Diferentemente, a ideia de um “mundo policêntrico” advoga pela existência de centros diferentes no meio internacional que são interdependentes entre si e, desse modo, os esforços coletivos são necessários para o bem-estar de todos (MÖCKLI, 2012).

A ideia de “segurança indivisível” tem um significado próximo ao de “interdependência”. Essa expressão tem o sentido de que a segurança de um Estado no meio internacional está atrelada à segurança dos outros também. Desse modo, a segurança internacional só estará estabilizada positivamente com a segurança de cada unidade desse meio. Mas ainda devem ser respeitadas a soberania e a autonomia de decisão dessas unidades (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009).

³⁴ Do original: “*The global financial crisis demonstrated the ineffectiveness of the existing system of global governance, which does not reflect the realities of modern politics, economics and finance. The process of its transformation on a polycentric basis is actively proceeding. At the forefront of international relations is the common task for all countries to reform the financial architecture in such a way as to prevent the recurrence of large-scale crisis phenomena in the future*”.

“Rússia e China consideram a segurança internacional indivisível e compreensiva. A segurança de alguns Estados não pode ser provida às custas da segurança de outros, inclusive por expansão de alianças político-militares e criação de sistemas globais e regionais de defesa de mísseis”³⁵ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009, *tradução própria*).

Ainda, sustentando o argumento da “segurança indivisível”, o “multilateralismo” aparece como um elemento importante. Isso, pois, seria através dele que as decisões poderiam ser tomadas de maneira conjunta, o que incentivaria a confiança entre as partes e a harmonização dos interesses (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009).

Por fim, devem ser mencionados as duas últimas ideias que compõem as representações que estamos analisando no discurso sino-russo. Essas duas ideias são a “independência” e a “igualdade”, que normalmente aparecem juntos no discurso. Ambos estão relacionados no discurso com o respeito da soberania e da autonomia dos Estados no sistema internacional. A parceria defende que:

“os direitos de todos países de escolher os modelos de desenvolvimento de acordo com suas especificidades nacionais, de igualdade de participação em assuntos internacionais, e de desenvolvimento igual devem ser integralmente garantidos”³⁶ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2005, *tradução própria*).

A ideia de “independência” aparece ligada à autonomia dos Estados em tomar decisões para si próprios e ao respeito à soberania deles. A parceria defende uma escolha “autônoma” e “independente” do modelo de desenvolvimento que os Estados vão seguir (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2006). A “igualdade” aparece como um argumento de participação de todos os Estados na política internacional,

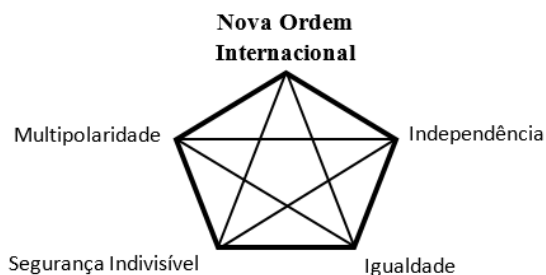
³⁵ Do original: “*Russia and China consider international security indivisible and comprehensive. The security of some states can not be provided at the expense of the security of others, including by expanding military-political alliances and creating global and regional missile defense systems.*”

³⁶ Do original: “*The rights of all countries to choose development paths in accordance with national specifics, equal participation in international affairs, and equal development should be fully guaranteed.*”

o que atribui a ela um sentido de representatividade dos países no meio internacional (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2005).

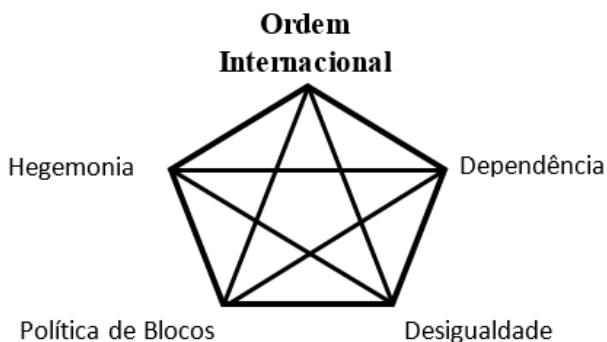
A exploração feita até o momento nos permite estruturar as representações da seguinte maneira:

Figura 4 - Processo de conexão positiva da Nova Ordem Internacional da PESR



FONTE: Elaboração própria a partir de análise das declarações conjuntas da PESR

Figura 5 - Processo de conexão positiva da Ordem Internacional da PESR



FONTE: Elaboração própria a partir de análise das declarações conjuntas da PESR

Essas duas figuras demonstram o processo de conexão entre os conceitos encontrados nas declarações. Esses conceitos estão associados, ligados, às representações da Ordem Internacional Atual e da Nova Ordem Internacional. O processo de conexão indica exatamente que os

termos em questão estão conectados positivamente aos termos centrais: Ordem Internacional; e Nova Ordem Internacional. Assim, constrói-se as características que desenham essas representações no discurso. Dessa maneira, como resultado mais claro de nossa análise até o momento, a Figura 4 indica que a Nova Ordem Internacional está construída a partir das conexões positivas entre os conceitos de “multipolaridade”, “independência”, “segurança indivisível”, e “igualdade”. Similarmente, a figura 5 indica que a Ordem Internacional está conectada positivamente e caracterizada pelos conceitos de “hegemonia”, de “dependência”, de “política de blocos” e de “desigualdade”.

No entanto, a representação é formada a partir também de processos de diferenciação. Esse processo gera conexões negativas entre os conceitos e, segundo Hansen (2006), faz parte da construção da representação que buscamos identificar aqui. No caso da parceria, os termos estão diferenciados entre si com uma justaposição bastante clara, uma vez que as menções são feitas uma logo após a outra. Isto é, logo após a referência à situação atual internacional e, portanto, à organização atual do mundo, referencia-se à configuração da arquitetura pensada pela parceria e àquilo que ela representa. Isso acontece na declaração conjunta de 2008, por exemplo:

“1. Estão acontecendo muitas mudanças no mundo. O desejo por paz, desenvolvimento e cooperação tornaram-se a vontade da época. A tendência da multipolaridade no mundo adquiriu natureza irreversível, a globalização econômica aprofundou-se, o ritmo do progresso científico e técnico acelerou, a cooperação global e regional desenvolvem-se intensamente. Ao mesmo tempo, no mundo ainda existe o anseio por ações unilaterais e pela conduta da política de poder. Conflitos locais estão constantemente aparecendo baseados em contradições religiosas e nacionalistas, o desequilíbrio da economia global está se agravando, novos desafios e ameaças estão surgindo.

Nestas circunstâncias, todos os países deveriam unir forças para responder efetivamente a ameaças e desafios comuns, garantir paz estável/duradoura e formar uma ordem mundial harmoniosa em nome da prosperidade comum. É necessário que se siga estritamente os propósitos e princípios da Carta da ONU, observar estritamente os princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade

territorial, rejeição de agressão mútua, não-interferência em assuntos internos, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica, bem como os outros princípios majoritariamente reconhecidos de relações internacionais e legislação internacional, e descartar a mentalidade da Guerra Fria, a política de blocos, e desenvolver o espírito da igualdade, da democracia e da interação.”³⁷ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2002, *tradução própria*)

Aqui podemos observar a lógica criada na argumentação do discurso da parceria. Expõem-se as características da situação internacional atual e logo em seguida se mencionam os conceitos que constroem a representação oposta. O discurso constrói o mundo como “conflituoso”, baseado na “política do poder” e, logo, na dominação, no “desequilíbrio econômico”, na “mentalidade da Guerra Fria”, e na “política de blocos”. Diferentemente, o cenário a ser construído pelos esforços da comunidade internacional seria em prol da “paz estável”, dos “princípios da coexistência pacífica”, da “igualdade”, da “democracia” e da “interação”, no sentido de multilateralismo. Até mesmo a ordem dos

³⁷ Do original: “1. В мире происходят большие изменения. Велением времени стало стремление к миру, развитию и сотрудничеству. Необратимый характер приобретает тенденция многополярности мира, углубляется экономическая глобализация, ускоряются темпы научно-технического прогресса, интенсивно развивается глобальное и региональное сотрудничество. В то же время в мире по-прежнему встречается стремление к односторонним действиям, проведению силовой политики. Постоянно возникают локальные конфликты на почве национальных и религиозных противоречий, обостряется глобальный экономический дисбаланс, появляются новые вызовы и угрозы.

В таких условиях все страны должны объединить усилия для эффективного ответа на общие вызовы и угрозы, обеспечения устойчивого мира и формирования гармоничного мироустройства во имя совместного процветания. Необходимо строго следовать целям и принципам Устава ООН, неукоснительно соблюдать принципы взаимного уважения суверенитета и территориальной целостности, отказа от агрессии друг против друга, невмешательства во внутренние дела, равноправия и взаимной выгоды, мирного сосуществования и другие общепризнанные принципы международных отношений и международного права, избавиться от менталитета “холодной войны”, блоковой политики, развивать дух равенства, демократии и взаимодействия.”

conceitos escolhidos para a argumentação funciona a favor da lógica da justaposição deles para a formação das representações. Esse é o tipo de fenômeno que buscamos para identificar o processo de diferenciação mencionado anteriormente.

Isso acontece na maioria das declarações conjuntas, como na declaração de 2011 (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2011). Nesse exemplo, podemos observar a construção do argumento segundo o qual a ordem internacional não é representativa nem eficiente, que é contraposta a uma necessidade por reformas na arquitetura internacional da governança global. Lê-se nela que:

“As partes notam que hoje, no contexto dos rápidos processos de globalização, do crescimento da interdependência dos Estados, da interpenetração das economias e das culturas, o sistema internacional inteiro está em uma etapa crítica e passando por mudanças. A crise financeira global demonstrou a ineficiência do sistema de governança global existente, que não reflete as realidades da política, da economia e das finanças modernas. O processo da transformação dele [do sistema] com base policêntrica progride ativamente. Aparecendo em primeiro plano nas relações internacionais está a tarefa comum para todos os países da reforma da arquitetura financeira, de modo a prevenir a recorrência de um fenômeno de crise de larga escala no futuro. Ao mesmo tempo, existem ameaças, como conflitos locais e regionais, desastres naturais e desastres tecnológicos, a proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo, crimes transfronteiriços, escassez de comida, mudança climática. Neutralização efetiva para esses desafios e ameaças, que possuem natureza global, só podem ser alcançadas por meio de esforços conjuntos de todos os Estados”³⁸ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2016a, tradução própria).

³⁸ Do original: “*The parties note that today, in the context of the rapid processes of globalization, the growing interdependence of states, the interpenetration of economies and cultures, the entire system of international relations is at a critical juncture, undergoing changes. The global financial crisis demonstrated the ineffectiveness of the existing system of global governance, which does not reflect the realities of modern politics, economics and finance. The process of its*

Ainda, podemos observar isso também em relação à noção de “segurança indivisível”, que se opõe à lógica de blocos e alianças militares que a “política de blocos” representa. Isso está presente em uma citação já feita em nossa análise:

“Rússia e China consideram a segurança internacional indivisível e compreensiva. A segurança de alguns Estados não pode ser provida às custas da segurança de outros, inclusive por expansão de alianças político-militares e criação de sistemas globais e regionais de defesa de mísseis”³⁹ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009, *tradução própria*).

Mas também em:

“As partes acreditam que na era da globalização e do progresso científico e tecnológico, quando o grau de interdependência entre os Estados está aumentando, é necessário formular uma estratégia ampla para o desenvolvimento duradouro da humanidade. Isso deve ser baseado no reconhecimento da indivisibilidade da segurança internacional nos seus aspectos militares, políticos, econômicos, ambientais e humanitários”⁴⁰ (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2016b, *tradução própria*).

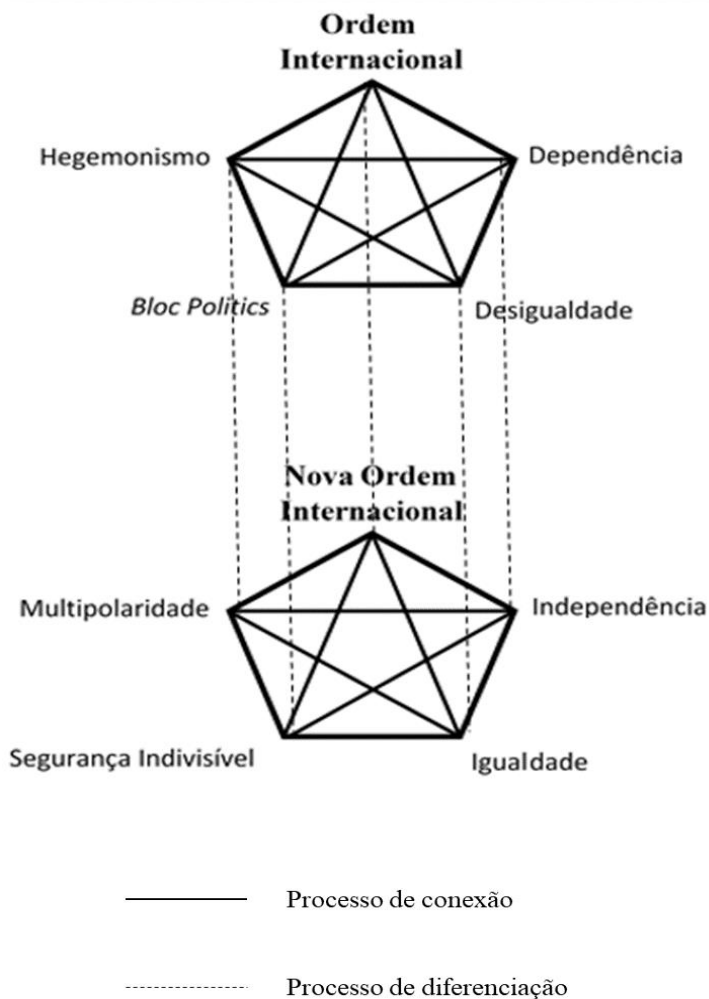
transformation on a polycentric basis is actively proceeding. At the forefront of international relations is the common task for all countries to reform the financial architecture in such a way as to prevent the recurrence of large-scale crisis phenomena in the future. At the same time, threats such as regional and local conflicts, natural disasters and man-made disasters, the proliferation of weapons of mass destruction, terrorism, cross-border crime, food shortages, climate change. Effective counteraction to such challenges and threats, which are of a global nature, can only be achieved through the joint efforts of all states”.

³⁹ Do original: “Russia and China consider international security indivisible and comprehensive. The security of some states can not be provided at the expense of the security of others, including by expanding military-political alliances and creating global and regional missile defense systems.”

⁴⁰ Do original: “The parties believe that in the era of globalization na scientific and technological progress, when the degree of interdependence of all countries is deepening, it is necessary to formulate a comprehensive strategy for the sustainable development of mankind. It should be based on the recognition of the indivisibility of international security in its military, political, economic, environmental and humanitarian aspects.”.

Todos esses exemplos nos permitem afirmar que, além dos processos de conexão tratados anteriormente, também existem processos de diferenciação entre as duas representações. De modo que podemos, desde já, afirmar que existem evidências de que o discurso sino-russo possui características de discurso de resistência, já que constrói uma alternativa a o que já existe e também tem uma argumentação e um posicionamento crítico sobre isso. Representaremos esse processo de diferenciação na Figura 3, a fim de facilitar a compreensão dos termos que são diferenciados nos discursos analisados.

Figura 5 - Processos de conexão e diferenciação



FONTE: Elaboração própria a partir de análise das declarações conjuntas entre 1996 e 2016.

Dessa maneira, nessa etapa de nossa pesquisa, pudemos observar que a ordem internacional está caracterizada majoritariamente nas declarações pela “hegemonia”, pela “dependência”, pela “política de blocos” e pela “desigualdade”. Já a nova ordem internacional se apresenta

como caracterizada pela “multipolaridade”, pela “independência”, pela “segurança indivisível” e pela “igualdade”. Ao mesmo tempo, identificamos que existe um processo de diferenciação que opõe as características apresentadas respectivamente como se segue: ordem internacional, “dependência”, “desigualdade”, “política de blocos” e “hegemonia”; contra as seguintes: “nova ordem internacional”, “independência”, “igualdade”, “segurança indivisível” e “multipolaridade”. Assim, temos o primeiro apontamento de nossa pesquisa que nos permite afirmar que existem essas duas representações no discurso sino-russo e que elas estão construídas antagonicamente, isto é, representam ideias opostas.

Porém, não basta justapor os termos para argumentar sobre a diferenciação dos termos. Precisamos também compreender como eles estão associados nas três dimensões que Hansen (2006) indica para a análise do discurso. Isso faremos na subseção que se segue.

2.3.1.2 Tempo, espaço e ética na construção das representações no discurso da parceria

Para construir o discurso, os termos identificados devem estar articulados e formarem um raciocínio coeso, tanto para a construção da representação positiva, quanto para a negativa. Ainda, para configurar um discurso de resistência, é necessário, como vimos no capítulo um, que existam críticas à ordem como ela é e que exista a criação de uma alternativa a ela. Para isso, precisamos identificar como se dá o processo de diferenciação entre as duas representações encontradas. Isto é, é preciso identificar como os termos estão conectados, articulados, entre si, porém identificar também como eles são articulados para serem diferentes entre si.

As conexões negativas e positivas entre as características da ordem são feitas com base em três categorias: elementos éticos, temporais e espaciais. O discurso sino-russo sobre a ordem internacional está embasado sobretudo em termos de categorização éticos. A diferenciação ética exige que sejam diferenciadas ações “certas” e “erradas”, ações que devem ser “evitadas” e aquelas que são “incentivadas”.

As declarações consideram como comportamentos errados as ideias relacionadas àquilo que identificamos como a representação da ordem internacional atual. Os comportamentos considerados como errados estão relacionados ao “hegemonismo” (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2013), à “dominação” (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2013), à “política de blocos” e à “mentalidade da Guerra Fria” (PRESIDENTIAL, EXECUTIVE OFFICE, 2008;

PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2005), à “politização dos direitos humanos” e ao tratamento de regras individuais como regras universais (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2014). Todas essas ações deveriam ser “evitadas”, “cessadas”, “não podem existir”; os países deveriam “opô-las, ou “livrarem-se delas”, o que as categoriza como erradas e serve de percepção do posicionamento sino-russo sobre essas temáticas.

Por outro lado, as ações consideradas como corretas não estão relacionadas às representações. Elas estão presentes em menor número quando se trata do meio internacional. Mas, quando relacionadas a ele, elas são sobre o fortalecimento do papel da ONU internacionalmente (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2001) e o papel da cooperação internacional para a estabilidade deste mesmo ambiente (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2002). Essas ações nos são apresentadas como aquilo que deve ser “encorajado” e “reforçado” no sistema internacional. Ainda, o objetivo dessa categorização ética segue o mesmo: essas ações deveriam ser feitas para garantir a estabilidade do sistema internacional. Assim, essas diferenciações baseadas em categorizações éticas são aspectos que nos auxiliam na identificação do posicionamento sino-russo sobre a ordem internacional.

Além disso, podemos identificar também que a crítica à ordem internacional do século XXI é construída majoritariamente por características éticas. Assim como esperávamos pela orientação de Hansen (2006), a representação que identificamos anteriormente está conectada por conceitos e ideias que a definem. Aqui pudemos ver, primeiramente, que o que conecta esses conceitos, em grande parte, é atribuição e o julgamento ético dessas ideias e conceitos que constroem as representações. No entanto, não é somente uma lógica ética que faz parte da estrutura do discurso sino-russo; ainda devemos considerar a categorização temporal e a espacial, a fim de identificarmos completamente como se caracteriza essa estrutura do discurso.

Ainda, a posição sino-russa no nível geral, isto é, quando se olha sobre a perspectiva de todos os documentos analisados, é construída em torno de termos que caracterizam a ordem vigente com os seguintes elementos: “dependência”, “desigualdade”, “ineficiência”, “conflituosa”, “instabilidade”. Essas ideias demonstram a insatisfação com a ordem por parte da parceria. Além disso, os elementos de dependência e desigualdade, que são observados em muitas das declarações como características da ordem, ressaltam também a ideia de que existem dois agentes nos dois casos: um dominador e um dominado. Isso fica claro também nas declarações, pois elas configuram a hegemonia como uma

característica a ser superada pela comunidade internacional. Em síntese, no geral o discurso sino-russo está calcado em elementos éticos e principalmente em debilidades a serem superadas pela comunidade internacional.

Ainda, existem elementos temporais e espaciais também que auxiliam na construção das conexões positivas e negativas entre as características da ordem, mas não são tão representativos nas declarações quanto os elementos éticos. Os elementos temporais qualificam os elementos éticos mencionados anteriormente, os problemas de desigualdade, dependência, dominação, hegemonia, etc, como um “mal” nascido nessa “gestão” da ordem internacional. Ainda, uma característica temporal importante, que aparece no discurso sino-russo desde os anos 2000, é a “política de blocos”. Ela é tida como uma herança da GF, quando existia o bloco comunista e o bloco capitalista, e deve ser evitada para sustentar a estabilidade e promover a paz no nível internacional. Ainda, quando as declarações tratam sobre a ordem internacional ela é tida como uma construção histórica a ser superada, pois não é mais representativa. Isso fica demonstrado pelos argumentos da necessidade de se construir uma “nova” ordem internacional, uma posição que está ligada à superação de tudo aquilo que a ordem “atual” ou “antiga” representa.

Por fim, devemos dar atenção também aos elementos espaciais do discurso. Esses seriam elementos que atribuem uma localização às representações que estamos tratando. Exemplos seriam termos como “orientais” e “ocidentais”, na localização, “esquerda” e “direita”, em casos de discussão política; ou termos que encontramos nos discurso sino-russo, como “países ricos” e “países pobres”, “países do Sul” e “países do Norte”. Esses elementos são importantes, pois servem como limitadores das representações, já que existem discussões e disputas entre países do Norte e do Sul, entre esquerda e direita política, entre mais ricos e mais pobres financeiramente. Assim, localizar uma representação espacialmente também serve como determinante da mesma e, logo, este se torna um elemento essencial para identificarmos no discurso sino-russo, a fim de discutirmos se funciona ou não como variável de resistência no comportamento da parceria.

Esses elementos aparecem nas declarações construindo a posição da parceria sino-russa sobre a ordem internacional a partir da representação desta e de uma oposta a ela, o que configura assim as duas partes do processo que viemos tratando até o momento. Sendo assim, passaremos agora a identificar como as articulações entre esses termos foram feitas nas declarações, a fim de entender como a representação da ordem internacional foi formada e evoluiu entre 1996 e 2016. Para isso,

utilizaremos as três categorias levantadas anteriormente (espaço, tempo e ética), uma vez que Hansen (2006) afirma que essas três esferas são necessárias para que possamos alcançar as transformações discursivas e então relacioná-las ao contexto no qual elas acontecem.

As representações da ordem internacional atual (OIA) e da nova ordem internacional (NOI) no discurso sino-russo vêm sendo consolidadas já desde 1996, quando a parceria teve sua primeira materialização no mundo real. Já naquela data, a representação da NOI era arquitetada como “justa e igual”, construída com o trabalho de todos da comunidade internacional (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1996). Enquanto isso, a OIA era apontada como hegemônica, conflituosa, injusta e desigual (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1996). No entanto, tratava-se somente de uma nova ordem econômica internacional, o que se afirma na declaração:

“Os dois lados são a favor do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional baseada na cooperação justa e de benefício mútuo, em pé de igualdade e não-discriminação no comércio internacional”⁴¹ (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 1996, *tradução própria*).

Esse é o tom que, em geral, passa a acompanhar a representação da Nova Ordem Internacional que a parceria defende até os dias atuais.

Essas duas construções são expostas no discurso em posição contrária uma em relação à outra. Desde esse início, a OIA é construída como um ambiente de características *antigas, herdadas da GF com novos rótulos*, mas com os mesmos elementos de dominação e separação do mundo bipolar. Vale ressaltar também que, como característica espacial, a OIA serviria aos “países ricos”, ou do “Norte”. Diferentemente do tratamento que é dado à NOI, desenhada como “nova” e preocupada com temas que são tradicionalmente defendidos pelos países do Sul, como o desenvolvimento.

“As partes acreditam que a paz e o desenvolvimento são uma ‘constante’ da era moderna, e que, no contexto do fortalecimento das tendências principais na formação de um mundo

⁴¹ Do original: “*The two sides are in favour of the establishment of a new international economic order on the basis of fair and mutually beneficial cooperation on an equal footing and non-discrimination in international trade*”.

multipolar e da globalização econômica, os povos de todos os países estão interessados na formação de uma *nova*, justa, e racional ordem política e econômica internacional que garantiria o *desenvolvimento progressivo* e igualdade de segurança para todos os Estados”⁴² (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE. 2002, *tradução própria, grifo próprio*).

Isso auxilia no processo de geração de uma alternativa àquilo que está em vigor, uma vez que constrói uma crítica e apresenta possibilidades diferentes das já existentes. Ainda, nas declarações de 2001 em diante, a OIA ganhou a roupagem revisora de normas, ameaçadora da soberania dos Estados, devido a discussão que se fazia sobre a soberania limitada, e responsável por danificar a autoridade das normas internacionais. Enquanto isso, a NOI é exposta como “estável”, “democrática”, “racional” e “sem confrontos” (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2001).

No entanto, entre 2006 e 2010, a argumentação a favor de uma Nova Ordem Internacional contraposta à atual não está presente explicitamente nas declarações. É interessante notar que no período entre 1996 e 2005 essas eram as os conceitos conectados às representações que identificamos. No período seguinte de 2006-2010, os argumentos continuam presentes: ainda se defende a “igualdade” contra a “desigualdade”, o “multilateralismo” contra a “dominação” e o “unilateralismo”, a “solidez das leis internacionais” contra a política de “duplos padrões”, a “não-intervenção” contra a “soberania limitada” (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2009). Porém, entre 2006-2010, a NOI não é mencionada em nenhuma das declarações conjuntas desse período, o que, apesar de não ser o foco dessa pesquisa, é bastante intrigante para pesquisas posteriores.

O retorno dessas expressões ocorre na década de 2010. Nesse momento, as declarações passam ter a construção da NOI como foco para os dois países. E é interessante notar que, a partir de 2012, quando os presidentes Xi e Putin passam a governar, respectivamente, China e

⁴² Do original: “*The parties believe that Peace and development are the leitmotif of the modern era, that in the contexto of strengthening the main tendencies in the formation of a multipolar world and economic globalization, the peoples of all countries are instered in the formation of a new fair rational international political and economic order that would guarantee the progressive development ande qual security of all states.*”

Rússia, as declarações expõem estratégias conjuntas desses dois Estados separadamente nas esferas de política, de economia e de segurança para alcançar a NOI. Além disso, as declarações dessa década posicionam temporalmente a “mudança para um mundo multipolar”, ou para um mundo “policêntrico” como um fenômeno já disparado, ou seja, não seria possível impedir que a NOI venha a acontecer em algum momento (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2012).

Ressaltamos ainda que, a partir de 2011, um fenômeno não mencionado anteriormente aparece no discurso sino-russo. A representação da OIA, que trata sobre a situação corrente no mundo, deixa de aparecer. As declarações ganham um cunho voltado somente para o posicionamento coordenado da parceria sobre as questões internacionais. Elas não mais descrevem o mundo e identificam como percebem sua organização a partir desse momento. Isso, no entanto, não impede nossa análise, pois, ainda é possível identificar os processos de conexão positiva entre os conceitos que constroem a NOI. O discurso de resistência adquire uma forma mais clara de alternativa, sem, no entanto, contrapor-se diretamente à ordem internacional criada pelo Ocidente, como pode ser observado na declaração de 2016, por exemplo, na qual a situação internacional não está descrita. O que existe nessa declaração é a construção do posicionamento conjunto sino-russo sobre questões como os sistemas de defesa de mísseis, a proliferação de armas de destruição em massa, e passos para a sustentação da estabilidade estratégica (PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2016a; PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE, 2016b).

Em suma, as representações da OIA e da NOI são colocadas em oposição uma contra a outra. Essa oposição é construída nas três dimensões do discurso da parceria: espacialmente, já que a OIA favoreceria “países do Norte” e teria sido construída por eles, enquanto a NOI é um projeto dos “países do Sul” e preocupada com os interesses destes, mas não contra os primeiros; temporalmente, pois a NOI seria “nova” e “em desenvolvimento” e, nesse sentido, não representaria o passado impresso na OIA que carrega consigo o “modelo de pensamento da Guerra Fria”, a “lógica de soma-zero”, o “hegemonismo” e a “lógica da dominação”; e, por fim, mas não menos importante, eticamente, pois, a NOI é construída como respeitosa das “leis internacionais”, das “diferenças culturais”, que são características de ética universais nas

relações entre os Estados, além de ter sua própria base de princípios⁴³ que é colocada em oposição às lógicas associadas à OIA. Enquanto que a OIA é refletida como “conflituosa”, “desrespeitosa das normas internacionais” (o que permite revisão de regras quando necessário), “não-representativa da realidade moderna”, e “segregacionista das culturas não-ocidentais”.

Assim, podemos já responder parte de nossa pergunta orientadora dessa pesquisa ao afirmar que existe uma construção de oposição de representações no discurso sino-russo. Ainda, essa oposição de representações está relacionada à ordem internacional, aos princípios e à lógica pela qual ela está construída; não necessariamente a um Estado, como alguns afirmam sobre a parceria ser construída em resposta aos EUA. Isso nos permite afirmar que o discurso da parceria sino-russa é um discurso de resistência, uma vez que possui uma argumentação lógica, construída por meio de conceitos e termos, construída em contraposição a uma estrutura que existe no meio internacional. Outra característica importante que encontramos no discurso sino-russo que o configura como discurso de resistência é a existência da construção de uma lógica alternativa no discurso, que seria a construção da NOI. Ainda, essa alternativa tem sido cada vez mais incentivada nos discursos e se tornou a partir de 2011 o principal objetivo dos esforços coordenativos da parceria no meio internacional. Portanto, existe um discurso de resistência consolidado na parceria sino-russa e recentemente ele adquire uma roupagem de construção de alternativa sem oposição ao que já existe.

2.4 Considerações parciais

Nesse capítulo, fizemos uma revisão histórica, a fim de identificar as transformações pelas quais a parceria sino-russa passou. Com ela, mostramos que a parceria passou por um período inicial de construção de orientações; em seguida, por um período de aumento significativo da assimetria entre os dois Estados com um crescimento proporcional para a consolidação da coordenação estratégica internacional entre eles; e, por fim, por um período de atuação dessa coordenação estratégica em nível internacional, que vem possibilitando aumento da participação desses

⁴³ Esses princípios seriam os mesmos que funcionam como base para a política externa chinesa: Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial de outros Estados; Não-agressão mútua; Não-interferência mútua nas questões internas de outros Estados; Igualdade e cooperação para benefício mútuo; e coexistência pacífica.

Estados em questões internacionais de interesse deles, como no caso da crise da Síria, que será objeto de nosso próximo capítulo.

Ainda, analisamos as declarações conjuntas da parceria sino-russa de 1996 a 2016, a fim de identificar se nelas existia um discurso resistência. Nessa etapa, comprovamos que a parceria expõe um discurso de resistência e identificamos que ele está construído em torno da representação da Ordem Internacional Atual, por meio de conceitos que a caracterizam da maneira como expusemos no decorrer de nossa análise. Ainda, identificamos que essa representação está colocada em contraposição à Nova Ordem Internacional, o que argumentamos que a posiciona como uma alternativa àquela primeira. Assim, com estes dados nos foi possível argumentar que existe um discurso de resistência exposto pela parceria sino-russa.

Contudo é preciso se questionar sobre as implicações disso. O que a existência de um discurso de resistência supõe para a evolução da parceria sino-russa? E quais seriam as implicações disso para alinhamentos internacionais e coordenação estratégica?

No que diz respeito à temática da parceria, nossa pesquisa demonstra um ganho de autonomia no discurso que acompanha um aumento na coordenação dos dois Estados. Ao comparar os dois períodos históricos analisados, podemos perceber que houve uma transformação da importância da coordenação estratégica dos dois Estados. No primeiro momento, a parceria desenhou e estruturou a coordenação, enquanto que, no segundo, deu-se foco para a função internacional atribuída à coordenação. Similarmente, os discursos, entre esses dois períodos da parceria, primeiramente constroem uma imagem da situação internacional e da situação ideal, em seguida, abandonam a defesa da situação ideal, mas ainda argumentam sobre os elementos que a formavam; e, por fim, retomam somente a situação ideal com planos práticos e diretrizes para alcançá-los, deixando a descrição da situação internacional de lado. Isso nos permite argumentar que o aumento da coordenação estratégica funcionou como um mecanismo de convergência da orientação da parceria para o nível internacional. Mais ainda, funcionou como consolidador da lógica da nova ordem internacional na parceria. Vale ressaltar, que esse comportamento é bastante semelhante àquele desempenhado por Estados revisionistas da ordem em outros períodos, o que nos aponta uma tendência para a argumentação revisionista para a parceria para o futuro.

Já para a perspectiva de alinhamentos e seu papel na ordem internacional, podemos apontar que eles ainda são ferramenta de alcance de objetivos estratégicos, mesmo na era da unipolaridade. O histórico da

parceria sino-russa nos permitiu observar um aumento da coordenação entre eles que permitiu que ambos pudessem exercer um papel mais proeminente na política internacional ao atuarem em conjunto. Ainda, a mudança discursiva da parceria para o foco nos planos e nas ações para a construção da nova ordem internacional, nos permite argumentar sobre a viabilidade dos alinhamentos como um mecanismo de construção de alternativa à unipolaridade. Já que, como Schweller e Pu (2011) apontam, a construção de um discurso de resistência que legitime uma alternativa ao mesmo tempo em que deslegitima a situação atual pôde ser verificada nas declarações conjuntas entre China e Rússia.

Porém, ainda nos é necessário compreender como tem funcionado os esforços da prática de resistência da parceria para podermos testar nossa hipótese e responder à nossa questão sobre qual seria a natureza da parceria sino-russa. Para isso, no capítulo seguinte, faremos uma análise sobre a prática política destes dois Estados em dois estudos de caso sobre a situação da Síria, nos quais buscaremos identificar a existência uma prática de resistência inerente à coordenação estratégica sino-russa.

3 CONVERGÊNCIA E RESISTÊNCIA

3.1 Introdução

No capítulo anterior desta dissertação fizemos uma análise sobre o discurso da parceria sino-russa. Esse esforço analítico foi feito para que pudéssemos compreender como o discurso da parceria continha um posicionamento em relação à ordem internacional. Fizemos isso como parte de um processo para identificar como é o comportamento da parceria diante da ordem internacional. Como visto em nosso primeiro capítulo, na perspectiva de Schweller e Pu (2011), em consequência da concentração de poder em um único Estado, as típicas transições de poder realizadas principalmente por meios militares não seriam possíveis. As transições de poder, segundo a perspectiva em questão, estariam primariamente estruturadas em duas partes: primeiro em um discurso de resistência, no qual o questionador da ordem em vigor argumenta pela deslegitimação desta e constrói uma alternativa a ela; e, segundo em uma prática de resistência, pela qual o questionador buscaria, ao mesmo tempo, realizar estratégias que tenham por objetivo impedir a realização de interesses do Estado que concentra mais poder no sistema. Assim, o capítulo anterior debruçou-se sobre uma análise que permitisse identificar no discurso da parceria sino-russa indicadores de resistência. Esse foi o primeiro passo para testarmos nossa hipótese de que a parceria tem direcionado sua performance no meio internacional para um comportamento de resistência contra a ordem internacional construída pelo Ocidente. Pois, com isso, poderíamos responder à problemática sobre como a parceria sino-russa se relaciona com a ordem internacional atual, isto é, sobre qual seria a natureza dessa parceria.

Este terceiro capítulo, então, funciona como continuidade de nossa análise sobre como o alinhamento sino-russo se relaciona com a ordem internacional. Nesse momento de nossa análise, iremos nos dedicar à segunda parte do movimento de questionamento de ordem internacional na unipolaridade. Para isso, fizemos um estudo de caso com a finalidade de poder identificar o comportamento da parceria sino-russa em uma questão importante para a sustentação da ordem internacional liberal construída pelo Ocidente e, principalmente, importante para o membro mais representativo dela: os EUA. Assim, a situação da Síria no CSNU foi escolhida como o ambiente no qual buscaremos enxergar o comportamento da parceria frente a esses dois pontos: a ordem internacional e os EUA.

Isso, pois, como veremos ao decorrer desse capítulo, a situação da Síria tem caráter internacional desde seu início. No decorrer da crise da Síria, o aumento da violência serviu de justificativa para um posicionamento assertivo por parte do Ocidente para a questão. Esse posicionamento, no entanto, não teve o efeito esperado pelos membros desse grupo. E, assim, a crise da Síria tornou-se uma disputa internacional por prestígio.

As posições da China e da Rússia no conflito da Síria são bastante claras, assim como, a partir de um momento, a do Ocidente também é. A parceria defendeu desde o início a soberania da Síria. Os governos russo e chinês argumentaram, mesmo sob o aumento da violência, que o regime de Bashar al-Assad⁴⁴ é o único representante legítimo e que tem capacidade para solucionar a crise. Apesar de serem poucas, dificuldades para a coordenação estratégica da parceria existem nessa questão. Isso, pois ambas as partes têm interesses independentes na Síria, que em alguns momentos entram em choque. No entanto, esses interesses não impedem que os posicionamentos dos dois Estados estejam alinhados sobre a questão em estudo. Nesse sentido, é importante lembrar que a parceria sino-russa não funciona como um alinhamento típico da Guerra Fria (GF). A parceria tem características de maior flexibilidade entre as partes, analogamente a dois veículos em uma mesma estrada e não dois passageiros de um mesmo veículo.

Introduzindo o que trataremos neste capítulo, é importante esclarecer quais são nossas pretensões com ele. Esse capítulo questiona-se sobre como a parceria sino-russa comporta-se em uma situação na qual existe um interesse claro dos EUA. Sobre esse questionamento construímos a hipótese de que a parceria dirige seus esforços para frear o alcance desse interesse. Assim, para testar essa hipótese, o caso da situação da Síria será analisado em três ambientes multilaterais diferentes nos quais ela é tratada: o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) e a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A escolha desses espaços se deve ao fato de a ONU ser um denominador comum entre todos os Estados analisados. Ainda, se deve também ao fato de em suas

⁴⁴ Vale ressaltar que Bashar Al-Assad é alauíta e que, por fazer parte do ramo xiita, isso tem implicações para a importância da questão da Síria no Oriente Médio. No entanto, não nos prolongaremos sobre este assunto, uma vez que não faz parte de nosso objeto. Nosso foco é para os votos sino-russos nos organismos da ONU selecionados.

declarações conjuntas a parceria sempre se referir à ONU como o órgão mais importante ao qual se deve respeito internacionalmente.

Assim, para realizar esse teste, damos os seguintes passos: Primeiramente, fazemos uma retomada histórica sobre a questão da Síria, a fim de demonstrar como ela se torna uma questão importante para o Ocidente e, principalmente, para os EUA. Para isso, tratamos do desenvolvimento da crise da Síria e de como ele se relaciona com o ambiente internacional. Em seguida, passamos para a análise do comportamento da China e da Rússia nos órgãos multilaterais da ONU. Nessa etapa, utilizamos documentos coletados sobre a situação da Síria nesses espaços e identificamos como estão distribuídos os votos da China, da Rússia e dos EUA. Além disso, desvendamos as temáticas nas quais ocorre divergência entre a parceria sino-russa e os EUA, afim de identificar como a oposição, com a qual nos deparamos na distribuição dos votos, estava caracterizada. Assim, pudemos identificar como é o comportamento sino-russo em uma questão importante para os EUA, principal representante e arquiteto da ordem internacional liberal. Por fim, nossas considerações finais avaliam as implicações dos resultados desta parte da análise para nosso estudo como um todo, para a temática da parceria sino-russa e para a perspectiva de alinhamentos internacionais na unipolaridade.

3.2 A Síria como um momento importante para os EUA

A guerra civil da Síria é o fenômeno contemporâneo de maior tensão do Oriente Médio após a Guerra do Iraque. Como um resultado da Primavera Árabe no território sírio, em março de 2011 passaram a ocorrer diversas manifestações da população com muitas demandas diferentes. Em determinado momento, como veremos no decorrer da seção, a resposta do governo sírio passa a ser violenta e não demora muito para que a crise escale a uma guerra civil.

Ainda, esse fenômeno médio oriental é influenciado por variáveis internacionais. Atores regionais e não-regionais fazem parte do desenvolvimento da crise da Síria. Dentre esses, as grandes potências têm se mostrado elementos ímpares na resolução da questão síria. Isso, pois, a partir da escalada da violência, esses atores polarizaram-se sobre o assunto, o que fez acentuar a disputa por prestígio na região. Assim, essa seção tem seu foco direcionado para a compreensão de como a crise da Síria evolui e fez com que o Ocidente a perceba como um assunto importante em sua agenda internacional.

3.2.1 *O aflorar de uma guerra civil*

Nesta parte de nossa análise faremos uma retomada histórica da situação da Síria. Nosso esforço tem como objetivo proporcionar as bases históricas necessárias para a compreensão das dinâmicas que a situação da Síria implica nas relações internacionais do Oriente Médio. Mais especificamente, nosso olhar será focado para identificar o modo como a crise da Síria influencia nas dinâmicas de poder das grandes potências do CSNU, principalmente dos EUA, na região. Para isso, a obra de 2016 de Christopher Phillips, intitulada The battle for Syria nos será muito útil. Isso, pois Phillips (2016) faz uma das mais claras descrições do conflito sírio até o momento e sua análise é direcionada para a perspectiva internacional, o que é central para nossa análise. Assim, passemos à primeira etapa de nossa retomada histórica, cujo foco fica sob os aspectos regionais e internos que levam à crise na Síria.

Após uma série de golpes de Estado, Hafez al-Assad chegou ao poder da Síria também por uma incursão contra o governo anterior em 1970. Ele construiu o regime que sobreviveu até sua morte em 2000. Esse governo tinha características bastante marcantes de uma autocracia. O nível de controle político na mão do Estado era muito alto. Além disso, os cargos mais importantes da administração do país eram distribuídos para familiares, ou divididos por etnias com o objetivo de manter o apoio político (TOMÁS, 2014). Ademais, o Estado sírio de Hafez contava com uma estrutura forte de inteligência que vigiava não só a população, mas também os membros do regime, a fim de prevenir qualquer tentativa de insurgência. Por fim, o uso da força não era uma constante, mas, quando julgava necessário, esse recurso era facilmente acionado pelos líderes (PHILLIPS, 2016).

Durante a GF e no começo dos anos 1990, o governo de Hafez al-Assad apoiava o lado comunista ou o capitalista conforme eles tivessem interesses em comum com os seus. A Síria alterou seu apoio aos blocos em várias ocasiões para garantir seu papel de influência regional no Oriente Médio. Como a consolidação desse esforço, Hafez al-Assad promoveu a Síria a um papel importante na guerra civil do Líbano no fim do século XX. Seu pragmatismo permitiu que, após o fim da GF, o pedido de apoio aos EUA e aos países da região fosse aceito para se sustentar economicamente pela ausência do apoio soviético (PHILLIPS, 2016).

Ao falecer de Hafez al-Assad em 2000, seu filho, Bashar al-Assad, foi eleito presidente em 17 de julho de 2000 por um referendo, assumindo, assim, o lugar do pai no governo sírio. Internamente, ele confirma a continuação do legado do pai ao abafar um movimento liberal reformista

em 2001. No entanto, Bashar al-Assad realizou um rearranjo nas forças políticas dentro do país. Os cargos de confiança, que no governo de Hafez al-Assad eram mais distribuídos entre as etnias presentes no Estado, foram redistribuídos para membros da família Assad (SLIM; TROMBETTA, 2014). E, apesar da promessa de reforma feita por Assad na candidatura, somente os partidos mais leais e mais próximos ao governo puderam participar das eleições de cargos com menor influência política. Assim, a promessa de Assad desenvolveu-se como o oposto, isto é, a concentração de poder nas mãos do partido Baath e dos Alauítas aumentou (PHILLIPS, 2016).

Externamente, ele inicia um período de confrontação entre Síria e EUA após o 11 de setembro. Apesar de, no início, esse episódio ter gerado cooperação em inteligência entre os dois Estados contra o terrorismo, a invasão do Iraque fez emergir a oposição entre eles, principalmente após a adição da Síria ao “Eixo do Mal” da administração Bush. A alteração de regime do Iraque ameaçou o governo sírio pela possibilidade da criação de um regime pró-ocidental que influenciaria em uma revolução na Síria, ao mesmo tempo em que fortaleceria a posição do governo israelense na região (PHILLIPS, 2016).

Devido a essa disputa por poder na região, EUA passaram a questionar o papel da Síria na situação do Líbano, a fim de reduzir a influência regional daquele Estado. Politicamente, Bush se movimentou para garantir o impedimento de todo o comércio dos EUA com a Síria, exceto produtos alimentícios e medicamentos. E, com isso, somado à aprovação da Resolução 1559 na ONU que pedia pela saída de todas as forças estrangeiras do Líbano, o governo estadunidense fez pressão para a saída da Síria dessa crise. Após a morte do Primeiro Ministro do Líbano, Rafic Hariri, que apoiava a resolução da ONU, a população se polarizou sobre a atuação da Síria: ocorreram protestos contra e a favor da continuação da presença da Síria no Líbano. Isso resultou na retirada das tropas sírias do território libanês em 2005 (PHILLIPS, 2016).

Porém, a disputa internacional não teve fim nesse momento. A administração estadunidense pediu à comunidade internacional que boicotasse diplomaticamente a Síria, o que resultou no isolamento internacional deste Estado. Nesse interim, Bashar al-Assad aproximou-se do Irã e passou a promover a ideia de que, ao invés de um “Eixo do Mal”, como havia pontuado Bush, eles compunham um “Eixo de Resistência” contra a dominação dos EUA do Oriente Médio. Contudo, apesar da oposição e do movimento de isolamento da Síria pretendido pela administração Bush, Bashar al-Assad aliou-se ao Irã, aproximou-se da Rússia, da Turquia, do Catar, da China. Surpreendentemente, o governo

francês foi o primeiro país do Ocidente a quebrar o embargo contra a Síria e retomar as relações com o governo de Assad (PHILLIPS, 2016).

Segundo Christopher Phillips (2016), a invasão estadunidense no Iraque mudou o cenário regional. Com a retirada de Saddam Hussein da liderança iraquiana, os países do Oriente Médio entraram em uma dinâmica competitiva por influência regional, cujo objetivo era a consolidação do Iraque como parte do Eixo de Resistência ou do grupo pró-ocidental. Os esforços do Irã, do Egito e da Arábia Saudita para influenciar a orientação no Iraque foram muitos, assim como também foram as dinâmicas estratégicas para tanto. Ainda, segundo Phillips (2016), o desequilíbrio da região permitiu a ascensão de dinâmicas que seriam alimentadas nos anos seguintes: o jihadismo⁴⁵, o nacionalismo curdo⁴⁶ e o sectarismo⁴⁷. Essas dinâmicas estarão posteriormente atuantes na crise da Síria.

O desenvolvimento da Guerra do Iraque teve impactos importantes para a região e para os EUA. O sectarismo cresceu no Iraque e serviu de combustível para a guerra civil iraquiana, o que a prolongou. Ao mesmo tempo, segundo Phillips (2016), percebeu-se esse episódio como um sinal de declínio da hegemonia estadunidense, devido à violenta insurgência crescente e ao resultado inesperado do crescimento político de xiitas pró-Irã no Iraque. Em 2007, o “Despertar de Anbar” findou a insurgência, o que permitiu anos depois, em 2011, a retirada das tropas dos EUA do território iraquiano (PHILLIPS, 2016, p. 23).

Ademais, Phillips (2016) ressalta três fatores que alteraram a abordagem dos EUA para o Oriente Médio. Primeiramente, a crise financeira de 2008 trouxe o foco dos EUA para os assuntos internos, ao mesmo tempo em que impediu o financiamento contínuo de ações militares internacionais. Em segundo lugar, a opinião pública dos EUA diminuiu o apoio para esse tipo de ações. Em terceiro lugar, a eleição de Barack Obama à presidência dos EUA, em 2009, representou o recrudescimento das atividades estadunidenses no Oriente Médio e no redirecionamento da atuação norte-americana desta região para a Ásia.

Por fim, conforme argumenta Phillips (2016),

⁴⁵ O jihadismo está, em geral, associado ao comportamento violento de sunitas muçulmanos com o objetivo de restaurar o comando divino sobre o mundo.

⁴⁶ O nacionalismo curdo cresce após a criação do Governo Regional Curdo, que ocorreu como consequência da invasão dos EUA no Iraque (PHILLIPS, 2016).

⁴⁷ O sectarismo seria a politização das diferenças religiosas, cuja as características incluem comportamento violento, discriminação e ódio (HADDAD, 2011, p. 21).

“O Oriente Médio em 2011 era uma região em transição. O percebido domínio dos Estados Unidos, já mais limitado que assumido, estava diminuindo após 2009 e emergia uma nascente ordem regional multipolar. A guerra civil síria deve ser entendida no contexto dessas transformações regionais como um sintoma e um reforço subsequente delas. Os EUA ainda eram os mais poderosos, mas, agora, outros poderes estavam independentemente afirmando ou reafirmando a influência deles”⁴⁸ (PHILLIPS, 2016, p. 25, *tradução própria*).

Durante esse rearranjo dos países da região, a chamada “Primavera Árabe” explode em 2010. Esta foi uma série de movimentos que reivindicavam mudanças em aspectos que as populações se viam insatisfeitas. Essas manifestações tiveram início na Tunísia, espalharam-se para diversos países da região e derrubaram diversos governos autocráticos por esforço de suas populações. Em dezembro de 2010, Mohamed Bouazazi incendiou o próprio corpo em símbolo de protesto contra o governo tunisiano. Isso incitou diversos protestos em sua pequena cidade, que também aconteceram em outras cidades do país. Por fim, os protestos conseguiram derrubar o governo autocrático da Tunísia e as manifestações passaram a acontecer em outros países da região, como Algeria, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Barein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Arábia Saudita e, por fim, Síria.

Antes da onda de protestos atingir a Síria, o cenário era mais estável. O governo de Assad tinha um alto nível de concentração de poder e as manifestações contra ele eram reprimidas com prisões. A economia da Síria cresceu por um extenso período de tempo após a morte de Hafez, mas isso também gerou uma divisão social significativa, o que concentrou o poder econômico nos centros urbanos de Damasco e a Aleppo, enquanto marginalizou cidades menores como Deera, Homs, Deir-ez-Zor e Hama (SLIM; TROMBETTA, 2014). Isso, ainda, marginalizava mais de 40%

⁴⁸ Do original: “*The Middle East in 2011 was a region in transition. The perceived dominance of the United States, already more limited than assumed, was ebbing after 2009 and a nascent multipolar regional order was emerging. The Syrian civil war must be understood within the context of these regional shifts, as both a symptom and a subsequent reinforcer of them. The US was still the most powerful, but now other powers were independently asserting or reasserting their influence.*”

da população, que possuía acesso à educação superior estatal, mas não encontrava empregos após a formação, por exemplo (PHILLIPS, 2016).

Em 6 de março de 2011, um grupo de estudantes foi detido na cidade de Deera pelas autoridades sírias por fazer manifestações de grafite, arte urbana, contra o governo, utilizando o mesmo lema dos protestos ocorridos no Egito. Isso acabaria por ter o mesmo final que nos outros Estados: manifestações generalizadas da população (ZISSER, 2017). Na Síria, no início dos protestos pacíficos, a população não pedia pela saída de Assad, mas por reformas no Estado. Porém, diferente dos outros Estados que terminaram na deposição do então líder, a situação ganhou proporções maiores na Síria e fez muito mais vítimas (PHILLIPS, 2016).

Segundo Phillips (2016), em 15 de março do mesmo ano, protestos foram convocados em Deraa em consequência das prisões dos estudantes por parte das autoridades de Damasco. As forças de segurança na contenção do protesto acabaram por fazer 4 vítimas, cujo funeral serviu de combustível para mais manifestações, que passaram a levar slogans contra o regime e destruir símbolos representativos dele. Ocorreu que, devido à continuação dos protestos contra o governo, a repressão ganhou escala (ZISSER, 2017). As autoridades de segurança fizeram um cerco à cidade de Deraa ao cortar a eletricidade, a água e as redes de comunicação móvel. No entanto, por mais que tenha existido esse esforço por parte do governo para contenção da generalização dos protestos, as redes sociais já tinham espalhado as notícias, como era de praxe nas manifestações da Primavera Árabe (PHILLIPS, 2016).

Com a divulgação das manifestações e principalmente das vítimas feitas pelas autoridades sírias, as manifestações maiores espalharam-se por outras cidades em poucos dias. Em 18 de março, elas ocorreram pacificamente em Homs, Baniyas e nos subúrbios de Damasco. No início de abril, em Latakia, Tartous, Idlib, Qamishli, Deir-ez-Zor, Raqqa e Hama. Em cada localidade as motivações para os protestos variaram, mas todas faziam parte de um tronco de insatisfação com o governo (SLIM; TROMBETTA, 2014). Porém, como o governo tratava a população do Estado diferentemente numa espécie de dinâmica de barganha econômica e política entre as regiões, as etnias e as ideologias, muitas localidades da Síria, que tinham mais benefícios, não fizeram parte das ondas de protestos (PHILLIPS, 2016).

“Essas múltiplas ‘barganhas’, parcialmente baseadas na diversidade já existente na Síria, mas também devido à habilidosa manipulação e construção de apoio do regime por muitos anos,

foram o bastante para dar razão a muitos sírios para não se juntarem à oposição em 2011”⁴⁹ (PHILLIPS, 2016, p. 52, *tradução própria*).

Quando ocorreram manifestações com armas, o governo, justificando a existência de gangues armadas, enviou unidades militares para realizar a contenção, o que elevou o número de vítimas nos protestos. E com as vítimas, os manifestantes tinham cada vez mais motivos para continuar as demonstrações contra o regime (TOMÁS, 2014). Nesse ritmo, não demorou para que a população passasse a levantar bandeiras de um movimento anti-Assad. Isso trouxe o aparelho repressor da Síria ao funcionamento contínuo, ou seja, as autoridades militares, *Mukhabarat*, e os grupos não-militares, *Shabiha*, de inteligência exerceram a tortura continuamente de maneira generalizada para intimidar a população (PHILLIPS, 2016).

Durante esse período, Assad tentou sustentar seu governo por meio das tensões regionais do Oriente Médio e pela tradicional dinâmica de barganha. Após fundar o primeiro canal de televisão sírio, Assad passou a defender que os rebeldes foram alimentados por conspiração externa dos EUA e de Israel. Da mesma maneira, as rebeliões foram identificadas pelo governo sírio como sendo de expressão sunita jihadista (PHILLIPS, 2016). Ainda, concessões foram feitas por parte de Assad, como o fim do estado de emergência, sob o qual a Síria estava desde 1963, porém sem sucesso (TOMÁS, 2014). Isso alimentou os ânimos para a guerra civil da parte do regime e seus apoiadores contra os movimentos anti-Assad, pró-reformistas e seus apoiadores.

Assim, não mais tarde que abril de 2011, o ambiente de guerra civil estava construído na Síria. A população estava dividida entre movimentos a favor e contra o governo. O governo havia perdido credibilidade e legitimidade pelas repressões feitas contra a população paralelas à dinâmica de barganha como tentativa de reestabelecimento do controle político. E, em virtude dessa série de aspectos internos, os horizontes da Síria não apontavam para a solução rápida do conflito. Ainda, em julho de 2011, segundo um relatório da ONU (PHILLIPS, 2016, p. 66), os números já alcançavam 1900 manifestantes mortos. Os ataques às zonas onde os protestos aconteciam eram realizados com armamento pesado:

⁴⁹ Do original: “*These multiple buy- ins, partly based on Syria’s pre- existing diversity, but also due to the regime’s skilful manipulation and support building over many years, were enough to give many Syrians a reason not to join the opposition in 2011*”.

tanques de guerra, helicópteros armados e tropas de artilharia pesada. E, com essas ações, também surgiram os primeiros refugiados do conflito, que inicialmente foram para a Turquia.

Ainda em julho, Assad propôs reformas para a população. Seriam implementadas novas leis eleitorais e o governo estaria disposto a realizar um “Diálogo Nacional”. Porém, a resposta da população foi negativa, uma vez que, ao mesmo tempo em que se propunham mudanças, ocorriam episódios violentos nas cidades mais engajadas nos movimentos contra o governo. Isso mostrava que, a cada dia que passava, a crise teria mais dificuldades de alcançar uma resolução rápida.

Enquanto isso, a dimensão internacional seguia atenta à situação do Oriente Médio. A crescente demanda populacional por mudanças políticas da Primavera Árabe contida por repressão foi vista internacionalmente num sentido ambivalente. Enquanto a repressão de países como a Tunísia, Egito e Arábia Saudita passaram quase que impunes, o caso da Líbia mostrou à Síria que a sua repressão poderia não ter os mesmos tratamentos que as questões anteriores. Isso, pois a ONU logo passa a Resolução 1973 do Conselho de Segurança (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2011a) que permitia a atuação militar externa e estabelecia a zona de exclusão aérea na Líbia, o que serviu de demonstração para a Síria que a repressão teria limites, e mais, que esses limites estavam colocados por atores externos, como o CSNU, ou mesmo os EUA, caso decidissem por uma ação unilateral, como foi no Iraque.

No início da crise, a Síria tinha aliados internacionais como a Rússia, a China, a Turquia, o Irã e o Catar. Porém, em meados de agosto de 2011, conforme a violência aumentou, a base de apoio começou a se alterar. A Turquia e o Catar logo abandonaram a defesa de Damasco e passaram a pedir que Assad atendesse ao pedido da população para que ele deixasse o governo. Enquanto isso, a Rússia, a China e o Irã permaneceram favoráveis ao governo. Os países de orientação mais ocidental, que antes se aproximavam diplomaticamente da Síria depois de muito tempo de embargo, metamorfosearam suas posições rapidamente para a saída de Assad (PHILLIPS, 2016). Essas mudanças internacionais foram fatores muito importantes para a crise e sustentam a Síria como um estudo de caso relevante para se observar o comportamento sino-russo em uma questão importante para os EUA.

Ainda que importante, o posicionamento do Ocidente não veio em seguida às manifestações. Os protestos de Deraa, que deram início à Primavera Árabe na Síria, aconteceram entre a queda da estabilidade no Barein e a aprovação da intervenção na Líbia. Não houve uma resposta

imediate clara da comunidade internacional, pois estavam acontecendo muitas crises ao mesmo tempo e prioridades tinham que ser hierarquizadas. No entanto, não demorou para que o a dimensão internacional também ficasse polarizada acerca da continuidade ou da remoção de Assad do governo da Síria.

O mês de agosto de 2011 foi quando ocorreu uma mudança da posição internacional sobre a situação da Síria. Após as visitas de embaixadores dos EUA e da França às localidades das manifestações, os protestos ganharam ainda mais participantes. Como resposta, as autoridades militares entraram em ação em mais regiões: Homs, Deir-ez-Zor e Latakia (PHILLIPS, 2016). E depois de muitas baixas, os países do Ocidente alteram sua posição diante da situação diametralmente. A seção seguinte tratará desse momento pós mudança com maior profundidade.

3.2.2 *A transformação da situação em uma disputa por prestígio*

Com o avanço do conflito, aumentou sua repercussão internacional. O que antes era um elemento da Primavera Árabe passará a ser enquadrado como um elemento de grande importância para o Ocidente. Essa subseção tem como objetivo identificar como essa transformação de posicionamento ocorre por parte do Ocidente, cujo resultado é a metamorfose da crise Síria em uma disputa por prestígio no Oriente Médio e internacional.

A posição das partes da parceria sino-russa sobre a situação segue uma lógica de evolução dos episódios de 2011. A Rússia, apesar do relacionamento antigo dos sírios com a URSS, não era tão próxima da Síria antes disso. As análises sobre o relacionamento entre Damasco e Moscou normalmente destacam a importância, para a Rússia, de contar com uma saída para o Mediterrâneo, porém a reativação deste ocorreu somente em 2007 e aconteceu gradualmente, sem tanta representatividade. O governo de Assad fez diversas aquisições de armamento russo antes de 2011, porém com menor expressividade em relação a outros países árabes (PHILLIPS, 2016).

Pelo lado chinês temos o mesmo cenário. Com sua ascensão econômica, a China teve uma grande projeção internacional. No Oriente Médio, a China tornou-se uma grande importadora e exportadora de produtos, tornando-se a maior importadora de petróleo da região (HAYOUN, 2013), mas também uma grande investidora. No caso da Síria, a grande empresa estatal de petróleo chinesa, a *Chinese National Petroleum Corporation* (CNPC), e a companhia nacional de petróleo da Síria negociaram diversos investimentos em energia (AUSSIER, 2015). Além disso, a China tornou-se uma importante investidora de

infraestrutura na Síria, o que contribuiu para a modernização da Síria no pós-Guerra Fria (CHANG, 2011).

Desde o início da crise o posicionamento da parceria sino-russa foi o de garantir a legitimidade do governo de Assad e, ao mesmo tempo, considerar as violações de direitos humanos ocorridas durante a situação como tendo eventos oriundos dos dois lados da crise. Nas resoluções do CDHNU, China e Rússia promovem um claro apoio ao regime de Assad logo no início das tratativas desse órgão sobre o tema: Na resolução A/HRC/RES/S-17/1, que propôs, em 23 de agosto de 2011, a investigação da Síria por crimes contra a humanidade, a parceria sino-russa foi bastante clara na oposição ao documento. As primeiras resoluções do CSNU sobre a situação em outubro de 2011 e fevereiro de 2012, propostas por EUA, Reino Unido e França como representantes do Ocidente, foram vetadas por ambos países, pois condenavam apenas o governo sírio sobre as violações de direitos humanos conforme veremos na próxima parte de nossa pesquisa.

Paralelamente, a administração de Barack Obama nos EUA prometia uma metamorfose na orientação de política externa dos EUA. Falava-se em uma reorientação internacional na qual os EUA assumiam uma identidade majoritariamente multilateral e de boas relações com todos os Estados. Como exemplo disso, Obama buscou um novo início das relações com a Rússia, buscou a aproximação com os governos do Irã e de Cuba, e, mais interessante para nossa investigação, um afastamento gradual da abordagem da administração Bush sobre a Síria ao nomear novamente um embaixador estadunidense para assumir neste Estado (PHILLIPS, 2016). Essa reaproximação, segundo Phillips (2016), tinha objetivos mais amplos:

“[...] ajudar a estabilizar o Iraque, para possibilitar a retirada dos EUA em 2012 e garantir que Damasco não reativasse o fluxo de combatentes jihadistas em direção ao Leste; e para aumentar a pressão sobre o Irã pela busca de um objetivo antigo saudita de trazer a Síria para a órbita pró-ocidental”⁵⁰ (p. 27, *tradução própria*)

No entanto, a reaproximação foi orquestrada por representantes da antiga política externa dos EUA e influenciada por representantes pró-

⁵⁰ Do original: “[...] *to help stabilise Iraq in order to enable US withdrawal by 2012 and ensure that Damascus didn't reactivate its flow of Jihadi fighters eastward; and to increase pressure on Iran by pursuing a long-hoped-for Saudi Arabian goal of 'flipping' Syria into the pro-western orbit.*”

Israel no Congresso, o que gerou forças de oposição a esse processo de retomada das relações com a Síria (PHILLIPS, 2016). Ainda, como os EUA ficaram por muito tempo sem se relacionar com a Síria, os parceiros internacionais França e Reino Unido, que já haviam retomado as relações com este país islâmico, auxiliaram no processo estadunidense da retomada das relações (PHILLIPS, 2016).

Assim, inicialmente, o Ocidente não pedia a remoção de Assad, mesmo com o aumento da violência. No fim de março, Hilary Clinton, então Secretária de Estado dos EUA, posicionou os Estados Unidos de maneira ambígua sobre a crise. O pronunciamento dizia que o Congresso estava dividido, mas que muitos dos membros viam Assad como o reformista que ele prometia ser. Essa posição foi reiterada por Obama em abril, quando pediu pelo fim da violência, mas ainda reconhecia Assad como o legítimo líder do país (PHILLIPS, 2016).

Porém, o aumento da violência reorganizou a política internacional no Oriente Médio no que concernia à Síria. O Irã continuou em sua posição favorável, o Catar mostrou-se contrário, a Turquia surpreendentemente passou a apoiar a retirada de Assad no poder, e, por fim, mas não menos importante, a Arábia Saudita, maior aliado petrolífero dos EUA, posicionou-se claramente sobre a situação. Segundo Phillips (2016), com a escalada da violência na Síria e o descontrole que ocorria na situação, o governo saudita decidiu focar em seu objetivo de não permitir que a influência regional do Irã avançasse mais. Isso significava que Assad não deveria permanecer como líder na Síria.

Em 18 de agosto de 2011, os países do Ocidente, explicitamente, EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Canadá (todos membros da OTAN), pronunciaram-se de maneira diferente daquela que vinham se pronunciando⁵¹. A nova mensagem passada por eles dizia que Assad deveria abdicar (MYERS, 2011). Ainda, os EUA e a União Europeia criaram listas de embargos econômicos para pessoas e instituições envolvidas com a crise (UNITED KINGDOM GOVERNMENT, 2012; UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2011). Como consequência, os países do Oriente Médio entenderam que a mudança de regime tinha passado a ser a posição oficial do Ocidente para a questão, assim como tinham se posicionado para a situação da Líbia.

⁵¹ A literatura não se estende ou se aprofunda nas razões dessa mudança. Porém ela está relacionada à reorganização dos países no Oriente Médio e a imagem que os EUA deveriam sustentar a partir desse rearranjo das forças, segundo Phillips (2016).

Além disso, a oposição se enrijeceu frente à possibilidade de uma nova intervenção unilateral do Ocidente.

O posicionamento do Ocidente funcionou como combustível para a guerra civil. Mais tarde, os EUA consolidaram seu posicionamento no sentido de que a única saída para o conflito sírio era a transição política. Os pronunciamentos de Hilary Clinton alegando a fraqueza do Estado Sírio e a necessidade de Assad realizar a transição política ou retirar-se da presidência deixavam claro que os EUA agora argumentariam a favor da mudança de regime. Internamente na Síria, isso funcionou como combustível para as manifestações (PHILLIPS, 2016).

Ainda, é importante ressaltar que os embaixadores dos EUA, do Reino Unido e da França na Síria coordenavam suas atividades. Foram promovidos alguns encontros e trocadas muitas notas entre as administrações desses Estados. Além disso, esses representantes encontraram-se algumas vezes com membros da oposição, o que representava uma demonstração de apoio aos participantes da crise, chamada por eles de “revolução”. Nesses momentos ficava explícito o tom uníssono do Ocidente para a questão: Assad deve sair (PHILLIPS, 2016). A coordenação de atividades e a importância que essa pauta ganhou na política externa desses Estados nos sugere que a importância dessa temática para esses representantes é alta. Principalmente quando olhamos para os EUA, já que atuou como líder desse movimento coordenado da *troika* ocidental do CSNU.

Após os claros pronunciamentos da posição de Obama, a importância da situação da Síria ganhou novo patamar. Como vimos, os EUA tiveram um papel proeminente no Oriente Médio. Esse papel, consolidado majoritariamente na Guerra do Iraque, foi responsável por construir uma imagem de poder e larga influência ali. Segundo Phillips (2016), com a falha Guerra do Iraque e a consequente queda de legitimidade internacional dos EUA, a imagem de poder construída na região perdeu força. Ainda segundo Phillips (2016), essa imagem poderia ter sido recuperada com a questão da Líbia. Porém, quando a posição estadunidense foi questionada pelos países do “Eixo de Resistência” e não fez com que Assad deixasse o governo, ficou claro que essa imagem estava enfraquecida. Como afirma o autor, “Obama tinha poucas intenções de dar prosseguimento a uma ação militar, mas admitir isso

representaria uma inaceitável perda de prestígio regional”⁵² (PHILLIPS, 2016, p. 82, *tradução própria*).

Ao fim de 2011, o xadrez estratégico sobre a Síria estava armado. Os países que já estavam envolvidos com a situação alinharam-se de maneira polarizada ou em favor ou contra a continuidade de Bashar Al-Assad. E, assim, aquilo que era somente uma resolução de crise tornou-se uma disputa pela manutenção de prestígio na região.

3.3 O comportamento da parceria na questão da Síria em órgãos da ONU

Essa seção está dedicada à investigação dos votos da parceria na questão da Síria em três órgãos da ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Primeiramente, fazemos uma descrição dos órgãos nos quais faremos nossa análise, a fim de esclarecer qual a função deles e para esclarecermos os espaços nos quais a análise foi feita.

Nosso segundo passo será uma investigação sobre a distribuição dos votos das partes da parceria sino-russa e dos EUA nos três ambientes que nos propusemos a analisar. Fizemos isso para identificar as tendências nos votos e também para identificar a existência de uma coesão entre eles. Em seguida, o terceiro momento de nossa análise compõe uma análise qualitativa do comportamento sino-russo nesses órgãos para a questão Síria. Nesse sentido, identificamos as principais temáticas nas quais ocorreram divergências entre os países da parceria sino-russa e os EUA. Além disso, também investigamos as situações nas quais não existe convergência entre a parceria nesses momentos.

Por fim, fazemos um apinhado de nossos resultados e retomamos quais as temáticas nas quais ocorreram divergência. Isso foi feito para esclarecer como o comportamento da China e da Rússia se assemelha ou se diferencia de um comportamento de resistência.

3.3.1 Órgãos multilaterais

As organizações multilaterais são espaços importantes para as relações internacionais. Isso, pois nelas são construídas as principais

⁵² Do original: “Obama had little intention of following up with military action, but to admit that would represent an unacceptable loss of regional prestige”.

normas que organizam o meio internacional e a conduta dos Estados que fazem parte dessa sociedade. Esses espaços ocorrem as discussões dos principais temas de Relações Internacionais com a participação dos representantes oficiais dos Estados, a fim de, primeiramente, alcançar decisões comunitárias e legítimas de como abordar todas essas temáticas interna, regional ou internacionalmente. Assim, primeiramente, passemos à descrição das três arenas de análise escolhidas para a caracterização do comportamento sino-russo.

3.3.1.1 O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é um órgão executivo da ONU que tem como prerrogativa o tratamento de temáticas que tenham relação com a segurança internacional e a garantia da paz. Esse, ainda, é um órgão da ONU que possui mais capacidade de atuação no meio internacional. Isso, pois é o único órgão que toma decisões de caráter vinculante para os membros das Nações Unidas. Isto é, os membros das Nações Unidas devem obedecer às decisões tomadas pelo CSNU sob pena de uma atuação mais incisiva a fim de garantir a paz e a segurança internacionais, assim como prevê a Carta da ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, pp. 26-27).

Esse órgão está desenhado por duas estruturas principais que conformam seus membros. A primeira que podemos ressaltar são os membros permanentes. Como determinado no pós-Segunda Guerra Mundial na criação da ONU, esses membros fazem parte de todas as discussões do órgão, a não ser que sejam os perpetradores da ameaça contra a paz e a segurança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Além disso, os membros permanentes têm a possibilidade de exercer o veto sobre as decisões do conselho. Ou seja, quando julgarem necessário, podem invalidar o documento que estiver em discussão e que irá servir como as diretrizes do órgão para determinada questão. Esse chamado “poder de veto” é utilizado pelas cinco grandes potências permanentes (Reino Unido, França, Estados Unidos, Rússia e China) estrategicamente para favorecer seus interesses e de seus parceiros internacionalmente.

Em segundo lugar, existem os membros não-permanentes. Esses membros são escolhidos pelos membros da ONU nas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas para exercer um mandato de dois anos e podem se candidatar novamente após o período de exercício nessa categoria. Além disso, esses membros não têm a prerrogativa do exercício do veto (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Seus votos são comuns, assim que, um voto contrário de um destes nos rascunhos de

resolução discutidos no conselho, não implica na desconsideração dele como um possível documento final do órgão para a questão em pauta. Ainda, é importante ressaltar que esses membros são escolhidos em parte respeitando uma tendência de representação continental, a fim de que existam representantes de todas as regiões do globo e, assim, as decisões tenham mais legitimidade internacional.

Esse órgão tem um sistema particular de funcionamento. As aprovações de documentos são feitas por maioria qualificada, quando não ocorre o exercício do veto. Assim, dos quinze membros do conselho (cinco permanentes e dez não-permanentes), são necessários ao menos nove votos positivos para que as resoluções sejam aceitas como documentos finais. E, para isso, os Estados discutem as questões com o objetivo de alcançar o consenso sobre elas. Como já foi mencionado, as diretrizes desenhadas no conselho são mandatórias para os membros das Nações Unidas e, caso elas não sejam atendidas, a Carta da ONU prevê alguns mecanismos que funcionam como ferramentas para garantir o cumprimento das ordens dispostas pelo órgão. Ainda, vale ressaltar que esses mecanismos não são acionados somente em caso de desrespeito das disposições do conselho, mas também como “armas” que o órgão possui para garantir que suas decisões serão seguidas e que, idealmente, funcionarão para a garantia da paz e da segurança internacionais.

Entre os mecanismos que o CSNU utiliza existem ferramentas econômicas, políticas e militares, que estão previstas nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). As ferramentas políticas, como a negociação e a diplomacia, são os primeiros recursos utilizados pelo CSNU, a fim de garantir a retomada da estabilidade em determinada questão. No entanto, quando ele não é suficiente, o CSNU lança mão de ferramentas de tom mais assertivo, a fim de garantir que suas disposições sejam postas em prática. Essas são as chamadas sanções que o CSNU impõe sobre os atores que aparecem como destabilizadores da estabilidade do sistema.

Vale ressaltar que, entre as sanções que o CSNU pode aplicar sobre os membros da ONU, são opções:

“interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 26).

Além destas, e apesar do conselho ter a intenção primária da resolução das crises por meios políticos, o órgão não deixa de poder atuar por meio do uso da força para garantir a segurança internacional por meio das chamadas “operações de paz”.

3.3.1.2 O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU)

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), assim como o CSNU, também é um órgão da ONU. No entanto, diferente do conselho que discute sobre um tema abrangente, o CDH é um membro do sistema das Nações Unidas que é “responsável por fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo todo e por abordar situações de violações de direitos humanos e redigir recomendações sobre elas”⁵³ (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017a, *tradução própria*). Ainda, como se pode notar, diferentemente do CSNU, as decisões do CDHNU não possuem caráter obrigatório para os membros da ONU. Esse órgão pode somente fazer recomendações sobre as questões das quais trata e mencionar os ocorridos nos seus relatórios anuais.

Os membros deste órgão também são eleitos, assim como uma parte do CSNU. Os quarenta e sete membros do CDHNU são eleitos por maioria nas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017b). Ainda, os assentos neste conselho são distribuídos conforme a localização geográfica dos Estados. Segundo o website do órgão a distribuição se dá como se segue: 13 assentos para Estados africanos; 13 para a região Ásia-Pacífico; 8 para a América Latina e o Caribe; 7 para a Europa Ocidental e outros Estados; e 6 assentos para a Europa Oriental (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017b).

O CDHNU funciona por meio da participação das pessoas que estão passando por tensões de direitos humanos. O conselho possui um mecanismo de recebimento das queixas, cuja função é condensar e analisar as situações até o momento de levá-las para a discussão em assembleia (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017a). Além disso, apesar

⁵³ Do original: “*responsible for strengthening the promotion and protection of human rights around the globe and for addressing situations of human rights violations and make recommendations on them*”.

de não possuir caráter obrigatório em suas decisões, o CDHNU é o principal órgão internacional sobre a temática de direitos humanos, o que garante a ele que suas recomendações sejam consideradas importantes e tenham um impacto social e político sobre as sociedades.

3.3.1.3 A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)

A Assembleia Geral, assim como os outros dois que expusemos, é um órgão da ONU. Ela funciona como um fórum multilateral em questões internacionais que estejam sob o guarda-chuva da ONU. Ainda, este é o órgão mais representativo da ONU, onde estão presentes os representantes políticos do mundo todo. Este órgão conta com a participação de todos os 193 países membros das Nações Unidas, que se reúnem em assembleia e debatem as temáticas em pauta. As representações neste órgão são igualitárias assim como no CDHNU. Todos os Estados têm o mesmo peso em seus votos dados às resoluções, que, para serem aceitas como documento final das reuniões, precisam de uma maioria de dois terços favorável para a aprovação (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2018).

A AGNU é dividida em seis comitês diferentes que tratam de temáticas específicas. A separação de temas nesses órgãos subsidiários segue a seguinte ordem: i) Desarmamento e segurança internacional, ii) econômico e financeiro, iii) social, humanitário e cultural, iv) políticas especiais e descolonização, v) administrativo e orçamentário, e vi) legal. Os resultados finais dessas reuniões são resoluções. Esses documentos finais trazem recomendações sobre os assuntos internacionais, cujas características estejam sob competência da ONU (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2018).

Apesar de ser um comitê sem poder vinculante, como o CSNU, as recomendações da AGNU são muito importantes. Isso, pois as decisões desse órgão da ONU representam a maioria dos países do sistema internacional e, logo, a AGNU seria a representação mais clara da vontade internacional para as questões que trata. Ainda, no sentido de conferir mais legitimidade para suas decisões e, assim, dar mais força para elas, um esforço tem sido feito para que as resoluções sejam aprovadas por consenso. Isso não invalida a possibilidade de uma votação formal, mas o consenso para as resoluções é fortemente encorajado pelo secretariado (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2018).

3.3.2 Votos da parceria sino-russa

Para podermos testar nossa hipótese, precisamos identificar como ocorre o comportamento da parceria em questões caras aos EUA. A fim

de compreender esse comportamento da parceria sino-russa frente a essas questões, faremos agora uma análise sobre os votos destes Estados em uma destas situações. Nossa análise foi conduzida em três ambientes diferentes entre si: o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Duas vertentes de análise foram utilizadas, sem hierarquia de importância, para a compreensão dos resultados: a primeira delas é a vertente quantitativa, cujos resultados nos permitiram observar as porcentagens de convergência e coesão entre os votos; a segunda é a vertente qualitativa, que nos permitiu compreender os momentos em que ocorreram divergências entre os votos.

No primeiro tipo de análise, utilizamos o *Index of Voting Cohesion*⁵⁴ (IVC), que calcula o grau de similaridade entre os votos de dois Estados, como exposto por Hurwitz (1975, pp. 228-9). Para chegar ao resultado desse índice deve-se aplicar a seguinte fórmula:

$$IVC = \frac{(f + 0,5g) \times 100}{t}$$

Onde f representa o número de vezes que o par de Estados em análise teve votos idênticos (considerando-se “a favor”, “contra”, ou “abstenção”); g representa o número de vezes em que existe similaridade parcial entre eles, isto é, quando um deles vota “a favor” ou “contra” e o outro abstém; e t representa o número máximo de votos que estão sendo considerados e que os dois Estados em questão estão participando do processo de votação. Como resultado dessa equação, temos uma porcentagem que representa o grau de similaridade dos votos que procuramos. Serão calculados os votos dos três pares de Estados (RPC-RUS, RPC-EUA, RUS-EUA), para que possamos compreender se existe uma oposição aos EUA como um todo ou se a oposição acontece com casos específicos.

O fator qualitativo da análise está presente nas justificativas feitas para os votos e nas discussões sobre a temática da situação da Síria nos órgãos escolhidos. Por meio dos registros das reuniões podemos ter acesso aos discursos dos representantes dos Estados na ONU. Nesses documentos, podemos encontrar as justificativas dos votos ou a posição dos Estados diante dos rascunhos de resolução propostos nas reuniões. A partir da leitura desses documentos, analisaremos quais são os argumentos presentes nas justificativas. Assim, teremos outra perspectiva

⁵⁴ Índice de Coesão de Voto, em português.

sobre o comportamento sino-russo nesses órgãos multilaterais em uma questão de importância para os EUA.

Para tanto, foram utilizados documentos oficiais das Nações Unidas. Em cada um dos órgãos internacionais analisados acessamos os documentos finais de sessões que tinham como pauta a situação da Síria. Esses documentos foram selecionados desde 2011, quando do início da crise, até 2016, que é o fim do escopo temporal desta pesquisa. Todas as resoluções utilizadas nessa pesquisa foram coletadas de bases de documentos das Nações Unidas: Resoluções e registros do CSNU, da biblioteca digital da ONU (UNITED NATIONS, 2017a); Resoluções e registros da AGNU, também da biblioteca digital da ONU (UNITED NATIONS, 2017b); e Relatórios Anuais do CDHNU da base de documentos própria do órgão (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017c). Como resultado disso, montamos um banco de dados⁵⁵ com informações de votos do Estado chinês e do Estado russo na ONU, que futuramente será mantido online para pesquisas ulteriores.

3.3.2.1 Os votos nos órgãos da ONU

O primeiro passo importante para nossa análise é identificar os parâmetros de votos desses Estados na questão síria nos órgãos multilaterais. No total, foram analisados 67 documentos, se somados os três órgãos: 18 resoluções do CDHNU, 15 resoluções da AGNU e 34 resoluções do CSNU. Poucas resoluções foram passadas por unanimidade fora do CSNU. Quando a questão é considerada dentro desse órgão, essa realidade é inversa e a maioria das resoluções são passadas por unanimidade no que tange à discussão sobre a situação da Síria. Dos 67 votos feitos pelos Estados que estamos considerando em nossa investigação, tivemos uma distribuição conforme a Tabela 2 a seguir:

⁵⁵ O banco de dados resultante das pesquisas pode ser acessado no link a seguir. Vale ressaltar que para o acesso é necessário ter um aplicativo leitor de arquivos “.mdb”, como o Microsoft Access. Link: <https://drive.google.com/drive/folders/181t2nCgi2nS8K9JJ9b4K2LDH7pLXV3Kj?usp=sharing>

Tabela 2 - Distribuição de votos de China, Rússia e EUA no CDHNU, no CSNU e na AGNU em questões sobre Síria, 2011-2016 (%)

	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
China	48	49	3
Rússia	48	50	2
Estados Unidos	100	0	0

FONTE: Elaboração própria a partir de documentos de UNITED NATIONS, 2017a, 2017b; THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017c.

Como pode ser visto na Tabela 2, existe uma distribuição equalizada entre os votos da parceria sino-russa no que tange votos a favor e contra as resoluções. Existe uma leve tendência de concentração sobre os votos contrários sobre a parceria. Mais interessante, os EUA não tiveram outro voto que não a favor de todas as resoluções entre 2011 e 2016 sobre essa questão. Isso já nos sugere uma diferença de atuação na ONU na situação da Síria entre a as partes da parceria sino-russa e os EUA.

Os dados desagregados dos votos desses três Estados nos órgãos em questão estão distribuídos conforme as tabelas abaixo. Essas tabelas contêm informações sobre a resolução em questão na reunião e como os votos de China, Rússia e EUA foram posicionados pelos seus representantes.

A Tabela 3 trata dos votos da parceria e dos EUA no CDHNU. Nesse âmbito, que trata da questão sob a perspectiva das violações de direitos humanos que ocorreram na questão síria, podemos observar um antagonismo explícito entre a parceria e os EUA. Enquanto a representação estadunidense votou favoravelmente em todas as resoluções das quais participou, as delegações chinesa e russa posicionaram-se contrárias a todas. O que nos sugere que um antagonismo claro entre a parceria e os EUA quanto às violações de direitos humanos no caso da Síria.

Tabela 3 - Votos da China e da Rússia no CDHNU em resoluções sobre a Síria (2011-2016)

Resolução	Voto da China	Voto da Rússia	Voto dos EUA
A/HRC/S-16/1	Contra	Contra	A favor
A/HRC/S-17/1	Contra	Contra	A favor
A/HRC/S-18/1	Contra	Contra	A favor
A/HRC/19/1	Contra	Contra	A favor
A/HRC/19/22	Contra	Contra	A favor
A/HRC/20/22	Contra	Contra	A favor
A/HRC/S-19/1	Contra	Contra	A favor
A/HRC/21/26	Contra	Contra	A favor
A/HRC/22/24	Não Participou	Não participou	A favor
A/HRC/23/1	Não Participou	Não participou	A favor
A/HRC/23/26	Não Participou	Não participou	A favor
A/HRC/24/22	Não Participou	Não participou	A favor
A/HRC/25/23	Contra	Contra	A favor
A/HRC/26/23	Contra	Contra	A favor
A/HRC/27/16	Contra	Contra	A favor
A/HRC/28/20	Contra	Contra	A favor
A/HRC/29/16	Contra	Contra	A favor
A/HRC/30/10	Contra	Contra	A favor
A/HRC/31/17	Contra	Contra	Não participou
A/HRC/32/25	Contra	Contra	Não participou
A/HRC/33/23	Contra	Contra	Não participou
A/HRC/S-25/1	Contra	Contra	Não participou

FONTES: Elaboração própria a partir de relatórios anuais do THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017.

Na Tabela 4, temos os dados colhidos sobre os votos no CSNU. Como podemos observar, nas questões de segurança internacional, o cenário dos votos muda. O antagonismo observado no CDHNU dá lugar a uma tendência maior de votos a favor, que deve ser ressaltada, mesmo que o voto contra no CSNU tenha um peso político maior por tirar a resolução de discussão. Os votos contra, nesse ambiente, acontecem em momentos específicos, que serão tratados em breve nas avaliações qualitativas. A delegação estadunidense manteve sua posição favorável e vota dessa forma em todas as 34 resoluções. Antagonicamente, o comportamento da parceria sino-russa é diametralmente oposto e as delegações desses Estados votam majoritariamente a favor (82% das declarações). Para os votos que não são favoráveis, a parceria tem uma pequena diferença: Rússia vetou 6 resoluções, enquanto a China vetou 5

e se absteve de uma. É interessante notar que os votos não favoráveis acontecem nas mesmas resoluções, mesmo sendo necessário somente um voto contra de um membro permanente para invalidar o rascunho de resolução em discussão.

Tabela 4 - Votos de China e Rússia no CSNU sobre a Síria (2011-2016)

Resolução	Voto da China	Voto da Rússia	Voto dos EUA
S/2011/612	Veto	Veto	A favor
S/2012/77	Veto	Veto	A favor
S/RES/2042	A favor	A favor	A favor
S/RES/2043	A favor	A favor	A favor
S/RES/2052	A favor	A favor	A favor
S/2012/538	Veto	Veto	A favor
S/RES/2059	A favor	A favor	A favor
S/RES/2084	A favor	A favor	A favor
S/RES/2108	A favor	A favor	A favor
S/RES/2118	A favor	A favor	A favor
S/RES/2131	A favor	A favor	A favor
S/RES/2139	A favor	A favor	A favor
S/2014/348	Veto	Veto	A favor
S/RES/2163	A favor	A favor	A favor
S/RES/2165	A favor	A favor	A favor
S/RES/2191	A favor	A favor	A favor
S/RES/2192	A favor	A favor	A favor
S/RES/2209	A favor	A favor	A favor
S/RES/2229	A favor	A favor	A favor
S/RES/2235	A favor	A favor	A favor
S/RES/2254	A favor	A favor	A favor
S/RES/2257	A favor	A favor	A favor
S/RES/2258	A favor	A favor	A favor
S/RES/2268	A favor	A favor	A favor
S/RES/2294	A favor	A favor	A favor
S/2016/846	Abstenção	Veto	A favor
S/2016/847	A favor	A favor	A favor
S/RES/2314	A favor	A favor	A favor
S/RES/2319	A favor	A favor	A favor
S/2016/1026	Veto	Veto	A favor
S/RES/2328	A favor	A favor	A favor
S/RES/2330	A favor	A favor	A favor
S/RES/2332	A favor	A favor	A favor
S/RES/2336	A favor	A favor	A favor

FONTE: Elaboração própria a partir de documentos de UNITED NATIONS, 2017.

Já a Tabela 5 nos mostra os votos na AGNU. Assim como Marin-Bosch (1998) argumenta:

“Um país pode acompanhar a maioria sem muito entusiasmo, quase por inércia, e assim evitar distinguir-se do resto. Ele pode também buscar o conforto que vem com o limbo de uma abstenção. Mas o voto ‘não’ é frequentemente uma necessidade imperativa, um ato de convicção... ou o resultado de pressão bilateral de nações maiores. Ir contra a maioria requer uma decisão que pode ter consequências desconfortáveis para o país em questão, especialmente se ele é relativamente pequeno” (p. 97-98, *tradução própria*):

Tabela 5 - Votos da parceria sino-russa na AGNU sobre a situação da Síria, 2011-2016

Resolução	Voto da China	Voto da Rússia	Voto dos EUA
A/RES/66/176	Abstenção	Abstenção	A favor
A/RES/66/253 A	Contra	Contra	A favor
A/RES/66/253 B	Contra	Contra	A favor
A/RES/67/183	Contra	Contra	A favor
A/RES/67/262	Contra	Contra	A favor
A/RES/67/282	A favor	A favor	A favor
A/RES/68/182	Contra	Contra	A favor
A/RES/68/295	A favor	A favor	A favor
A/RES/69/189	Contra	Contra	A favor
A/RES/69/304	A favor	A favor	A favor
A/RES/70/234	Contra	Contra	A favor
A/RES/70/282	A favor	A favor	A favor
A/RES/71/130	Contra	Contra	A favor
A/RES/71/203	Contra	Contra	A favor
A/RES/71/248	Contra	Contra	A favor

FONTE: Elaboração própria a partir de documentos das UNITED NATIONS, 2017.

Essa informação torna as informações de votos na AGNU sobre Síria ainda mais interessantes, quando olhamos para a parceria. Isso, pois os votos favoráveis das delegações chinesa e russa são minoria e, na realidade, acontecem em assuntos específicos de financiamento da missão de observação da situação, que são levados quase com caráter

procedimental cotidiano. As abstenções acontecem na primeira abordagem que o órgão tem sobre a questão, quando ela ainda tem um caráter curioso e inicial. Partindo do argumento de Marin-Bosch ressaltado anteriormente, isso nos sugere que os posicionamentos da China e da Rússia sobre essa questão são atos convictos das partes por seu peso político, uma vez que em todos os casos uma esmagadora maioria votou favoravelmente em todas as resoluções. As porcentagens de votos da parceria nesse órgão seriam de 67% contra, 26% a favor e 7% de abstenção.

Após termos considerado os votos desses Estados separadamente em cada órgão. Exploraremos as informações que o IVC nos proporciona, pois com elas conseguimos entender matematicamente quão coesos são os votos dos Estados nas diferentes instâncias. E, assim, conseguimos suportar matematicamente nossa hipótese sobre o comportamento sino-russo em questões relevantes para os EUA. Essas informações estão constadas na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - IVC para China, Rússia e EUA em CDHNU, AGNU e CSNU na questão da Síria, 2011-2016 (% , em pares).

	CDHNU	AGNU	CSNU	Total
China-Rússia	100	100	98,5	99
China-EUA	0	30	83,8	49,2
Rússia-EUA	0	30	82,3	48,5

FONTE: Elaboração própria a partir de documentos de UNITED NATIONS, 2017a, 2017b; THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2017c.

O IVC nos mostra o grau de coesão entre os comportamentos dos pares de Estado. Pelas informações reveladas por esse índice na Tabela 5, vemos um grau de coesão bastante alto entre China e Rússia nas questões da Síria nos três órgãos com um total de 99% de coesão dos votos, o que não chega a 50% quando esses Estados são relacionados com os EUA. O CSNU é a única instância na qual existe uma maior aproximação entres os três Estados, muito em função da tendência que a ONU tem seguido sobre o consenso na aprovação das resoluções para conferir maior legitimidade para elas. Isso aparece nas justificativas de voto como um lamento pelo conselho não ter alcançado consenso nas resoluções vetadas. Esses graus observados em nossa investigação em três ambientes diferentes já nos sugerem que o comportamento sino-russo é coordenado nessas instâncias multilaterais. Além disso, como o IVC da parceria na

AGNU e no CDHNU é de 100% e zero com os EUA, se desconsideradas as discussões do financiamento para a missão de supervisão da situação da Síria, os dados nos sugerem uma oposição generalizada às resoluções que são em geral propostas pelas grandes potências do Ocidente nesses dois ambientes.

Em síntese, nessa primeira abordagem do comportamento sino-russo nos órgãos multilaterais da ONU sobre a questão da Síria, temos resultados que nos sugerem evidências importantes para nossa investigação. Primeiramente, podemos afirmar que a parceria sino-russa coordena seus votos na ONU. Isso não era novidade para a temática, como já foi ressaltado em outros estudos feitos por Peter Ferdinand (2011; 2014), nos quais ele aponta que existe uma convergência clara entre os votos da parceria no CSNU e na AGNU entre 1974 e 2011. Nossa pesquisa aporta novas evidências em nossa segunda consideração: a parceria coordena seus votos em um assunto importante da pauta estratégica de política externa dos EUA.

Durante nossa primeira abordagem pudemos concluir que no caso da situação da Síria até 2016 existiu uma coordenação de votos da parceria na ONU. Essa coordenação foi feita no sentido de oposição às resoluções propostas por grandes potências do Ocidente que eram apoiadoras de uma mudança de regime na Síria, posição primeiramente proposta pelos EUA. Isso nos permite uma consideração sobre o IVC, uma vez que com ele pudemos acessar uma evidência importante para a investigação de coordenação de ações internacionais em mecanismos internacionais e para a análise sobre práticas de resistência na política internacional.

Por fim, nossa primeira abordagem nos permitiu compreender o comportamento sino-russo em uma questão importante para os EUA. Nossa investigação apontou para a confirmação do comportamento de prática de resistência da parceria na questão estudada. Isso, pois, como vimos, verificou-se a oposição da parceria às proposições ocidentais sobre a temática síria. No entanto, somente os registros dos votos não são suficientes para sustentarmos essa afirmação com solidez. De modo que passaremos à próxima etapa de análise de nosso estudo, na qual serão consideradas as discussões das resoluções e as justificativas da parceria sobre os votos nesses espaços.

3.3.2.2 Temáticas de divergência de votos entre a parceria e os EUA

Na seção anterior analisamos quantitativamente o comportamento de voto da parceria sino-russa em três instâncias multilaterais. No entanto, concluímos que o argumento que defendemos anteriormente precisava de

uma perspectiva qualitativa para as considerações sobre o comportamento sino-russo em órgãos multilaterais em um caso importante para os EUA. Dessa maneira, essa subseção propõe-se a investigar as temáticas mais presentes nas resoluções com votos divergentes entre a parceria e os EUA nos três órgãos que estamos realizando nossos estudos. Isso, pois, assim, podemos ter uma noção das temáticas nas quais a parceria tem um comportamento oposto ao Ocidente, uma vez que todas as resoluções que consideramos foram propostas ocidentais, principalmente dos EUA, mas também do Reino Unido e da França.

Assim, para essa seção realizamos uma análise documental qualitativa. As resoluções apresentadas anteriormente foram relidas com um olhar focado nas temáticas das quais tratavam. Identificamos as temáticas principalmente das resoluções que receberam votos “contra” da China e da Rússia. Porém, como já visto anteriormente, tivemos a ocorrência de uma divergência de votos entre esses dois Estados, quando a China se absteve enquanto a Rússia utilizou o poder de veto. Ambas as situações são tratadas nesta etapa da pesquisa que também é o momento em que os resultados da seleção das temáticas são expostos.

Tivemos alguns impasses em nossa investigação. Para identificar as temáticas, utilizamos as próprias resoluções observando os assuntos tratados, mas também utilizamos os registros das reuniões desses órgãos, onde estão os discursos de cada Estado discutindo as resoluções em pauta. No entanto, esses registros estavam disponíveis somente para a AGNU e para o CSNU. O CDHNU não tem esses registros disponibilizados. Esse percalço foi resolvido com um olhar direcionado para o relatório anual do CDHNU cruzando com as defesas feitas pela parceria nos outros âmbitos.

Esses procedimentos levantaram as temáticas nas quais mais ocorreu a coordenação entre as partes da parceria sino-russa. As temáticas que foram comuns nas resoluções que investigamos foram: a responsabilização da Síria sobre os acontecimentos da crise, assuntos que atentavam à soberania do Estado sírio, e a pressão por uma transição política na Síria.

A principal justificativa, ou queixa, da parceria sobre as resoluções era que os documentos responsabilizavam, ou pediam a responsabilização, somente das autoridades sírias. Como já exposto, a situação da Síria é complexa e envolve diversos grupos com interesses diferentes. Esses grupos estão em conflito com as forças do regime de Assad. Os órgãos pedem pela solução da crise considerando somente o lado do regime como atuante na questão. O rascunho de resolução S/2012/77 (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012a) vetado tanto pela China e pela Rússia condena “as contínuas dispersas e amplas

violações de direitos humanos e liberdades fundamentais pelas autoridades sírias...”⁵⁶ (p. 2, *tradução própria*). A resolução 69/189 também traz afirmações no mesmo sentido e corroboram com o levantamento dessa temática, já que em seu segundo artigo

“*Deplora e condena em termos mais fortes a contínua violência armada das autoridades sírias contra o povo sírio desde o começo dos protestos pacíficos em 2011, e demanda que as autoridades sírias ponham um fim imediatamente em todos os ataques indiscriminados em áreas civis e espaços públicos, incluindo aqueles que envolvam uso de táticas de terror, ataques aéreos, barris de pólvora e bombas a vácuo, armamento químico e artilharia pesada*”⁵⁷ (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015, p. 4, *tradução própria*).

A responsabilização somente da Síria para a questão foi vista pelas representações da China e da Rússia como uma tentativa de solução parcial da questão e criticado em todas os documentos em que apareceram, como se segue:

“O rascunho de resolução votado hoje buscou enviar uma mensagem ‘desequilibrada’ para a Síria, e ela não refletiu precisamente a situação de lá. Nenhuma proposta foi feita para o fim dos ataques dos grupos armados, ou da associação deles com extremistas”⁵⁸ (UNITED NATIONS, 2012, *tradução própria*).

Ainda existe outra temática que aparece comumente nos discursos da China e da Rússia nesses organismos. As resoluções que são respaldadas nos pressupostos do capítulo VII da Carta da ONU em geral

⁵⁶ Do original: “...*the continued widespread and gross violations of human rights and fundamental freedoms by the Syrian authorities...*”

⁵⁷ Do original: *Deplores and condemns in the strongest terms the continued armed violence by the Syrian authorities against the Syrian people since the beginning of the peaceful protests in 2011, and demands that the Syrian authorities immediately put an end to all indiscriminate attacks on civilian areas and public spaces, including those involving the use of terror tactics, airstrikes, barrel and vacuum bombs, chemical weapons and heavy artillery*

⁵⁸ Do original: “*The draft resolution voted down today sought to send an “unbalanced” message to Syria, and it did not accurately reflect the situation there. No proposal had been made to end attacks by armed groups, or their association with extremists*”

recebem votos negativos chineses e russos. Isso, pois esse capítulo é o que dá respaldo para que intervenções aconteçam nos Estados, além também de ser o capítulo no qual se sustenta a imposição de sanções (Artigo 41) pelo não cumprimento das diretrizes da ONU sobre determinadas questões. A primeira resolução proposta no CSNU para a situação na Síria já ficava respaldada por esse capítulo, especialmente sobre o Artigo 41: “*Expressa* sua intenção de inspecionar a implementação desta resolução por parte da Síria dentro de 30 dias e de considerar suas opções, incluindo medidas sob o Artigo 41 da Carta das Nações Unidas”⁵⁹ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2011b, p. 3, *tradução própria*).

A pressão sobre o governo sírio aumenta, após Assad não ter seguido as recomendações do CDHNU, da AGNU e do CSNU após 2011. A pressão com o mecanismo de sanções é vetada novamente pela parceria em 2012, quando, em 19 de julho, o Conselho, em um rascunho de resolução novamente ocidental,

“*decide* que, se as autoridades sírias não tiverem cumprido completamente o descrito no parágrafo 4 acima dentro de dez dias, então ele [o conselho] poderá impor imediatamente medidas sob o Artigo 41 da Carta da ONU”⁶⁰ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012b, p. 4, *tradução própria*).

O capítulo IV mencionado nessa citação demandava que as autoridades sírias não avançassem mais sobre centros urbanos e parassem de utilizar armamento pesado para o controle da crise contra a outra parte do conflito. Ainda, esse rascunho de resolução mencionava em seu preâmbulo que estaria agindo sob o capítulo VII da Carta da ONU para executar as diretrizes que propunha para a solução da crise (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012b).

Nos momentos em que existiu a ameaça da imposição de sanções ou de utilização do capítulo VII, tanto a China quanto a Rússia utilizaram-se do poder de veto. Sobre essas resoluções os comentários das

⁵⁹ Do original: “*Expresses* its intention to review Syria’s implementation of this resolution within 30 days and to consider its options, including measures under Article 41 of the Charter of the United Nations”.

⁶⁰ Do original: “*Decides* that, if the Syrian authorities have not fully complied with paragraph 4 above within ten days, then it shall impose immediately measures under Article 41 of the UN Charter”.

delegações em questão tratavam de respeito da soberania do Estado sírio. A delegação russa foi bastante assertiva na argumentação nesse sentido:

“A delegação russa explicou clara e consistentemente que nós simplesmente não podemos aceitar um documento sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas que abriria caminho para a pressão das sanções e depois para envolvimento militar externo em assuntos domésticos da Síria.

Os membros ocidentais do Conselho de Segurança negaram essas intenções, mas, por algum motivo, se recusaram a excluir intervenções militares. Os cálculos deles para se utilizarem do Conselho de Segurança das Nações Unidas para aprofundar os planos deles de impor seus próprios modelos em Estados soberanos não prevalecerão”⁶¹ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012c, p.8, *tradução própria*).

Esse comportamento se manteve em outras resoluções que tinham as mesmas características e também foi realizado pela delegação chinesa. Ela mostra-se a favor da resolução política do conflito sírio e, para isso, a favor de um cessar-fogo para o congelamento da violência. Em seguida, afirma que, “no entanto, o rascunho de resolução S/2012/538, submetido pelo Reino Unido, pelos Estados Unidos e pela França, contradiz completamente esses objetivos”⁶² (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012c, p. 13, *tradução própria*). Como é de praxe, a delegação chinesa lembrou que a soberania e não-interferência são normas básicas do sistema internacional e pontuou uma crítica ao comportamento das grandes potências ocidentais: “alguns poucos países estiveram ansiosos para interferir em assuntos internos de outros, para alimentar as chamas e semear discórdia em completa desconsideração das

⁶¹ Do original: “*The Russian delegation had very clearly and consistently explained that we simply cannot accept a document, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, that would open the way for the pressure of sanctions and later for external military involvement in Syrian domestic affairs. The Western members of the Security Council denied such intentions, but for some reason refused to exclude military intervention. Their calculations to use the Security Council of the United Nations to further their plans of imposing their own designs on sovereign States will not prevail*”.

⁶² Do original: “*However, draft resolution S/2012/538 submitted by the United Kingdom, the United States and France completely contradicts such aims*”.

possíveis consequências”⁶³ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012c, p. 14, *tradução própria*).

A crítica ainda foi mais profunda e direcionada. Em seguida a essas afirmações, a delegação chinesa afirmou que

“desta vez eles repetiram o velho truque de colocar pré-condições como obstáculos à extensão do mandato da UNSMIS e as acompanharam com a invocação do Capítulo VII da Carta e a ameaça de sanções, numa tentativa de alterar ou, até mesmo, repudiar o consenso dificilmente alcançado pelo grupo de ação durante a reunião de Geneve. Eles só mostraram arrogância, não sinceridade, durante as consultas. Nós não podemos não questionar a disposição deles de ver o mandato da UNSMIS estendido e uma rápida solução para a crise síria por meio de um processo político liderado por sírios. Nós insistimos que esses países reflitam seriamente sobre as políticas e o comportamento deles e retornem imediatamente para o caminho correto”⁶⁴ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012c, p. 14, *tradução própria*).

Isso nos sugere uma convergência entre o posicionamento chinês e russo nas temáticas que considerem o Capítulo VII da Carta da ONU. Isto é, uma convergência de posições quando existem tentativas de imposição de sanções ou intervenção militar sobre a situação da Síria. Ainda, como visto nos comentários feitos pelos representantes das delegações chinesa e russa, essas temáticas são identificadas como uma

⁶³ Do original: “*a few countries have been eager to interfere in the internal affairs of other countries, to fuel the flames and to sow discord in complete disregard of the possible consequences*”.

⁶⁴ Do original: *This time they have repeated their old trick of setting preconditions as obstacles to the extension of UNSMIS’s mandate and have accompanied that with an invocation of Chapter VII of the Charter and the threat of sanctions, in an attempt to change or even repudiate the hard-won consensus reached by the action group during the Geneva meeting. They have shown only arrogance, not sincerity, during the consultations. We cannot help questioning their willingness to see UNSMIS’s mandate extended and a speedy settlement of the Syrian crisis through a Syrian-led political process. We urge those countries to reflect earnestly on their policy and behaviour and to return immediately to the right road.*”

ameaça à soberania da Síria e como mecanismos de atuação dos interesses ocidentais politizados sobre a questão.

Por fim, uma temática importante de ser observada é a mudança de regime. A resolução A/RES/66/253 da Assembleia Geral pede por uma “transição de regime” na Síria, que seria transformada em um regime democrático e pluralista (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2012a, p. 2). Ainda, essa transição foi posicionada pela AGNU como a melhor oportunidade para uma solução pacífica do conflito na Síria (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2012b, p. 3). A convergência desse posicionamento com o grupo de grandes potências que pede a saída de Bashar Al-Assad do governo sírio é clara. Isso fica ainda mais enfatizado nos anos que dão sequência à crise síria.

Essa temática ganha uma profundidade diferente a partir de 2012 e ganha uma parte especial na resolução de 2013 da AGNU nomeada de “Transição política”. Nela a resolução reitera que a transição é a melhor oportunidade da resolução pacífica do conflito e acrescenta que essa transição deve ser “*Syrian-led*”. Porém, em seguida, a resolução aponta um interlocutor que considera legítimo nesse processo: a *National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces* (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2013, pp. 7-8). O CDHNU também carrega a mesma orientação em suas resoluções. A transição política foi considerada como necessária como a única resolução possível do conflito sírio e seria também uma recomendação que a comunidade internacional tomasse todas as decisões possíveis para que isso acontecesse (THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2015, p. 4).

Até o momento, identificamos três principais temáticas em que ocorrem a divergência entre os votos da parceria e das grandes potências ocidentais. Porém, ainda nos resta analisar uma situação diferente do que acontece na maioria das votações nesses órgãos, mesmo que não faça parte da delimitação de nosso estudo: a divergência dos votos da China e da Rússia em um rascunho de resolução do CSNU. Faremos isso, a fim de pontuar qual fora a diferença entre esse episódio e todos os outros, afinal esse episódio pode argumentar contra a coordenação da parceria e a favor de uma independência dos interesses desses dois Estados.

Os argumentos que a delegação chinesa usou para a questão da Síria tem o mesmo foco que identificamos da parceria até o momento de não permitir soluções que não sejam políticas. Desde a primeira reunião do CSNU sobre a questão, a RPC tem apoiado soluções políticas para a situação da Síria. Isto é, soluções que estejam baseadas pelo diálogo entre as partes e a construção de uma situação que cesse o conflito e as mortes

(UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2012d). A desaprovação do uso de armas químicas também tem sido uma constante nos pronunciamentos chineses no CSNU. Inclusive, esse tem sido um ponto de convergência entre todos os membros do P5 do Conselho. No entanto, essa não seria uma justificativa para desrespeito da soberania da Síria. A China se posiciona contra o uso de armas químicas em conflitos e demanda que sejam feitos esforços para o respeito das leis internacionais que tratem dessa temática (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2013). Assim, o comportamento comum chinês segue essas defesas. Mas o que mudou entre os pronunciamentos chineses comuns para a justificativa da abstenção do rascunho de resolução em 2016?

No rascunho de resolução (S/2016/846) a China se absteve na votação, enquanto a Rússia utilizou-se do poder de veto. O comentário chinês feito nesta reunião sobre seu posicionamento no que concernia o documento teve como base o argumento de que o ele tinha pontos bastante importantes para a questão, mas, concomitantemente, não respeitava completamente a soberania da Síria. O delegado chinês afirmou que:

“ O rascunho de resolução submetido pela França e pela Espanha (S/2016/846) contém muitos elementos importantes, como a necessidade de um cessar-fogo, uma demanda pela solução política, melhoria da situação humanitária, e melhores esforços para combater o terrorismo. Contudo, algumas das provisões do rascunho de resolução não respeitam a soberania, a independência, a unidade e integridade territorial da Síria completamente. Além disso, os pontos de vista construtivos de alguns dos membros do Conselho de Segurança não foram incorporados. Por essas razões, a China teve que se abster de votar neste rascunho de resolução”⁶⁵ (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2016, p. 14, *tradução própria*).

⁶⁵ Do original: “*The draft resolution submitted by France and Spain (S/2016/846) contains a number of important elements, such as the need for a ceasefire, a call for a political solution, improvement of the humanitarian situation, and enhanced efforts to combat terrorism. However, some of the draft resolution’s provisions do not fully respect the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria. Moreover, the constructive views of some Security Council members were not incorporated. For those reasons, China had to abstain in the voting on the draft resolution*”.

O rascunho de resolução abrange os quatro pontos mencionados pela China em seu pronunciamento. Porém, ao final, um artigo do rascunho propõe que o Conselho, em caso de não cumprimento das diretrizes do documento por qualquer parte do conflito, irá decidir por outras medidas que considere necessária para a resolução (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2016). A completude dos quatro pontos relevantes para a China e a defesa para o cumprimento das diretrizes por todas as partes, não era comum nas outras resoluções. Desse modo, não existiu uma alteração do posicionamento chinês sobre a questão. O que podemos inferir é por um esforço do Conselho pelo consenso entre seus membros, mesmo que, segundo a delegação russa, suas propostas não tenham sido emendadas ao documento final (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2016).

Em síntese, esta subseção trouxe à tona as temáticas sobre as quais mais podemos observar um comportamento de oposição das parceria sino-russa aos países do Ocidente. Ainda, observamos que existe a oposição para temáticas específicas, mas que elas não estão relacionadas a propostas somente dos EUA, mas das propostas das grandes potências do Ocidente no Conselho (EUA, França e Reino Unido). Isso, pois, todas as resoluções vetadas pela parceria, tinham como seus primeiros signatários esses Estados. Pontualmente, como levantado pela nossa pesquisa, as temáticas sobre as quais podemos observar a oposição das partes da parceria sino-russa são i) a responsabilização de um só lado da crise síria; ii) assuntos relacionados a intervenções militares e imposições de sanções; e iii) a questão da transição política na Síria e a manutenção das autoridades do governo como as partes legítimas do Estado.

3.4 Considerações parciais

Nesse capítulo de nosso estudo, buscamos identificar o comportamento da parceria sino-russa em uma questão importante para os EUA. Na primeira etapa de nossa investigação, cujo foco foi sobre a situação da Síria, identificamos que está era uma questão importante para os EUA, devido à transformação que sofre no final de 2011, que resulta no enquadramento dela como uma disputa de prestígio internacional.

Isto posto, nos valendo de uma análise sobre os votos das partes da parceria, identificamos dois pontos importantes para a compreensão do comportamento destes atores. Primeiramente, a distribuição dos votos direcionados aos documentos de três instâncias internacionais, o CSNU, o CDHNU e a AGNU, nos mostrou uma clara oposição entre os

posicionamentos da parceria e dos EUA nos dois últimos órgãos. No CSNU, no entanto, o cenário muda e ocorre mais convergência do que divergências entre estas partes. Isso nos permitiu confirmar que a oposição existe, por meio dos votos nos órgãos sem diferença de votos, e, ao mesmo tempo, nos deu a possibilidade de identificar quais as temáticas nas quais a divergência existia. De modo que, o segundo momento de nossa análise apontou que existem duas vertentes de divergência entre as partes: a primeira é o modo de identificar os fenômenos da crise da Síria e a segunda é o modo pelo qual a violência será abordada.

Os posicionamentos polarizaram-se da seguinte maneira: as grandes potências ocidentais identificaram os fenômenos na Síria como uma repressão violenta contra manifestantes pacíficos que demandavam democracia. Enquanto isso, a parceria sino-russa identifica o fenômeno como ação de um governo soberano para a contenção da crise, enquanto luta contra rebeldes armados, que também atacam as autoridades e a população da Síria. Com isso, pudemos identificar que é exatamente essa discordância entre essas partes importantes do conflito que impede uma ação unilateral dos EUA. Mais além, ele impede, ainda, que o prestígio desse Estado seja retomado regional e internacionalmente.

Esses resultados têm implicações importantes para nossa análise. A primeira é em relação à perspectiva do comportamento de resistência. Conforme o modelo de Schweller e Pu (2011), o comportamento de resistência concretiza-se quando existe uma coerência entre o discurso de resistência e a prática de resistência. O discurso da parceria sino-russa foi identificado, no segundo capítulo, como questionador da legitimidade da ordem internacional atual e propositor de uma nova ordem internacional, ambos indicadores de resistência, segundo a perspectiva que estamos utilizando para a pesquisa. Neste capítulo, identificamos que existe uma oposição criada entre a parceria e os EUA e também identificamos que essa oposição funciona como uma contenção do sucesso do interesse estadunidense em uma questão importante para eles. Tais fatores nos permitem, então, identificar a presença do indicador de estratégia de imposição de custo. Assim, podemos ver a coerência necessária para argumentarmos que o comportamento da parceria sino-russa tem sido um comportamento de resistência.

Em consequência disso, nossa investigação tem uma implicação para a política internacional. A partir de nossos resultados que apontam que o comportamento da parceria sino-russa tem características de resistência, podemos apontar, desde a perspectiva de Schweller e Pu (2011) que o sistema internacional está passando por um processo de deslegitimação. Isso quer dizer que temos evidências o bastante para dizer

que China e Rússia, segundo a perspectiva de Schweller e Pu (2011), têm desempenhado um papel importante na política internacional que prepara o sistema para que as dinâmicas de contrabalanceamento possam voltar a ocorrer. E, assim, a parceria sino-russa tem funcionado como uma força motriz central para o futuro do sistema internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objeto de estudo a coordenação política das relações sino-russas entre 1996 e 2016. Sobre essa temática em particular nos questionamos sobre como ela se relaciona com a ordem internacional. Nossa primeira resposta a tal questionamento, apoiando-nos sobre a literatura existente sobre o tema, foi de que a parceria teria uma abordagem oposicionista frente à ordem internacional do século XXI. Essa hipótese foi testada por uma abordagem própria, que se inspirou na perspectiva de Schweller e Pu (2011) sobre a fase de deslegitimação pela qual o sistema estaria passando. Para operacionalizar cientificamente a perspectiva que nos orientou, elaboramos um modelo, cuja aplicação nos rendeu a pesquisa que se construiu ao longo destes capítulos. A elaboração desse modelo foi exposta no primeiro capítulo desta dissertação.

Nosso segundo capítulo foi dedicado à investigação do discurso de resistência. Nessa etapa de nosso estudo, fizemos uma análise de discurso orientada por uma metodologia similar à de Lene Hansen (2006). Identificamos que a parceria sino-russa tem duas representações quando trata a ordem internacional às quais convencionou-se chamar de Ordem Internacional Atual (OIA) e a Nova Ordem internacional (NOI). Assim como Hansen (2006) argumenta, o discurso sino-russo considera essas duas representações como opostas uma a outra. Identificamos também que essas representações estão baseadas em ideias que as caracterizam. Ainda, o discurso constrói a oposição entre as duas representações em três dimensões e atribui diferenças éticas, espaciais e temporais a elas.

Percebemos, por fim, que o discurso sino-russo se transformou ao longo dos vinte anos da parceria: na primeira e na segunda etapa vimos a construção de uma oposição entre o que era a ordem internacional do século XXI e a nova ordem internacional; no entanto, na última etapa, vimos um afastamento da crítica da ordem internacional e a continuidade da defesa da implementação da nova ordem internacional. Isto é, conforme a parceria avançou, deu-se foco para a realização de sua proposta alternativa de lógica de organização do sistema internacional. Assim, vimos que a parceria desenvolveu um discurso que tinha oposição como base, mas que essa posição mudou para somente a defesa da nova ordem internacional e o foco na coordenação para realizar esforços para torná-la realidade.

A prática de resistência da parceria foi o assunto do terceiro capítulo de nosso estudo. Nessa etapa da fase de deslegitimação realizariam-se estratégias de imposição de custo por aqueles que questionam a ordem contra o unipolo, nominalmente, os EUA. Em uma

análise dos votos da parceria sino-russa na questão da Síria em três órgãos da ONU, buscamos identificar como a parceria se comportava em relação ao unipolo em uma questão importante para ele. Mais profundamente, buscamos identificar se as ações da parceria convergiam para uma imposição de custos para o unipolo tomar determinadas decisões sobre situações internacionais.

A análise dos votos demonstrou que existe uma convergência coordenada da China e da Rússia contra a posição dos EUA na questão da Síria nos órgãos analisados. Nossa análise demonstrou um alto nível de coesão entre os votos da China e da Rússia nos três órgãos que analisamos. Ainda, ela desvendou também que, no geral, esses dois Estados argumentam de maneira similar sobre temáticas específicas. Essas temáticas seriam o modo de identificar os fenômenos da crise da Síria e o modo pelo qual a violência será abordada na crise. Essa oposição, principalmente pelas características do CSNU, acaba por impedir que os EUA projetem sua influência na região do Oriente Médio, como no caso da Líbia.

Assim, essa dissertação tem três diferentes contribuições: para teoria de Relações Internacionais, para a temática da parceria sino-russa e para a política internacional. Primeiramente, nossa investigação nos permite dialogar com as teorias que analisamos em nosso primeiro capítulo. Como vimos, o realismo unipolar aponta que não existiriam constrangimentos aplicáveis para os EUA. No entanto, nossa pesquisa aponta que o constrangimento que a parceria sino-russa tem aplicado contra os EUA por meio de organismos internacionais até o momento tem funcionado. Como a literatura expôs, isso vem em função da redução da influência dos EUA mundialmente e, especialmente para a nossa análise, a perda de controle sobre o Oriente Médio.

Tal mudança permitiu que os Estados insatisfeitos com a ordem passassem a ter um papel mais ativo e mais relevante no sistema internacional. A alteração do papel e da atuação animou a busca por opções estratégicas de mudança dentro da lógica da unipolaridade. Pela nossa pesquisa, a deslegitimação mostrou-se uma estratégia viável para os Estados insatisfeitos no período da unipolaridade. Logo, podemos concluir que, mesmo com o pressuposto da unipolaridade, isto é, mesmo que os EUA tenham uma concentração de poder e uma liberdade muito maior que os outros Estados, a realização de estratégias de mudança da ordem ainda são possíveis de serem operacionalizadas. A diferenças é que elas não serão realizadas de maneira exposta contra o unipolo, mas sim em âmbitos que não são passíveis de conflitos e nos quais se tenham mais liberdade de ação, como a retórica, as estratégias de imposição de custo e

a criação e implementação de projetos alternativos de lógicas de organização do sistema internacional.

Em segundo lugar, nossa pesquisa contribui para o debate acerca da temática da parceria sino-russa. No início de nossa investigação, vimos os principais tópicos discutidos sobre a parceria. Nossa pesquisa, no entanto, tratou de um elemento da parceria que havia sido pouco tratado pelas temáticas. Inovamos ao avaliar cientificamente a coordenação de interesses entre esses Estados e a relacionar com a ordem internacional. Ainda assim, nossa pesquisa complementa as discussões levantadas por Bobo Lo (2008) e Stephen Blank (1997). A investigação mostrou que os interesses chineses e russos coordenados no sistema têm potencial de questionamento da ordem internacional e, ainda, traz benefícios para ambos, já que impede que os EUA avancem algumas de suas pautas internacionais. A prática de resistência da parceria sino-russa nos mostrou que é de interesse de ambas que certas pautas sejam congeladas, a fim de impedir que haja novamente uma retomada da imagem de poder nos EUA no Oriente Médio e no mundo.

Em complementariedade às análises de Dueben (2013) e Kaczmarek (2015), nosso estudo fez apontamentos para o crescimento da confiança. Apesar da crescente assimetria entre os dois Estados revelada por Kaczmarek (2015), isso não teve aparente efeito sobre a coordenação de interesses internamente à parceria. De modo geral, espera-se que o aumento da assimetria entre dois Estados os distancie, no entanto, a coordenação de interesses entre esses dois Estados continuou crescendo. Ao mesmo tempo, pudemos ver que o aumento do contato entre a administração chinesa e a russa, além de ter aumentado a confiança entre os dois lados, como Dueben (2013) afirma, também tem o mesmo efeito sobre a coordenação de interesses entre os dois Estados. Assim, o olhar que demos sobre a coordenação de interesses nos reafirma o engajamento que ambos os lados da parceria têm para com sua contraparte. Construiu-se um relacionamento bastante próximo e que permitiu que os Estados alinhassem seus objetivos estratégicos e suas ações no meio internacional.

Em terceiro lugar, fazemos considerações para a política internacional a partir do que refletimos nesta investigação. A estratégia sino-russa de deslegitimação daquilo que representa a ordem internacional por um lado é eficaz, já que impede que os EUA consolidem mais uma vez a imagem de poder e traz a proposta de uma nova ordem internacional viável para o sistema. Por outro lado, ela tem uma face ruim para a parceria. Como observamos em nosso terceiro capítulo, a oposição da parceria em relação aos EUA sobre a questão da Síria está associada a

tópicos específicos (o modo de identificar os fenômenos da crise da Síria e o modo pelo qual a violência será abordada na crise). Observamos também que existiu uma oposição geral por parte da parceria em todos os debates sobre a Síria no âmbito da Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos. Como a grande maioria dos outros Estados teve um voto alinhado à posição ocidental sobre a questão, a estratégia da parceria acaba por servir como um retardador de sua aceitação para com os outros Estados. Isto é, apesar de resistir aos EUA pela imposição de custos a ele, a parceria impõe sobre si mesma um custo, já que seu comportamento não desfaz o isolamento do qual os dois Estados buscam superar.

Ainda, como aponta nosso marco teórico, comportamentos de deslegitimação costumam anteceder movimentos de revolução. Segundo a teoria, o comportamento de deslegitimação tem dois componentes: o discurso de resistência e a prática de resistência. Assim, com os resultados que obtemos que demonstram que a parceria sino-russa possui um discurso de resistência e uma prática de resistência podemos afirmar que existe um comportamento de deslegitimação. E, por conseguinte, podemos sugerir que no futuro a parceria pode realizar um movimento de revolução mais assertivo, como balanceamento, a fim de retornar ao equilíbrio de poder. Porém, isso não é uma afirmação testada, é somente uma probabilidade apontada pela teoria. Seriam necessárias outras pesquisas em outros períodos para testar essa sugestão.

Os resultados dessa investigação abrem espaço para novos questionamentos sobre a temática da parceria sino-russa. Será interessante verificar se, para outros casos, a parceria tem comportamento complementar ou semelhante ao identificado por nós nessa dissertação. Ainda, devido a necessidade de delimitação da pesquisa, a perspectiva de votos da parceria sobre a situação da Síria não abrangeu a atuação desses dois Estados para com o Estado sírio. De modo que, uma análise comparativa das ações dos EUA e da parceria sino-russa em relação à Síria nos traria informações interessantes. Nossa pesquisa demonstrou como a parceria avançou com um olhar somente para esses dois Estados. Isso nos deixou o questionamento de como os EUA reagiram à essa aproximação e engajamento crescentes entre os dois Estados; como as administrações dos EUA decidiram abordar a consolidação da parceria sino-russa.

Por fim, os estudos de processos de deslegitimação sobre a parceria sino-russa são de grande importância, uma vez que se acreditava que a unipolaridade representaria uma limitação e um constrangimento muito custoso para os outros Estados do sistema internacional. O processo de deslegitimação realizado pela parceria sino-russa deve ser compreendido

como uma parte de estratégias contra o alargamento do poder do unipolo que outros Estados também têm realizado nas relações internacionais. Esse tipo de comportamento pode ser testado principalmente naqueles Estados insatisfeitos com o modo estadunidense de gerir o sistema durante o século XXI, como o Irã.

Entretanto, mesmo tendo desenvolvido tantos aspectos positivos, a parceria ainda possui dificuldades. Apesar de diminuir a ocorrência de discordâncias, o aumento da coordenação de interesses e o alinhamento das representações demonstrados nas declarações e nas ações da parceria não são capazes de extinguir desafios na relação. Mas podemos considerar que eles têm facilitado o relacionamento e impedido que grandes crises ganhem proporções incontroláveis entre esses dois Estados. Logo, chegamos à uma conclusão que complementa a conclusão de Dueben (2013), já que podemos refletir que a aproximação desses dois Estados, a coordenação de interesses e o alinhamento das representações e percepções alterou a natureza da parceria para o que ela é hoje.

REFERÊNCIAS

- AMSDEN, Alice. *The rise of “the rest”*. New York: Oxford University Press, 2004.
- AUSIER, Jessica. “A crise síria: 4 primaveras depois”. In: *Relações Internacionais*, Florianópolis. 13 mai. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150528071131/https://relacoesinternacionais.com.br/politica-internacional/a-crise-siria-4-primaveras-depois/>> Acesso em: 13 jan 2018.
- BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. “The rise and fall of the great powers in the twenty-first century: China’s rise and the fate of America’s global position”. In: *International Security*, v. 40, n. 3, Winter 2015/6, p. 7-53.
- _____. *World out of balance: International Relations and the challenge of American primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- BLANK, Stephen. “Russia looks at China” In: BLANK, S.; RUBINSTEIN, A. (eds.) *Imperial decline: Russia’s changing role in Asia*. Duke University Press: Durham, 1997, p. 65-98.
- CHANG, Parris. “China’s policy towards Iran and the Middle East”. In: *The Journal of East Asian Affairs*, v. 25, n. 1, pp. 1-14, 2011. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23258223>> Acesso em: 16 jan. 2018.
- CHEN Jian. *Mao’s China & the Cold War*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2001.
- CHIDLEY, C. “Towards a framework of alignment in International Relations”. In: *Politikon*, v. 41, n. 1, 2014, p. 141-157.
- DERRIDA, Jacques. *Of grammatology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976.
- _____. *Writing and difference*, London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- DONALDSON, Robert; NOGEE, Joseph; NADKARNI, Vidya. *The foreign policy of Russia: changing systems, enduring interests*. New York: Routledge, 2015.
- DUEBEN, Bjoern. “China-Russia relations after the Cold War: The process of institution-building and its impact on the evolution of bilateral cooperation”. 2013. Tese (Doutorado) – Department of International Relations of the London School of Economics and Political Science, Londres, 2013.
- EKMANN, Col Kenneth. “Applying cost imposition strategies against China”. In: *Strategic Studies Quarterly*, v. 9, n. 1, 2015, pp. 26-59. Disponível em:

- <http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-09_Issue-1/ekman.pdf> Acesso em: 14 jan 2018.
- FERDINAND, Peter. "Foreing policy convergence in Pacific Asia: the evidence from voting in the UN General Assembly". In: *The British Journal of Politics and International Relations*, v. 16, n. 4, 2013, pp. 662-679.
- _____. "Rising powers at the UN: an analysis of the voting behaviour of BRICS in the General Assembly". In: *Third World Quarterly*, n. 35, v. 3, 2014, pp. 376-391. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2014.893483>> Acesso em: 5 dez. 2017.
- _____. "Sino-Russian relations: an analitical overview". In: MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (eds.). *Russia-China relations: Current state, alternative futures, and implications for the West*. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs, 2011.
- FIAMMENGHI, Davide. "The security curve and the structure of International Politics". In: *International Security*, v. 35, n. 4, 2011, pp. 126-154.
- FOUCAULT, Michel. *The archaeology of knowledge*. New York: Routledge, 2013.
- FUKUDA, Junichi. "Denial and cost imposition: long-term strategies for competition with China". In: *Asia-Pacific Review*, v.22, n. 1, 2015, pp. 46-72. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2015.1047139>> Acesso em: 22 jan. 2018.
- GERSON, Michael. *The Sino-Soviet Border Conflict. Deterrence, Escalation and Threat of Nuclear War in 1969*. Alexandria: Center for Naval Analyses, 2010.
- GRAHAM, Suzanne. "Advancing African interests at the UN: South Africa's voting behaviour". In: *Africa Insight*, v. 43, n. 4, 2014, pp. 18-37.
- HADDAD, Fanar. *Sectarianism in Iraq: antagonistic visions of unity*. New York: Columbia University Press, 2011.
- HANSEN, Lene. *Security as practice: Discourse analysis and the Bosnian war*. London: Routledge, 2006.
- HAYOUN, Massoud. "Strange bedfellows: China's Middle Eastern inroads". In: *World Affairs*, v. 175, n. 05, 2013, pp. 89-96. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43554744>> Acesso em: 17 jan. 2018.

- HUIYUN Feng. *The new geostrategic game: will China and Russia form an alliance against the United States?* Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2015.
- HURWITZ, Leon. "The EEC in the United Nations: The Voting Behavior of Eight Countries, 1948-1973". In: *Journal of Common Market Studies*, n. 3, v. 13, 1975, pp. 224-243. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/wo11/doi/10.1111/j.1468-5965.1975.tb01022.x/full>> Acesso em: 27 dez. 2017.
- IKENBERRY, G. John (ed.). *Power, order and change in World politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- _____. "Strategic reactions to American preeminence: great power politics in the age of unipolarity" In: *National Intelligence Council*, discussion paper, 2003.
- _____. "The liberal sources of American unipolarity" In: IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William (eds.). *International Relations theory and the consequences of unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 216-251.
- _____. "The rise of China, power transitions, and the Western order", manuscrito, Princeton University, 2005, pp. 33-34.
- JAKOBSON, Linda; HOLTOM, Paul; KNOX, Dean; PENG Jingchao. "China's energy and security relations with Russia: hopes, frustrations, and uncertainties". *SIPRI policy paper*, n. 29, 2011.
- JERVIS, Robert. "The remaking of a unipolar world" In: *The Washington Quarterly*, v. 29, n. 3, 2006, pp. 7-19.
- KACZMARSKI, Marcin. *Russia-China relations in the post-crisis international order*. London: Routledge, 2015.
- _____. "Non-western visions of regionalism: China's new silk road and Russia's Eurasian Economic Union". In: *International Affairs*, v. 93, n. 6, 2017, pp. 1357-1376. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ia/iix182>> Acesso em: 18 dez 2017.
- KANG, David. "Between balancing and bandwagoning: South Korea's response to China". In: *Journal of East Asian Studies*, v. 9, n.1, 2009, pp. 1-28.
- KEERSMAEKER, Goedele. *Polarity, balance of power and International Relations theory: Post-Cold War and the 19th Century compared*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017.
- KEOHANE, Robert. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. 4ª edição. USA: Longman, 2011.
- KRAUTHAMMER, Charles. “The unipolar moment revisited” In: *The National Interest*, v. 70, 2002, pp. 5-17.
- LAKE, David. *Hierarchy in International Relations*. New York: Cornell University Press, 2009.
- LAYNE, Christopher. “The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States’ unipolar moment” In: *International Security*, v. 31, n. 2, 2006, pp. 7-41.
- LEVY, Jack; THOMPSON, William. “Balancing on land and at sea: do States ally against the leading global power” In: *International Security*, v. 35, n. 1, 2010, pp. 7-43.
- LI, Mingjiang. *Mao’s China and the Sino-Soviet split: ideological dilemma*. Routledge: Nova York, 2012.
- LIEBER, Kier; ALEXANDER, Gerard. “Waiting for balancing: why the world is not pushing back” In: *International Security*, v. 30, n. 1, 2005, pp. 109-139.
- LO, Bobo. *Axis of convenience: Moscow, Beijing and the new geopolitics*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008.
- LOTSPEICH, Richard. “Economic integration of China and Russia in the post-Soviet era”. In: BELLACQUA, James (ed.). *The future of China-Russia relations*. Kentucky: University of Kentucky Press, 2010.
- LUTHI, Lorenz M. *The Sino-Soviet Split: Cold war in the communist world*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MARIN-BOSCH, Miguel. *Votes in the UM General Assembly*. The Hague: Kluwer Law International, 1998.
- MATTOS, Guilherme. “A COOPERAÇÃO SINO-RUSSA: As implicações do “Pacto de Segurança Cibernética” e as relações sino-russas”. In: *Revista Brasileira de Inteligência*. n. 10, 2015, pp.63-72. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2016/02/RBI-10.pdf>> Acesso em: 9 jul 2017.
- MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. Norton: W.W. Norton & Company, Inc., 2003.
- MEICK, Ethan. China-Russia military-to-military relations: moving toward a higher level of cooperation. *US-China Economic and Security Review Commission: Staff Research Report*. 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China-Russia%20Mil->

- Mil%20Relations%20Moving%20Toward%20Higher%20Level%20of%20Cooperation.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- MÖCKLI, Daniel (ed.). *Strategic trends 2012: from a multipolar to a polycentric world*. Zurich: Center For Security Studies, 2012. Disponível em: <<https://www.research-collection.ethz.ch/bitstream/handle/20.500.11850/153536/eth-5789-01.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jan. 2018. 2012
- MYERS, Steven Lee. “U.S. and allies say Syria leader must step down”. In: *The New York Times*. 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/08/19/world/middleeast/19diplo.html>> Acesso em: 18 jan. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Carta das Nações Unidas*. 26 de junho de 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>> Acesso em: 21 dez. 2017.
- ORGANSKI, Abramo F. K. *World politics*. New York: Knopf, 1968.
- ORGANSKI, Abramo F. K.; KUGLER, Jacek. *The war ledger*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- PAUTASSO, Diego. *China e Rússia no pós-Guerra Fria*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.
- PHILLIPS, Christopher. *The battle for Syria: international rivalry in the new Middle East*. London: Yale University Press, 2016.
- PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE. *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the international order in the 21st century*. Moscow, 2005. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/3660> Acesso em: 17 out. 2017.
- _____. *Joint declaration of the People’s Republic of China and the Russian Federation on Major International Issues*. Beijing, 2008. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/240>> Acesso em: 09 abr. 2018.
- _____. *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*. Beijing, 2006. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/3710/print>> Acesso em: 13 out 2017.
- _____. *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*. Beijing, 2002. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/3546> Acesso em: 14 out. 2017.
- _____. *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*. Beijing, 2016b. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/supplement/5100>> Acesso em: 3 jan. 2018.

- _____. *Joint Russian-Chinese statement on the outcome of the summit meeting in Moscow*. Moscow, 2009. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/58> Acesso em: 13 out. 2017.
- _____. *Joint statement by the president of Russian Federation and the president of People's Republic of China on strengthening global strategic stability*. Beijing, 2016a. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/supplement/5098>> Acesso em: 10 jan. 2018.
- _____. *Joint statement of the heads of State of Russia and China*. Moscow, 2001. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/3417> Acesso em: 12 out. 2017.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on cooperation in combining the construction of the Eurasian Economic Union and the Economic Belt of the Silk Road*. Moscow, 2015. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/4971> Acesso em: 17 out. 2017.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on mutually beneficial cooperation and deepening the relationship of comprehensive partnership and strategic cooperation*. Moscow, 2013. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/1423>> Acesso em: 09 abr. 2018.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the comprehensive deepening of the Russian-Chinese partnership and strategic cooperation*. Beijing, 2010. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/719> Acesso em: 13 out. 2017.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the current situation in the World and major international issues*. Beijing, 2011. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/967>> Acesso em: 13 out. 2017.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on further deepening Russian-Chinese relations to a comprehensive equitable trustful partnership and strategic cooperation*. Beijing, 2012. Disponível em: <kremlin.ru/supplement/1230> Acesso em: 14 out. 2017.
- _____. *Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the new stage of the relationship of comprehensive partnership and strategic cooperation*. Shanghai, 2014. Disponível em: <<http://kremlin.ru/supplement/1642>> Acesso em: 09 abr. 2018.

- RUSSIA-CHINA INVESTMENT FUND (RCIF). Russia-China Trade. 2017. Disponível em: <<http://www.rcif.com/russia-china-trade.htm>> Acesso em: 14 nov 2017.
- RYABUSHKIN, Dmitri. “Origins and consequences of the Soviet-Chinese border conflict of 1969”. In: *Slavic-Eurasian Research Center*, no. 16/2, 2007, pp. 73-91. Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/34991/ichaptersection_singledocument/dc51488c-36f5-4df7-a682-1a7d811656fd/en/03_ryabushkin.pdf>. Acesso em: 18 fev 2015.
- SCHWELLER, Randall. “The future is uncertain and the end is always near” In: *Cambridge Review of International Affairs*, v. 24, n. 2, 2011, pp. 175-184.
- SCHWELLER, Randall; PU, Xiaoyu. “After unipolarity: China’s visions of international order in an era of U.S. decline” In: *International Security*, v. 36, n. 01, 2011, pp. 41-72.
- SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SLIM, Hugo; TROMBETTA, Lorenzo. *Syria Crisis Common Context Analysis*. Co-ordinated Accountability and Lessons Learning (CALL) Initiative. IASC Inter-Agency Humanitarian Evaluations Steering Group: New York, 2014.
- SNYDER, G. *Alliance politics*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1997.
- TAMMEN, Ronald et al. *Power transitions: strategies for the 21st century*. New York: Chatham House, 2000.
- THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Bilateral Relations. *Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa*, 2017. Disponível em: <<http://www.mid.ru/en/maps>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. “About the HRC”. In: *Website Oficial do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. 2017a. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/AboutCouncil.aspx>> Acesso em 21 dez. 2017.
- _____. “Membership”. In: *Website Oficial do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. 2017b. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/Membership.aspx>> Acesso em 21 dez. 2017.

- _____. “Documents and Resolutions”. In: *Website Oficial do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. 2017c. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/Documents.aspx>> Acesso em 21 dez. 2017.
- THE SHANGAI COOPERATION ORGANISATION. “About SCO”. Official Website of the Shangai Cooperation Organisation. 2017. Disponível em: <eng.sectsc.org/about_sco/> Acesso em: 20 nov. 2017.
- TOMÁS, Maria João. “O conflito da Síria: o quadro global”. In: VIEIRA, Rui; RODRIGUES, Teresa (eds.). *O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança*. Lisboa: Fronteira do Caos, 2014.
- UNITED KINGDOM GOVERNMENT. “Embargoes and sanctions on Syria”. In: *Website Oficial do Reino Unido*. 13 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/sanctions-on-syria>> Acesso em: 17 jan. 2018.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. *Joint declaration of the People’s Republic of China and the Russian Federation*. Beijing, 1996. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/51/plenary/a51-127.htm>> Acesso em: 10 dez. 2017.
- _____. *Russian-Chinese joint declaration on a multipolar World and the establishment of a new international order*. Moscow, 1997. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/52/plenary/a52-153.htm>> Acesso em: 10 out. 2017.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. “About” *Website Oficial da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 2018. Disponível em: <<http://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>> Acesso em: 09 abr. 2018.
- _____. *Resolução 66/253 – The situation in the Syrian Arab Republic*. Adotada pela Assembleia Geral em 16 de fevereiro de 2012. 2012a. A/RES/66/253. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/474/00/PDF/N1147400.pdf?OpenElement>> Acesso em: 15 jan. 2018.
- _____. *Resolução 66/253 B – The situation in the Syrian Arab Republic B*. Adotada pela Assembleia Geral em 7 de agosto de 2012. 2012b. A/RES/66/253 B. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B->

6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_66_253_b.pdf>

Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. *Resolução 67/262 – The situation in the Syrian Arab Republic.*

Adotada pela Assembleia Geral em 15 de maio de 2013. 2013.

A/RES/67/262.

Disponível

em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/262)

67/262> Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. *Resolução 69/189 – Situation of human rights in the Syrian Arab*

Republic. Adotada pela Assembleia Geral em 29 de janeiro de

2015.

A/RES/69/189.

Disponível

em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/189)

69/189> Acesso em: 15 jan. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *Andorra, Australia, Austria, Belgium, Bulgaria, Canada, Costa Rica, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Mexico, Monaco, Morocco, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Qatar, Romania, San Marino, Saudi Arabia, Senegal, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution.* Não adotada pelo Conselho de Segurança em 8 de outubro de 2016. S/2016/846. 2016. Disponível em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2016/](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2016/846)

846 > Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. *Draft resolution S/2012/77 (2012).* Não adotada pelo Conselho

de Segurança em 4 de Fevereiro de 2012. S/2012/77. 2012a.

Disponível

em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/77)

77> Acesso em 15 jan. 2018.

_____. *France, Germany, Portugal and United Kingdom of Great*

Britain and Northern Ireland: draft resolution. Não adotada pelo

Conselho de Segurança em 4 de outubro de 2011. 2011b.

S/2011/612.

Disponível

em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2011/](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2011/612)

612> Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. *France, Germany, Portugal, United Kingdom of Great Britain*

and Northern Ireland and United States of America: draft

resolution. Não adotada pelo Conselho de Segurança em 19 de

julho de 2012. S/2012/538. 2012b. Disponível em:

- <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/538> Acesso em: 15 jan. 2018.
- _____. *Records of UNSC's 2038th meeting*. Realizada pelo Conselho de Segurança em 27 de setembro de 2013. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7038> Acesso em: 15 jan 2018.
- _____. *Records of UNSC's 6751th meeting*. Realizada pelo Conselho de Segurança em 14 de abril de 2012. 2012d. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6751> Acesso em: 15 jan. 2018.
- _____. *Records of UNSC's 6810th meeting*. Realizada pelo Conselho de Segurança em 19 de julho de 2012. 2012c. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6810> Acesso em: 15 jan. 2018.
- _____. *Resolução 1973 (2011)*. Adotada pelo Conselho de Segurança em 17 de março de 2011. 2011a. S/RES/1973 (2011). Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973%20%282011%29> Acesso em: 17 jan. 2018.
- UNITED NATIONS. “General Assembly - Quick Links”. In: *Website Oficial da Dag Hammarskjöld Library*. 2017b. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/72>> Acesso em: 12 dez. 2017.
- _____. “Security Council - Quick Links”. In: *Website Oficial da Dag Hammarskjöld Library*. 2017a. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2018>> Acesso em: 12 dez. 2017.
- _____. “Security Council Fails to Adopt Draft Resolution on Syria as Russian Federation, China Veto Text Supporting Arab League’s Proposed Peace Plan”. 4 fev. 2012. In: *Website oficial da United Nations*. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2012/sc10536.doc.htm>> Acesso em: 15 jan. 2018.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. “Executive Order 13572”. In: *Website Oficial do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América*. 29 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13572.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2018.
- UNITED STATES OF AMERICA. *National Security Strategy*. Washington: The White House, 2015.

- WALT, Stephen. "Alliances in a unipolar World". In: *World Politics*, v. 61, n. 1, 2009, pp. 86-120.
- _____. "Taming American power". In: *Foreign Affairs*, set.-out. 2005. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2005-09-01/taming-american-power>> Acesso em: 09 abr. 2018.
- _____. *Taming American power: The global response U.S. primacy*. Londres: W. W. Norton & Company, 2006.
- _____. *The origins of alliances*. Londres: Cornell University Press, 1987.
- WALTZ, Kenneth. "Structural realism after the Cold War". In: *International Security*, v. 25, n. 1, 2000, pp. 5-41.
- _____. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.
- WATSON, Adam. *The evolution of international society*. London: Routledge, 2002.
- WIJK, Rob. *Power politics: how China and Russia reshape the World*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.
- WILKINS, Thomas. "The Russo-Chinese strategic partnership: a new form of security cooperation?" In: *Contemporary Security Policy*, v. 29, n. 2, 2008, p. 358-383. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13523260802284365>> Acesso em: 19 abr. 2017.
- WILSON, Jeanne. *Strategic partners: Russian-Chinese relations in the post-Soviet era*. New York: Sharpe, 2004.
- WOHLFORTH, William. "The stability of a unipolar world". In: *International Security*, v. 24, n. 01, 1999, pp. 5-41.
- YU Bin. "In search of a normal relationship: China and Russia into the 21st century". In: *China and Eurasia Forum Quarterly*. n. 5, v. 4, 2007, pp. 609-637.
- ZAKARIA, Fareed. *The post-American world*. New York: W.W. Norton, 2008.
- ZISSER, Eyal. "Syria – from six day war to the Syrian civil war". In: *British Journal of Middle Eastern Studies*. n. 44, v. 4, 2017, pp. 545-558. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13530194.2017.1360011>> Acesso em: 17 jan. 2018.

ANEXO 1

Lista de Declarações Conjuntas da China e da Rússia entre 1996 e 2016

1996 – *Joint declaration by the People’s Republic of China and the Russian Federation*

1997 – *Russian-Chinese joint declaration on a multipolar World and the establishment of a New International Order*

2000 – *Beijing declaration*

2001 – *Joint statement of the heads of state of Russia and China*

2002 – *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*

2003 – *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*

2005 – *Joint Russian-Chinese communique*

2005 – *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the international order in the 21st Century*

2006 – *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*

2007 - *Joint declaration of the Russian Federation and the People’s Republic of China*

2008 – *Joint declaration of the People’s Republic of China and the Russian Federation on major international issues*

2008 – *Joint communique on the results of the thirteenth regular meeting of the heads of government of the People’s Republic of China and the Russian Federation*

2008 – *Joint communique on the results of the summit meeting in Beijing*

2009 – *Joint Russian-Chinese statement on the outcome of the summit meeting in Moscow*

2010 – *Joint statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the comprehensive deepening of the Russian-Chinese partnership and strategic cooperation*

2010 – *Joint statement by the presidente of the Russian Federation Dmitry Medvedev and the presidente of People’s Republic of China Hu Jintao on the occasion of the 65th anniversary of the end of World War II*

2011 – *Joint statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the current situation in the World and major international issues*

2011 – *Joint statement of the presidente of the Russian Federation and the Chairman of People’s Republic of China on the occasion of the*

10th anniversary of the Treaty on Good-Neighborliness, Friendship and Cooperation between the Russian Federation and the People's Republic of China

2012 – Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on further deepening Russian-Chinese relations to a Comprehensive Equitable Trustful Partnership and Strategic Cooperation

2013 – Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on mutually beneficial cooperation and deepening the relationship of Comprehensive Partnership and Strategic Cooperation

2014 – Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the new stage of the relationship of Comprehensive Partnership and Strategic Cooperation

2015 – Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the cooperation in combining the construction of the Eurasian Economic Union and the Economic Belt of the Silk Road

2015 – Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on deepening the Comprehensive Partnership and Strategic Cooperation and on promoting mutually beneficial cooperation

2016 - Joint statement of the Russian Federation and the People's Republic of China

2016 - Joint statement of the president of the Russian Federation and the president of the People's Republic of China on strengthening global security stability

2016 - Joint statement of the president of the Russian Federation and the president of the People's Republic of China on cooperation in the development of the information space

2016 – Declaration of the People's Republic of China and the Russian Federation on the enhancement of the role of International Law

ANEXO 2

Tabelas de mensuração de conceitos

Conceitos relacionados à ordem internacional	Anos																		
	1996	1997	2000	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Hegemonism	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Dependency	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Bloc Politics	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Power Politics	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Conflictuous	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Unequality	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Norm Revision	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Military Conflict Resolution	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Unilateral	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Non-representative	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3

FONTE: Elaboração própria a partir de análise sobre as declarações conjuntas entre China e Rússia.

Conceitos relacionados à nova ordem internacional	Anos																		
	1996	1997	2000	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Multipolarity	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	10
Independence	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	9
Equality	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	9
Representative/ Inclusive	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	5
Diplomatic	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5
Indivisible Security	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	9
Just (Fairness)	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	5
Multilateral	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Efficient	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Policentric	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	4

FONTTE: Elaboração própria a partir de análise das declarações conjuntas entre China e Rússia.